

# Cooperativismo de Crédito: realidades e perspectivas

Alzira Silva de Souza  
1992

OCERJ – Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro

Copyright © 1992 — Alzira Silva de Souza

É permitida a reprodução do texto no todo ou em parte, desde que citada a fonte, reservados os direitos do autor.

Capa – Nelson Silva de Souza

## *Dedicatória*

– à OCB/DENACOOOP/OCERJ

que viabilizaram a impressão deste livro

– a todos os que militaram pela FELEME

– aos pioneiros da COCECRER-RS

– aos pioneiros da CECRERJ-RJ

– à CECM dos Empregados de Fumas Ltda.

– à Cooperativa de Crédito de Guarulhos Ltda.  
(Luzzatti)

– à minha família

## *Agradecimentos*

*Desejo expressar meus agradecimentos a Arlete Gadelha e Guto Rolim, por colocarem à minha disposição seus valiosos conhecimentos e a AG Comunicação Corporativa.*

## Prefácio

---

*Desde os seus primórdios, a história do movimento cooperativo nunca esteve limitada a grupos específicos, integrando-se ao patrimônio da humanidade.*

Quando surgiram, as cooperativas visavam satisfazer necessidades específicas dos associados. Com isso, foram conquistando progressivamente fatias de mercado no fornecimento de bens de consumo, na produção agropecuária e agroindustrial, em operações e serviços financeiros (principalmente crédito), na produção industrial e prestação de serviços.

Com essa expansão em direção aos diversos campos da atividade econômica, elas ocuparam definitivamente um lugar de destaque na economia mundial.

Devido à vastidão do assunto, decidi focar neste livro somente o segmento do crédito. Com ele, não tenho a pretensão de responder aos interesses de estudiosos do movimento, mas sim auxiliar os companheiros que vivenciam na prática os problemas do crédito, em especial o mútuo.

Tenho que agradecer a ajuda que recebi de alguns líderes e técnicos, que foram nossos guias e professores. Da mesma forma, não posso esquecer dos organismos e federações que enriqueceram esta publicação com material para consulta, pesquisa e estudo.

De acordo com a filosofia cooperativista, os conhecimentos adquiridos devem ser repassados. Por isso, faço questão de lançar este livro, apesar de estar me afastando do movimento após 30 anos de profundo envolvimento.

Este livro é dirigido em particular à nova geração, que está se engajando no movimento de crédito mútuo e que chega ansiosa por participar e prestar bons serviços aos associados de suas cooperativas. Se dirige também às pessoas que militam nos demais segmentos cooperativos, para que compreendam fases importantes, organismos e eventos que marcaram o fenômeno da cooperação, desde meados do século XIX até os dias de hoje.

Mas é especialmente dedicado a todos os companheiros que através dos anos militaram comigo, ombro a ombro, pelos ideais de Rochdale.

*Alzira Silva de Souza*

# Introdução

---

*A literatura cooperativista tem definido o movimento cooperativo como uma resposta às distorções sócio-econômicas surgidas com o advento da Revolução Industrial.*

O chamado capitalismo empreendedor funcionava mediante salários, contratando profissionais que trabalhavam em empresas, onde eram instaladas máquinas industriais, com as quais o operário-artesão não podia competir.

Até então, a economia era exercida por corporações profissionais, e o artesão exercia sua atividade em casa ou em local próximo à sua residência.

A síntese das mudanças radicais trazidas pela Revolução Industrial traduziu-se logo em exploração do trabalho, com jornadas de 16 horas diárias, sem qualquer sistema previdenciário ou segurança. Crianças de até nove anos de idade chegavam a trabalhar 12 horas diárias.

Com a mecanização da indústria, nascia a classe assalariada, ao mesmo tempo em que se promovia o desemprego em massa e, conseqüentemente, a aceleração da miséria e dos desajustes sociais.

Impulsionadas pelos socialistas utópicos franceses e ingleses, surgem as primeiras lutas contra essa situação, fortalecidas através de debates sobre ideais de justiça e fraternidade.

Reagindo à extrema exploração, o movimento operário lança as primeiras sementes do cooperativismo moderno na Inglaterra. Contemporâneo ao movimento inglês, que atuava no segmento de consumo, surge na Alemanha, em 1850, a primeira cooperativa de crédito, fundada por Schulze-Delitzsch. Logo a seguir, com uma estrutura um pouco diferente das cooperativas de crédito (quase sempre urbanas), apareceriam os bancos cooperativos, fundados por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, em 1862, que atendiam principalmente a área rural, sucedendo as caixas de socorro.

O desenvolvimento das cooperativas de crédito – rurais ou urbanas – tem períodos marcantes. O século XIX foi caracterizado por crises, como a revolução industrial, a questão socialista e a posição da Igreja Cristã (católica, anglicana e luterana).

Dentro desse quadro histórico, inicia-se a implantação de sociedades cooperativas. Seu crescimento será dificultado no início do século XX, pela I Guerra Mundial. E só com o fim da II Guerra é que o movimento pode expandir-se, consolidando-se na década de sessenta.

De 1960 aos dias atuais ocorre uma diversificação dos serviços das cooperativas de crédito. Hoje, em diversos países do mundo, estas entidades financiam i-

números empreendimentos, inclusive públicos, na área de seguros, habitação, inversões, imobilizações e investimentos.

A expressividade que o crédito rural alcançou em certos países não se constituiu em obstáculo para que o crédito urbano se estruturasse e desenvolvesse de forma própria, direcionando, inclusive, recursos ao campo e a obras de infra-estrutura.

Com a expansão do cooperativismo de crédito urbano (principalmente o mútuo), estabeleceu-se um clima altamente competitivo com a rede bancária, influenciado diretamente por uma rede igualmente poderosa: a dos organismos de 2º e 3º graus, que se dedicam à unidade e disseminação do sistema no mundo.

Como exemplo, podemos citar a França, país onde o sistema encontra-se consolidado, figurando em 6º lugar na lista dos bancos estabelecidos.

Expoente do sistema de crédito cooperativo, a Alemanha é conhecida como berço deste segmento. Parte integrante da comunidade financeira desde os tempos da antiga República Federal da Alemanha, o sistema alcançou com rapidez um alto padrão técnico. Os *Raiffeisenbanks*, chamados bancos universais, totalmente desenvolvidos, oferecem uma gama de serviços comerciais e inversões, inclusive corretagem na bolsa, apesar de serem originariamente cooperativas de crédito rural. Além deles, existem também os *Volksbanken*, cooperativas conhecidas como bancos populares, de ação mais dirigida à área urbana.

Os bancos cooperativos funcionam sem restrições ou privilégios, competindo diretamente com os bancos comerciais e com o sistema de caixas econômicas, pertencentes aos municípios. Atualmente, a Federação de Bancos Populares e Bancos Raiffeisen Alemães, com sede em Bonn, é a instituição máxima das cooperativas de crédito no país.

De um modo geral, o cooperativismo de crédito está muito desenvolvido em toda a Europa. Na Itália, é aberto e funciona como banco; na Áustria é bem organizado e segue o modelo alemão; na Holanda, etc., é bem estruturado, mantendo agências de apoio aos países em desenvolvimento.

Em alguns países da Ásia, a situação não difere muito, com o cooperativismo alcançando bons resultados na Índia e grande expressividade no Japão.

Nos Estados Unidos e Canadá o cooperativismo buscou inspiração no sistema alemão e italiano, mantendo, porém, certas características próprias. O programa canadense surgiu no início do século XX, com a primeira cooperativa constituída por Alphonse Desjardins, em 1900. Nos Estados Unidos, Edward A. Filene, com o apoio do modelo canadense, fundou a primeira cooperativa do país, em 1909.

Durante a década de 50, alguns fatos marcaram a consolidação e o desenvolvimento do sistema, e viriam influenciar mais tarde países da África e América Latina, em especial o Brasil. Com a criação do Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito (WOCCU) – com sede em Madison, EUA –, desenvolveram-se trabalhos confederados com a Europa e a Ásia, aglutinando o movimento na esfera internacional. Deve-se destacar também o aparecimento de federações e centrais fortíssimas, que apóiam, através de fundos especiais, o crescimento e a expansão do

movimento nos países em desenvolvimento.

Tanto nos EUA quanto no Canadá, há diversificação plena dos serviços. No Canadá o sistema chega a regular os juros dos bancos tradicionais, porque são competitivos com a rede financeira.

Nos Estados Unidos, as *Credit Unions* e suas associações (CUNA) estão cada vez mais fortes.

Pode-se citar, como exemplo dessa força uma demanda judicial que apresentaram contra o governo norte-americano, que havia editado uma série de regulamentos que ameaçavam interferir na disponibilidade de fundos. Essas medidas atingiram de um modo geral todo o sistema financeiro, e seriam extremamente prejudiciais às cooperativas, se não fosse a intervenção realizada pelas associações de crédito cooperativo. Graças a essa atuação, a causa foi ganha, o que representou uma grande vitória para o movimento.

No Brasil, o cooperativismo de crédito está ensaiando sua expansão, mesmo com pequena representatividade econômica e política. Prova disso, são as referências ao cooperativismo, feitas pela Constituição de 1988:

#### *Capítulo IV*

##### Do Sistema Financeiro Nacional

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:

(...)

VIII – o funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam ter condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras.

Apesar de ter espaço garantido na Constituição, o sistema não está bem estruturado, devido à falta de unidade e de lideranças mais coesas. Apesar disso, pode-se observar a prestação de serviços aos mini e pequenos produtores rurais, através das cooperativas de crédito rural, que buscam otimizar os recursos em favor do homem que os gera. O caminho a percorrer, porém, é longo e árduo.

Mesmo com sua fragilidade político-econômica e carência de lideranças conscientes, o movimento de crédito cooperativo vem prestando serviços aos seus associados. A maior parte dos recursos é dirigida a bens econômicos e de consumo, complementando orçamentos familiares deficitários, face aos baixos salários com que são remunerados os trabalhadores brasileiros.

O crédito mútuo precisa mudar, pois se encontra ainda em estágio de caixinha organizada dentro das empresas. Essa mudança se dará mais facilmente se a luta for direcionada para a abertura que a Lei máxima do país oferecer, proporcionando o desenvolvimento de entidades financeiras e o fortalecimento das já existentes.

Através da ajuda mútua e da solidariedade, o segmento de crédito cooperativo poderá, com certeza, tirar lavradores e trabalhadores urbanos da situação de usura provocada pelos tradicionais sistemas de crédito do país. Para que a integração e o

desenvolvimento do cooperativismo alcance todos os segmentos, é fundamental que haja uma conscientização maior em relação ao que ele representa, além de um trabalho permanente de aperfeiçoamento do sistema.

Este livro terá algum enfoque histórico, abordando o papel da cooperativa de crédito, seus organismos de 2º e 3º graus, suas instituições internacionais e principalmente sua expressividade econômica.

---

## Origens

*O cooperativismo de crédito surgiu para combater a usura – prática tolerada pelas leis do século XIX – que escravizava lavradores e trabalhadores urbanos. Junto à necessidade de se extirpar esse mal, era preciso investir uma ordem mais justa, que priorizasse a concessão de créditos mais compatíveis com a realidade dessas pessoas.*

As origens do crédito mútuo não têm fundamento absoluto no quadro geral de mudanças da sociedade, como as sociedades de consumo, em meados do século XIX. As cooperativas de crédito foram, de certa forma, respostas a necessidades específicas, expressas em momentos determinados.

Numa época marcada pelo confronto de teorias antagônicas relativas à economia e ao lucro, que só faziam alimentar um permanente sistema de usura, o crédito mútuo dava seus primeiros passos, durante a segunda metade do século XIX. Era fruto do sofrimento e do esforço de homens de boa vontade, que juntos buscavam saídas para a situação primitiva e crucial de que eram vítimas.

Ninguém imaginava que o progresso surpreendente do século XIX fosse acompanhado de um assustador estado de miséria para grande parte da humanidade. Na área rural, os camponeses eram levados a endividar-se com empréstimos a juros altos, por causa das despesas anuais com a agricultura. Esses empréstimos geralmente eram obtidos de negociantes, que estipulavam condições desonestas de pagamento, obrigando os lavradores a vender os produtos da safra a preços baixos. Com isso, eles viviam à beira da miséria, cada vez mais endividados para atender aos financiamentos da produção.

É próprio do homem descobrir alternativas para situações intoleráveis.

E foi através da ajuda mútua e solidariedade que aqueles lavradores conseguiram potencializar o crédito, fortalecendo-o e dando à humanidade instrumentos para uma vida mais digna.

Herman Schulze c, principalmente, Friedrich Wilhelm Raiffeisen, na Alemanha; Ludovic de Besse e Louis Durand, na França, foram os pioneiros deste tipo de empresas que mudaram a situação existente, estabelecendo as primeiras ações e

normas que viabilizaram o crédito mútuo. Neste início, o intercâmbio de idéias entre eles foi intenso, resultando daí o preceito básico de que as sociedades não teriam objetivo de lucro.

Prestadores de serviços voluntários, foram estes homens que criaram o crédito mútuo, conferindo objetividade e eficácia ao sistema.

---

## Um exemplo: o sistema francês

*A França é um dos países do mundo onde o cooperativismo de crédito é mais expressivo, está mais desenvolvido e profissionalizado. É interessante conhecer características e postulados da experiência francesa, que podem contribuir para o desenvolvimento de uma metodologia no cooperativismo de crédito brasileiro.*

### UM IDEAL

Do ponto de vista do crédito mútuo, um banco não deve ser considerado um fim, mas um meio através do qual se atenderia às necessidades do homem enquanto membro de uma comunidade.

Uma das prioridades do crédito mútuo é garantir a melhora da qualidade de vida das pessoas, proporcionando o progresso das famílias. Independente do crédito, há uma postura humana, social e educativa.

A essência do cooperativismo inclui uma sólida e ativa participação, permitindo à sua estrutura descentralizada operar democraticamente.

Em países onde os efeitos negativos da inflação são registrados, penalizando o pequeno poupador, o crédito mútuo deve assumir sua parte, pressionando as autoridades públicas na defesa de interesses maiores, para que estes sejam respeitados.

### UMA EMPRESA

O crédito mútuo é uma empresa comunitária, constituída não pelo capital, mas por pessoas, preservando o respeito pelo princípio da inversão do capital. Tal como um banco, esse sistema pratica as mesmas ações e técnicas usuais aos estabelecimentos financeiros, com gerenciamento à altura.

Um duplo controle de procedimentos garante a segurança dos depositantes:

- Garantia interna: concedida pela estrutura tipo pirâmide, onde cada nível é responsável perante o imediatamente acima. Agências locais controladas por federações, que são controladas por confederações. Há a constituição de um fundo de garantia de responsabilidade coletiva (Fundo de Reserva).
- Garantia externa: Pelo controle direto e eficaz do Ministério da Economia

e Finanças.

Não lucrativa, porém rentável – crédito mútuo não é especulação financeira, mas deve operar com controle e custos adequados para garantir os depósitos de seus membros e assegurar o crescimento e a credibilidade da instituição.

Na empresa comunitária, como no crédito mútuo, cada membro da sociedade é dono, cliente e beneficiário dos serviços.

Adotada, inicialmente, em países europeus, essa postura foi seguida em diversos países da Ásia, África, Oceania, América do Norte e América Latina.

Até os dias atuais, o crédito mútuo procura manter o princípio da ajuda mútua e da solidariedade, de acordo com a doutrina e filosofia do cooperativismo. É justamente a preservação desses princípios que possibilita às cooperativas e aos bancos cooperativos a manutenção de suas características básicas, priorizando a condição de empresas de pessoas.

Grande parte dos dirigentes de Conselhos Administrativos atua sem remuneração. Mesmo ocupando cargos honoríficos, eles participam ativamente, compartilhando responsabilidades com os executivos contratados (gerentes, superintendentes e diretores).

Embora possuam uma estrutura comum às demais instituições financeiras, que inclui a atuação de profissionais especializados, os bancos cooperativos e as cooperativas de crédito sempre tiveram como objetivo fazer da atuação econômico-financeira um instrumento de paz social a serviço das pessoas.

## **UM BANCO HUMANO E SOCIAL**

Com finalidades sociais, o banco cooperativo tem a missão específica de assegurar o crescimento econômico do consumidor e a maturidade cívica do cidadão. Além de preparar o indivíduo para a vida democrática, o movimento cooperativo tem como meta o seu envolvimento com o núcleo familiar, levando-o à prática da vida social.

Por ser comunitário, o crédito mútuo sempre esteve atento aos problemas comuns às famílias. Por um longo tempo, ele foi direcionado de modo a fornecer soluções imediatas para estes casos, sem distinção de renda, idade ou classe social.

Hoje, as cooperativas operam com o apoio de funcionários especializados, cuja função é orientar os associados antes da concessão dos empréstimos, informando-os, entre outras coisas, sobre a melhor forma de utilização dos recursos.

Normalmente, os empréstimos destinam-se à compra de mobiliário, eletrodomésticos e carros, existindo aqueles considerados especiais, entre eles o que prevê assistência a jovens casais, em início de vida. Empréstimos para a compra de casa própria – área onde o crédito mútuo mantém uma tradição de atendimento – também são muito requisitados.

Integrado às pequenas comunidades, o crédito mútuo encontra um terreno fértil para lançar as mais variadas soluções, contribuindo rapidamente com a melhora do

padrão de vida local.

Conscientes das necessidades da região na qual atuam, os bancos locais comprometem-se diretamente com a vila, município ou distrito urbano. Os empréstimos são concedidos levando-se em conta o meio e a finalidade, seja ela educacional ou social. Os recursos quase sempre são usados na compra de equipamentos médicos, investimento em meios de comunicação, reforma ou recuperação de prédios, melhoria das condições de trabalho e em ações de proteção à natureza.

Descentralizadas, as cooperativas de crédito mútuo transferem o poder de decisão para as comunidades, que distribuem empréstimos e economias segundo suas necessidades. Essa forma avançada do sistema de crédito vem sendo responsável pelo progresso de inúmeras regiões.

## **BANCO DE REALIDADES FUTURAS**

Em qualquer nível que direcione suas ações, o crédito mútuo nunca deixa de ter o futuro em mente. Grande parte das cooperativas prevê a renovação de rumos na formação de associações, as quais continuarão a surgir pela necessidade e interesse dos grupos.

O que representa um interesse hoje, poderá não sê-lo para a sociedade de amanhã. Com isso, a todo instante o crédito mútuo procura adaptar-se à realidade, sem perder, no entanto, os seus alicerces, permanecendo fiel às suas origens.

## **RECURSOS**

Procurando fazer da economia uma poderosa ferramenta, que auxilie na busca constante de melhores soluções para as pessoas e comunidades, o crédito mútuo esforça-se para acompanhar as evoluções do mercado financeiro.

As contas de depósito do crédito mútuo oferecem as mesmas vantagens da poupança bancária, devido à existência de uma taxa de juros fixada, que rende dentro dos limites de uma outra taxa, calculada pelo governo.

A conta corrente (movimento de cheques) é, também, um sistema gerenciador do orçamento da família. Graças à transferência e deduções automáticas, facilita o pagamento de salários e encargos sociais, bem como o pagamento de outras despesas da família (aluguéis, impostos, telefones, etc.).

O extrato da conta corrente dá uma indicação regular e precisa do estado das finanças da família.

## **TIPOS DE INVESTIMENTOS**

Como qualquer banco, as cooperativas de crédito mútuo oferecem diferentes tipos de investimento:

- Certificados bancários, com uma taxa de juros progressiva e certificados de poupança (cadernetas de poupança); depósitos a prazo fixo;
- Plano econômico para habitação (conta de poupança para moradia, algu-

mas vezes com um empréstimo incluído).

Além desses investimentos, que proporcionam ao poupador liquidez, retorno e segurança, o crédito mútuo tem o propósito de aconselhá-lo na constituição e proteção de seu patrimônio, guiando-o em direção aos investimentos mais adequados (cadernetas, certificados bancários, cheques especiais, planos de economia para habitação, etc.).

## **EMPRÉSTIMOS**

O maior volume de empréstimos é concedido para financiar a aquisição de propriedades, seguido daqueles que são aplicados no progresso das comunidades.

Quanto às taxas, prazos, resgate e demais métodos de restituição, há uma preocupação em oferecer as condições mais vantajosas e próximas da situação de cada indivíduo, família ou coletividade.

Por exemplo:

- Para estudos (financiamento de bolsas escolares);
- Para recém-casados;
- Para aquisição de casa própria;
- Para compras de equipamentos e utilidades domésticas;
- Para recuperação ou reformas de prédios antigos;
- Empréstimos à família com fins não especificados;
- Para compromissos de vida profissional;
- Para instalações e montagens.

Para efetuar o seu pedido de empréstimo, basta que o solicitante procure a pessoa responsável pelas autorizações dentro do banco local, e esta encaminhará a requisição aos administradores dos recursos.

O crédito mútuo concede empréstimos para implemento da qualidade de vida nas comunidades, contribuindo para o desenvolvimento da infra-estrutura e, conseqüentemente, gerando empregos.

As cooperativas de crédito mútuo dispõem de consultores, conselheiros e promotores da comunidade que, juntos, fomentam planos de desenvolvimento de âmbito local e regional. Os mais comuns são:

- Estradas de rodagem e vias principais de comunicação;
- Creches e hospitais;
- Bibliotecas e centros culturais;
- Vias para pedestres
- Lares para aposentados e idosos;
- Cooperativas;
- Prédios de administrações, etc.

Os recursos captados regionalmente pelas cooperativas são redistribuídos den-

tro da mesma área, com a execução de projetos relativos ao desenvolvimento de infra-estrutura, oferta de empregos e financiamento de equipamentos médicos e sanitários, por exemplo.

## **ACONSELHAMENTO E SERVIÇOS**

Entre os princípios que governam o crédito mútuo, a noção de aconselhamento e serviços é a que vem recebendo a maior ênfase, já que a meta do sistema não é vender empréstimos ou produtos de poupança, mas sim oferecer soluções adequadas para cada tipo de problema.

Com uma visão ampla, os especialistas em crédito mútuo emitem avaliações precisas, proporcionando o exame, junto ao associado, das conseqüências de cada empréstimo no orçamento familiar. Da mesma forma, são tratadas as questões relativas a seguro, patrimônio e herança, capacitando o associado à tomada de decisões seguras.

Adaptáveis a diversas situações da vida, inclusive as do dia-a-dia, os serviços oferecidos pelo crédito mútuo sofrem constantes mudanças, no sentido de ampliar condições de investimento e aprimorar o nível de satisfação dos associados do sistema.

Como exemplo, pode-se citar o Eurocheque, um meio de pagamento aceito internacionalmente, que oferece as vantagens do cheque e do cartão de crédito ao mesmo tempo. Garantido dentro e fora do país, este serviço habilita a pessoa a fazer retiradas em 50 países, o que de certa forma se tornou mais fácil com o acesso a uma vasta rede de distribuidores automáticos (os Distribanque, espécie de caixas automáticos bancários).

## **DESCENTRALIZAÇÃO, DEMOCRACIA E EFICIÊNCIA**

O crédito mútuo possui uma estrutura descentralizada e democrática, dividida em três níveis: os bancos locais (que formam a base da pirâmide), federações regionais e bancos federais, e por último, a Confederação Nacional e o Banco Central de Crédito Mútuo, que correspondem ao ápice da estrutura do sistema.

O primeiro dos três níveis tem a função de captar recursos através de poupança e conceder empréstimos aos associados. Atualmente, existem cerca de três mil bancos legal e financeiramente autônomos, com representantes eleitos que prestam serviços voluntários.

C) segundo nível da estrutura são as federações regionais e os bancos federais. Cada banco local de crédito mútuo deve pertencer a uma federação regional e filiar-se a um banco federal.

O papel das federações é exercer controle financeiro, administrativo e técnico sobre os bancos locais, instituindo medidas que possibilitem a superação de dificuldades na área de ação desses bancos. Por oferecerem uma gama de serviços, tais como assistência técnica e assessoria comercial, as federações – que têm adminis-

tradores oriundos dos bancos locais – encorajaram o desenvolvimento do crédito mútuo, permitindo o fortalecimento de seus ideais.

As áreas cobertas pelas federações possuem um desenvolvimento desnivelado, diretamente influenciado pela importância dos depósitos e número de bancos locais constituídos.

A *Fédération d'Accueil et de Développement* – Federação de Apoio e Desenvolvimento – é um instrumento que serve de exemplo quando o assunto é o avanço do crédito mútuo em regiões nas quais ele não tem raízes fortes e posições seguras. Criada em 23 de junho de 1964 sob a iniciativa da Confederação Nacional de Crédito Mútuo, ela agrupa bancos locais isolados ou pouco numerosos para constituir uma federação. Até que seja possível a criação de uma federação própria para essas instituições locais, a Federação de Apoio oferece serviços de mercado e serviços técnicos como centro de formação e de informações. Toda a atuação é direcionada para a satisfação plena das necessidades dos associados dos bancos locais.

Já os bancos federais caracterizam-se por uma função gerencial, ligada aos interesses financeiros dos bancos locais e de seus membros.

Como associações cooperativas de capital variável, cabe a eles:

- Garantir o equilíbrio dos bancos locais e gerenciar o superávit;
- Incumbir-se de todos os negócios e perspectivas dos bancos locais;
- Garantir a segurança da poupança, compartilhando responsabilidades (fundo comum de garantia/conta conjunta de participação);
- Permitir o resgate de depósitos a qualquer tempo.

O terceiro e último nível, a Confederação Nacional de Crédito Mútuo e Banco Central de Crédito Mútuo, constitui o ápice da estrutura. Obrigatoriamente, a Confederação abriga todas as federações regionais, que na qualidade de membros elegem através de Assembléia Geral sua junta administrativa. Entre as atribuições da junta, destacam-se as principais:

- Representar os bancos de crédito mútuo, defendendo suas reivindicações e lutando pelo interesse comum;
- Exercer um controle administrativo, técnico e financeiro sobre sua organização e gerenciamento;
- Tomar todas as medidas necessárias para sanar dificuldades operacionais da instituição;
- Controlar e defender os interesses dos bancos de crédito mútuo e solucionar todas as questões que digam respeito aos pedidos de empréstimo.

O Banco Central de Crédito Mútuo – BCEM – é constituído sob a forma de sociedade cooperativa de responsabilidade limitada com capital variável.

Este banco – também chamado de Banco Federal das Cooperativas de Crédito – reúne os bancos federais, contribuindo para o aumento do potencial de empréstimos de cada um deles. Isso é possível devido à otimização de recursos financeiros extras da área tradicional, já que o BCEM gerência os recursos desses bancos.

Incumbido de certas funções de representação do crédito mútuo junto às autoridades monetárias e às federações regionais, o BCEM possui um Fundo de Garantia, através do qual resguarda a segurança dos depósitos de seus membros. Ele ainda apóia e supre os bancos federais, favorecendo melhores índices de liquidez e equilíbrio financeiro.

Responsável pela distribuição de operações padronizadas e por serviços relativos a mercados estrangeiros, como traveller's cheques e Eurocheques, o BCEM assegura a unidade do movimento, aglutinando vários órgãos financeiros.

O Banco local de Crédito Mútuo é a origem do crédito mútuo, uma instituição que permite a participação do indivíduo na condução da vida local, encorajando a prática da economia.

Seus principais órgãos são:

**Assembléia Geral** – autoridade máxima, que reúne todos os membros uma vez por ano, com igualdade de voto.

**Junta diretiva** – composta por voluntários, eleitos pela Assembléia Geral.

**Presidência da junta** – decidida pelos membros do Conselho. O presidente tem todo o respaldo para o desempenho de suas funções, de fomento e gerenciamento do banco local.

**Comissão de fiscalização** – um dos instrumentos de controle, essa comissão é eleita também por Assembléia Geral, estando sujeita à supervisão de delegados. Essa comissão assemelha-se aos nossos conselhos fiscais.

**Gerente** – ao lado da junta diretiva, estabelece sistemas de contatos pessoais com os membros da sociedade, criando um intercâmbio de informações. Esse intercâmbio possibilita o julgamento adequado de riscos e garantias de cada empreendimento. Entre as suas atribuições, estão a supervisão dos pedidos de empréstimo e a execução de diretrizes emanadas da Junta diretora.

Atualmente, o crédito mútuo na França está longe de afundar-se na tradição, dando provas de sua vitalidade pela ativa participação de seus membros, estando comprometido com o desenvolvimento. São mais de 20 federações regionais, uma confederação nacional e um banco central de crédito mútuo, todos voltados para a satisfação das necessidades humanas e econômicas.

Sua estrutura é bem flexível, permitindo à comunidade e ao homem da região a compreensão do papel de suas atribuições relativas ao seu próprio futuro.

## A REESTRUTURAÇÃO DO COOPERATIVISMO FRANCÊS NOS ANOS 80

Nos anos 80, o *Crédit Agricole*, banco cooperativo de cúpula do sistema rural francês, foi apontado como o mais forte da Europa e esteve entre os primeiros no ranking internacional.

A sua estrutura é formada por caixas de crédito rurais, caixas rurais regionais (94 centrais), mais de 4.600 escritórios permanentes e cerca de 4.000 unidades mó-

veis de atendimento de crédito rural para comandar, normalizar e fiscalizar todas as ações do sistema que é o mais integrado do mundo – foi criada a Caixa Nacional de Crédito Agrícola, órgão de 3ª instância.

Para atingir este nível de organização, o sistema de crédito cooperativo francês levou 80 anos. Hoje, ele abrange não somente áreas rurais, mas as urbanas, captando recursos via depósitos, cotas de capital e outros papéis negociáveis. Além disso, o *Crédit Agricole* fortalece o sistema funcionando como um verdadeiro conglomerado, diversificando seu leque de atividades, que inclui setores como o comércio e o turismo.

Na sua composição, o Ministério das finanças participa com a indicação de um comissário, sendo que as cooperativas de 1º e 2º grau elegem representantes para os Conselhos de Administração, que por sua vez contratam os diretores executivos.

Totalmente independente do governo em termos de financiamentos, o sistema apóia com recursos excedentes os segmentos de crédito agrícola e urbano de outros países, a taxas próximas de mercado. Esta autonomia econômica é um dos principais fatores que contribuíram para o aumento do número de usuários do sistema, que no final dos anos 80 alcançou o patamar de oito milhões de associados.

---

## Alemanha – Berço do Cooperativismo de Crédito

*Contemporâneo do movimento de Rochdale, que foi responsável pela implantação das cooperativas de consumo na Inglaterra, o movimento cooperativista de crédito na Alemanha nasceu do esforço e da visão de dois pioneiros.*

Apesar de terem vindo de ambientes sociais diferentes, Herman Schulze e Friedrich Wilhelm Raiffeisen guardavam as mesmas impressões sobre o problema de crédito para os lavradores e trabalhadores.

### **Herman Schulze (1808-1883)** **Cooperativas de Crédito Urbanas**

Nascido na cidade de Delitzsch, formou-se em Direito, foi deputado e prefeito desta cidade, adotando o seu nome posteriormente, já que Schulze era muito comum na Alemanha.

Na condição de membro da Assembléia Nacional Alemã, externou sua preocupação com a exploração sofrida pelos industriais, comerciantes e trabalhadores de sua cidade natal. Esse quadro levou-o a organizar sociedades de crédito que atendessem às necessidades dessas pessoas.

Embora viesse atender a certas áreas rurais, a maior ênfase dessas sociedades foi dada para a área urbana. Em Delitzsch, Schulze daria início ao programa organizando uma pequena caixa de socorro, especialmente para atender casos de doença ou de morte. Mais tarde, em 1850, surgiria a primeira cooperativa de crédito urbano. Logo depois, surgiriam outras, resultando no aparecimento da União Geral das Sociedades Cooperativas e Artesanais Alemãs. Nesta fase, a área de atuação dessas cooperativas não obedecia a limites rígidos e as instituições não recebiam auxílio do Estado.

Quando começou a funcionar, esse tipo de cooperativa era estruturada com base num fundo compulsório, diferentemente do que era feito nas Caixas Rurais. Só mais tarde seria estabelecida a obrigatoriedade de subscrição e integralização do capital social.

Devido à mentalidade capitalista da época, Schulze foi muito criticado, já que vigorava a idéia de que o salário existia apenas para cobrir a manutenção dos operários, ficando toda e qualquer emergência a cargo do Estado. Essa mentalidade julgava impossível a criação de Bancos Populares – como as cooperativas passaram a ser denominadas – com recursos extraídos de pessoas pobres. Se elas não tinham condições de economizar, como poderiam capitalizar numa cooperativa?

Apesar de todas essas dificuldades, as cooperativas multiplicaram-se, e em 10 anos já somavam 111, com bons resultados. Com isso, apesar de se adaptarem melhor à vida urbana, os Bancos Populares, aos poucos, invadiram a área rural, competindo de certa forma com as Caixas Raiffeisen.

Essas cooperativas passaram a ser conhecidas com o nome de Schulze-Delitzsch, tendo as seguintes características principais:

- Adoção do princípio de auto-ajuda;
- Responsabilidade ilimitada dos sócios;
- Sobras líquidas distribuídas proporcionalmente ao capital;
- Controle democrático, que permite que cada associado tenha direito a um voto;
- Áreas de ação não restritas;
- Empréstimos de curto prazo, de acordo com as modalidades bancárias vigentes;
- Diretores executivos remunerados

Diferentemente do sistema Raiffeisen, que pregou a integração, a não remuneração de dirigentes e a retenção das sobras em um fundo de reserva, os Bancos Populares Schulze-Delitzsch não estabeleceram nenhum tipo de centralização, cada um aluando com vida própria. Recentemente, esse último sistema fundiu-se ao Raiffeisen, que se estende a área rural e urbana.

Mais ou menos nessa mesma época, outro alemão, chamado Wilhelm Hass, organizou um tipo intermediário de cooperativa de crédito entre as linhas de atuação Raiffeisen e Schulze-Delitzsch. Esse modelo diferenciava do de Raiffeisen por

ter capital e não exercer fiscalização sobre os associados. Da mesma forma, guardava diferenças com o de Schulze por manter área de ação restrita e defender a centralização e a integração.

Por terem princípios morais e humanistas muito elevados, as caixas rurais Raiffeisen foram as mais copiadas, espalhando-se por todo o mundo.

## **Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818 –1888)**

### **Cooperativas de Crédito Rural**

Filho de agricultores, tendo ficado órfão muito cedo, Raiffeisen trabalhou no campo em sua juventude, observando as dificuldades dos lavradores para obtenção de crédito. Explorados pelos negociantes – que compravam as safras a preços muito abaixo do mercado –, eles conseguiam com muita dificuldade recursos suficientes para despesas anuais da agricultura. Acompanhando de perto o sofrimento dos agricultores, que também era o seu, Raiffeisen pensava em como conseguir mudar este quadro.

Aos 27 anos, Raiffeisen assumiu a prefeitura de Weyerbusch, cidade da província da Renânia, sendo prefeito de várias cidades na mesma província nos anos seguintes.

Na primeira metade do século XIX a miséria rondava pelos campos e cidades Alemãs. Nos anos de 1847 e 1848 a situação agravou-se, com a passagem de dois rigorosos invernos, que trouxeram a fome em toda região.

Numa tentativa de buscar soluções para este problema, Raiffeisen criou formas de auxílio aos agricultores, organizando entidades beneficentes de vários tipos. Em 1849, por intermédio de uma dessas entidades, os agricultores puderam ter acesso ao crédito para atendimento de suas necessidades básicas. Esta sociedade, localizada na cidade de Heddsdorf, deu origem ao cooperativismo de crédito rural, que na verdade começou como uma simples caixa de socorro. Aos poucos, esta idéia foi sendo adaptada até concretizar-se em 1862, com a aprovação de estatutos.

Resumidamente, suas normas e características principais eram as seguintes:

- Responsabilidade solidária de todos os associados;
- Não obrigatoriedade de subscrição e integralização de capital, permitindo o ingresso de todos na sociedade, desde que fossem pessoas idôneas;
- Destinação integral das sobras para formação de um fundo de reserva para a cooperativa;
- Gestão democrática, permitindo que cada participante tivesse direito a voto nas deliberações sociais;
- Área de ação reduzida, com o objetivo de resguardar a solidariedade financeira assumida, permitindo o interesse pelos problemas comuns.

Após a criação e organização desta caixa rural, Raiffeisen passou a difundir a idéia em várias regiões da Alemanha. Logo, estas sociedades passaram a ser conhecidas como Caixas Rurais Raiffeisen, que além de emprestarem dinheiro, pro-

curavam diminuir o desemprego e cuidar da educação das famílias.

### **Associação Federal de Bancos Populares e Bancos Raiffeisen Alemães (Deutschen Volksbanken und Raiffeisenbanken – BVR)**

O sistema alemão de bancos cooperativos está organizado de acordo com as bases fincadas por Raiffeisen, integrando a comunidade financeira da Alemanha. Centralizado através da Associação Federal e da União Raiffeisen Internacional (IRU), estes bancos estão sujeitos à legislação bancária geral e a lei das cooperativas.

Com o objetivo de constituir um sistema de ajuda aos sócios clientes, eles são universais, o que significa que oferecem uma gama de serviços comerciais e de inversões, investimentos e serviços de corretagem de bolsa. Estas entidades funcionam ainda sem restrições ou privilégios, competindo com os bancos comerciais privados e com o sistema de caixas econômicas municipais.

A instituição de cúpula das cooperativas de crédito é a Federação de Bancos Populares e Bancos Raiffeisen Alemães, com sede em Bonn.

### **Dados estatísticos de 1985 – Alemanha**

#### **União Raiffeisen Internacional (International Raiffeisen Union-IRU)**

Em 1988 comemorou-se, com o Congresso Raiffeisen, os 20 anos de existência da União Raiffeisen Internacional. Hoje, a instituição promove um contínuo intercâmbio entre as cooperativas associadas, oferecendo experiências a organizações em etapa inicial de desenvolvimento.

Para facilitar este intercâmbio, foi criado em Bonn um centro de documentação apto a fornecer informações e dados estatísticos atualizados.

N° de cooperativas	3.660
N° de associados	10.300.000
Volume de depósitos	US\$ 135,706,000,000
Volume de empréstimos	US\$ 106,168,000,000
Reservas	US\$ 6,617,000,000
Ativos	US\$ 167,650,000,000

Os sistemas cooperativos de crédito rural e de crédito urbano encontram-se em franca expansão em quase todos os continentes. Dentro deste quadro, merecem destaque os países nórdicos, a Espanha e a Suíça.

Com um enfoque diferente, mais próximo dos bancos comerciais, o cooperativismo de crédito na Itália vem perdendo gradativamente suas características. Constituído por Luigi Luzzatti, que de acordo com o modelo preconizado por Schulze e Raiffeisen criou os Bancos Populares Luzzatti, abertos à comunidade, o

sistema italiano ficou conhecido por priorizar depósitos em movimento, sem dar expressão ao capital e a fundamentos humanistas.

---

# O sistema holandês e sua presença no Brasil

*O cooperativismo de crédito na Holanda é considerado como sendo um dos mais bem estruturados no mundo. Suas bases estão fincadas no cooperativismo de crédito rural, que nasceu após uma crise instaurada na agricultura do país em 1896.*

Semelhante ao sistema alemão, o sistema holandês surgiu sem a interferência do governo, embora fortemente influenciado por correntes religiosas. No início, as cooperativas de crédito funcionavam integradas a duas centrais bancárias:

Cooperativa Central Raiffeisen – Banco de Utrecht (de influência católica);

Cooperativa Central de Boerenleebank – Banco de Eindhoven (de influência protestante).

Recentemente, as duas Centrais se fundiram, passando a atuar unicamente através do *Rabobank Nederland*, instituição consolidada em 90 anos e atualmente responsável por 91% de todo o crédito rural oferecido aos produtores holandeses.

Para se ter uma idéia, o grupo Rabobank possui mais de 980 cooperativas locais e cerca de 3.130 agências bancárias, número que chega a ser superior ao total de agências do Banco do Brasil. Segundo o Diretor gerente da subsidiária do grupo no Brasil, Tony de Boon, apesar de sua inegável vocação agrícola, o Rabobank vem destacando-se por operações de leasing, financiamento à construção naval, factoring e crédito a pequenas empresas.

Com uma rede de agências em 11 países, o Banco tem filiais em Nova Iorque, Londres, Antuérpia, Cingapura, Alemanha, Luxemburgo, Suíça, Antilhas Holandesas, Paris, Hong Kong e Jacarta. Na América Latina, ele possui uma subsidiária no Brasil, em São Paulo, e escritórios na Argentina e Uruguai. Só em 1989, o número de funcionários passou de 1.199 para 3.500, dos quais 730 trabalhando no exterior.

Embora continue a destinar grande parte dos empréstimos ao setor agrícola – que em 1989 obteve 26% do total de empréstimos, cerca de US\$ 62,44 milhões – o Rabobank é considerado a maior instituição de empréstimos hipotecários e de poupança dos Países Baixos. Ele é responsável pelo financiamento de aproximadamente um quarto do total de empréstimos hipotecários residenciais da Holanda, detendo cerca de 40% dos depósitos de poupança naquele país.

No final de 1989, a instituição comprou 1,25% do capital do Banco Popular

Espanhol, um dos maiores bancos comerciais da Espanha. Em 1990, ele tornou-se o maior acionista da Companhia de Seguros Interpolis, adquirindo 73,5% da KNBTB e 8,3% da *Vereniging Hagelunes*, que formavam a Interpolis, a primeira uma organização de produtores holandeses católicos e a segunda uma seguradora de estufas agrícolas. Com os 10,7% que já tinha anteriormente, passou a majoritário, com 92,5% do capital total.

## O Rabobank no Brasil

---

Em 1989, o Rabobank Nederland firmou sua presença no país com a instalação de sua subsidiária, a Raibobank do Brasil, voltada, inicialmente, para serviços de importação e exportação.

O nome Raibobank para a subsidiária brasileira foi escolhido para enfatizar as três primeiras letras de um dos bancos fundadores e dar melhor sonoridade à palavra.

Inaugurado oficialmente no dia 26 de outubro de 1989, o Raibobank começou oferecendo serviços de pré e pós financiamento de importação e exportação, incluindo-se estocagem de produtos e serviços de confirmação de carta de crédito, o Raibofin e o Raibocon. Mais tarde, ele também criaria o Raibodoc, serviço de cobrança de documentos de exportação, e o Raiboinfo, serviço de informações financeiras, bancária e comerciais para exportadores e importadores.

Em 1989, entre os meses de abril e outubro, o Raibobank financiou US\$ 50 milhões em exportações agrícolas. Os maiores volumes de pré-financiamentos foram para os setores de soja, cítricos e café.

São Paulo foi o ponto de partida para a penetração do Rabobank Nederland na América Latina. Em 1990, foram investidos cerca de US\$ 300 milhões. Para o futuro, há a possibilidade de abertura de serviços para outros setores.

Afora os recursos destinados para a agricultura especificamente, o Rabobank direcionou verbas para a educação do cooperativismo de crédito urbano no Brasil, atuando junto à antiga FELEME – Federação Leste Meridional das Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo Ltda.

---

## Canadá: as Caixas Desjardins

*O cooperativismo de crédito na América surgiu em Levis, Québec, em 1900, fruto da iniciativa de Alphonse Desjardins, jornalista canadense que pretendia organizar uma rede de instituições descentralizadas que ao mesmo tempo acabasse com a usura e propiciasse acesso ao crédito às pessoas de menor poder aquisitivo.*

Apesar de adotar características próprias, esta primeira cooperativa de economia e crédito – que começou a operar com 26 dólares apenas – recebeu influências dos modelos preconizados por Schulze e Raiffeisen. Basicamente, o objetivo era a promoção de um ideal coletivo de acordo com as aspirações dos canadenses de origem francesa, que sofriam com um sistema financeiro que não respeitava a vocação rural de Québec.

Além dos recursos, que eram mínimos, outras dificuldades foram enfrentadas por Desjardins nesta fase inicial, como a recusa do governo do Canadá em votar leis específicas para as cooperativas de crédito e a oposição da Câmara de Comércio e Bancos Comerciais. No entanto, ele não esmoreceu diante de tais obstáculos. Convicto de seus ideais, Desjardins, que era católico praticante, encontrou o apoio do clero e também das elites nacionalistas, que somaram forças em prol do novo sistema de crédito popular. A assistência da Igreja foi de vital importância para o movimento, quando as paróquias abrigaram a implantação das primeiras cooperativas.

Com a Lei dos Sindicatos Cooperativos e a aprovação de leis governamentais pertinentes à sua atuação, as cooperativas puderam finalmente se expandir em 1906. Em 1917, Desjardins empenhou-se em estabelecer as bases de um sistema federado para as 140 cooperativas existentes na época, a fim de permitir assistência técnica e padronização de serviços e controles com maior facilidade.

Morto em 1920, aos 66 anos, Desjardins não chegaria a ver esse sistema funcionando na prática, que efetivamente agrupou cooperativas de âmbito local, regional e federal em torno de uma confederação. A partir da fundação da *Union Régionale de Trois-Rivières*, outras instituições deste tipo foram criadas na década de 30, inspiradas na idéia de Desjardins.

## Instituições financeiras

Entre 1934 e 1945, o movimento de crédito cooperativo cresceu consideravelmente. Neste intervalo, a Federação das Cooperativas de Economia e Crédito, constituída em 1932, vinha demonstrando seus resultados. Realizando trabalhos de inspeção nas instituições, a Federação evitava eventuais intervenções do governo na área, o que se refletiu positivamente nos dados registrados. Antes, eram 183 cooperativas, que passaram a 852 após esse período. Em 1945, nove cooperativas da região de Montreal desfilaram-se para fundar a Federação de Montreal das Cooperativas de Crédito Desjardins.

Progressivamente, em 1951, 15,5% da população de Québec pertencem a uma cooperativa, percentual que se eleva em 1961 para 25%. Em 1944, juntas as cooperativas de economia e crédito penetram em outros setores e fundam uma sociedade de seguros gerais, a *Société d'Assurance des Caisses Populaires*, e outra de seguro de vida, a *Assurance-vie Desjardins*, em 1948.

Fortemente implantadas no meio rural, as cooperativas começam a penetrar nos mercados urbanos. Verifica-se, também, neste período, o nascimento de um novo tipo de instituição financeira, que são as Cooperativas de Crédito de Extensão Rural, fruto do trabalho da União Católica para Agricultores (U.C.C.).

De um modo geral, estas cooperativas são organizadas para facilitar o acesso de jovens agricultores a empréstimos em longo prazo, permitindo a compra de terras. A primeira instituição deste tipo foi fundada em 1950, complementando as atividades das cooperativas de economia e crédito.

## Os anos 60 e as cooperativas de economia e crédito mútuo

---

O movimento Desjardins recebeu grandes impulsos na década de 60.

Em 1962, as cooperativas de economia e crédito adquirem a Sauvegarde, uma companhia de seguro de vida, e, em 1963, a Société de Fiducie du Québec et la Sécurité, companhia de seguros gerais.

Em 1963 são fundadas duas instituições de peso: o *Institut Coopérative Desjardins* e a *Association Cooperative Desjardins*, esta última uma sociedade de gerenciamento.

Com a criação da *Société d'Investissement Desjardins*, em 1971, as cooperativas partilham com a Sociedade de Québec de Iniciativas Agro-alimentares – SOQUIA a propriedade do complexo alimentar Culinar (*Vachon Inc. Produits Diamant Lido Biscuit*). Igualmente, por intermédio do Crédito Industrial Desjardins, que começou a operar em 1978, o movimento dá seus primeiros passos em direção ao financiamento de produtos para o mercado exterior.

Nos anos 60 e 70 as cooperativas diminuem em número, sem afetar o aumento do número de sócios e o crescimento dos ativos. Para se ter uma idéia, de 1972 a 1979 os ativos passaram de 3,7 para 10,8 milhões de dólares canadenses, o que significou uma progressão média anual de 29%.

Neste período, surgiram instituições cooperativas próprias para a captação de recursos, com o objetivo de promover a expansão econômica local e regional. As cooperativas de crédito de Extensão Rural passam a ampliar o seu campo de ação, deixando de conceder empréstimos apenas a lavradores. Aos poucos elas concedem empréstimos também a empresas e para a construção de moradias, o que muito contribuiu para que seus ativos quadruplicassem de 1971 a 1978.

Em 1970, as cooperativas de economia constituídas por organizações sindicais e profissionais fundiram-se à Federação das Cooperativas de Economia e Crédito Desjardins, apesar de possuírem uma Federação exclusiva desde 1940. No final de 1979, todas as federações uniram-se à Confederação Cooperativa de Economia e

Crédito Desjardins de Québec.

## Canadá de língua inglesa e Canadá de língua francesa

---

Embora tenha se iniciado em Québec, região fortemente influenciada pela cultura francesa, o movimento Desjardins atravessou fronteiras, indo conquistar a parte do país colonizada por ingleses. Assim, foram formadas as cooperativas de British Columbia, Alberta, Saskatchewan, Ontário, Nova Escócia, Newfoundland, New Brunswick e Prince Edward Island. Esse movimento paralelo culminou com a fundação da *Canadian Cooperative Credit Society*.

Aluando com representatividade política e econômica, o movimento cooperativo no Canadá se beneficia da independência que o governo confere a suas províncias, o que garante liberdade de ação a todos os segmentos cooperativos.

## O novo regime financeiro

---

Os esforços por parte do governo canadense para reordenar e regulamentar a indústria de serviços financeiros em 1985 resultaram num quadro de mudanças substanciais para o cooperativismo. A questão da reforma financeira revestiu-se de maior urgência quando duas pequenas sociedades fiduciárias do oeste quebraram, ocorrendo logo em seguida o desmantelamento de dois bancos regionais. Coisas deste tipo não aconteciam desde a grande depressão dos anos 30.

Como instituições financeiras locais, as cooperativas de economia e crédito eram vulneráveis aos problemas econômicos motivados por disparidades regionais. Com estes desequilíbrios na economia, todas as cooperativas das províncias do Oeste tiveram um crescimento baixo. Na parte central do Canadá este crescimento foi moderado, sendo que com as províncias do Ontário até o Leste a situação foi inversa, já que o sistema cooperativo acompanhou o crescimento da região.

Mesmo com todos esses reveses, o sistema de economia e crédito no Canadá obteve bons rendimentos em 1985. Os ativos passaram a 28,2 bilhões de dólares canadenses, o que representou um aumento de 8,5% em relação ao ano anterior. As economias subiram em torno de 9%, significando um acréscimo de 13,9 bilhões no final deste período.

De forma lenta, devido às altas taxas de juros, o volume de empréstimos aos poucos foi retomando seu ritmo, chegando ao final do ano a 15,2 bilhões de dólares canadenses, 6% a mais do que o ano anterior. No final de 1985, o número de sócios pulou para 4,4 milhões (cerca de 150.000 a mais em comparação a 1984), embora o número de cooperativas tenha diminuído para 1.550, com a fusão de 47 cooperativas.

Inovando com a introdução de um pacote completo de serviços e planejamento financeiro para sócios, as cooperativas canadenses lançaram o Planejamento financeiro para a aposentadoria, o primeiro de uma série de novos serviços.

## A sociedade canadense de crédito cooperativo CCCS na década de 80

---

A partir de 1985, com a regulamentação do sistema financeiro, as cooperativas de economia e crédito canadense passam a funcionar em um esquema cada vez mais competitivo. Há uma profusão de serviços bancários eletrônicos e de instituições e sociedades financeiras, que formam conglomerados que oferecem uma grande variedade de serviços.

Com a erradicação das barreiras tradicionais que existiam dentro do sistema, áreas muito restritas anteriormente começaram a ser ocupadas. Os bancos absorveram sociedades de valores, os corretores da bolsa adquiriram licenças bancárias e as companhias seguradoras ampliaram suas atividades, oferecendo sistemas de aposentadorias e assessoria financeira. As cooperativas centrais de economia e crédito obtiveram um poder de autoridade semelhante aos bancos, com a revisão da lei regulamentadora sobre as associações de crédito cooperativo.

A estrutura da indústria de serviços financeiros está sofrendo uma mudança. Com o objetivo de assegurar espaços dentro do mercado, as instituições financeiras entram numa concorrência que tende a ficar cada vez mais acirrada, principalmente com a expansão dos bancos americanos em direção ao norte, em virtude do acordo de livre comércio assinado entre os EUA e Canadá.

O sistema bancário eletrônico passou a ganhar mais expressão na indústria financeira, melhorando o atendimento e os serviços junto ao consumidor.

Com a introdução do Node, sofisticado computador que processa todas as transações relativas às cooperativas dentro de uma rede nacional de caixas automáticas dos bancos, o sistema pôde aprimorar os serviços oferecidos a seus sócios.

Outro passo vital foi a criação do Comitê de Desenvolvimento de Produtos e Serviços, para uma maior integração dos produtos e serviços oferecidos pelas cooperativas financeiras nacionais. Além desse objetivo, o Comitê irá considerar diversos sistemas de distribuição para que os serviços e produtos sejam acessíveis às cooperativas de economia e crédito de todo o país de forma padronizada.

## Promoção social, comunitária e defesa ecológica

### **Movimento Desjardins**

Além de seu desenvolvimento financeiro, este movimento manteve uma es-

treita relação com o povo de Québec. Tal como em anos anteriores, diversos de seus componentes contribuíram substancialmente para a realização de projetos dirigidos à comunidade, sob a forma de doações e patrocínios.

Reflexo do clima de estabilidade econômica alcançado em 1988, quando os ativos de todo o sistema cooperativo elevaram-se a 28 bilhões de dólares no final do ano – significando 15% de aumento em relação ao exercício anterior –, esta relação mantida com a comunidade se estenderia a organizações educacionais, humanitárias, culturais e desportivas.

Em resposta ao apelo feito pelo presidente do Grupo Desjardins (*Confédération de Caisses Populaires et d'Economie Desjardins du Québec*), as cooperativas de economia e crédito e também suas federações tiveram uma participação de peso na proteção ambiental. Dentro de uma proposta de promoção social, este apelo foi direcionado às mulheres, conclamando-as a uma participação mais efetiva nos conselhos administrativos. Com isso, num universo de 1.788 vagas, foram eleitas 959 mulheres, ou seja, 54% dos cargos. Inegavelmente, esses números representaram um avanço para todo o sistema, que logo computou dados mais do que positivos.

## O movimento de Antigonish

---

Iniciado na década de 30 na Costa do Labrador, em Nova Escócia, este movimento foi liderado pelo Padre Moses Coady, que se dedicava a programas de educação para adultos.

Ao desenvolver um trabalho junto aos pescadores, iniciando-os na organização cooperativa – primeiro como produção e em seguida no crédito mútuo – ele criou perspectivas que antes não existiam, mostrando-lhes que poderiam ser donos do seu próprio destino.

Tido como o maior líder educacional da Universidade Católica de São Francisco Xavier, conhecida por manter e desenvolver programas voltados para adultos, o Padre Coady, falecido na década de 70, escreveu várias obras. Em seu livro *Masters of their own destiny* (Donos do seu próprio destino), ele fala na obra educativa realizada pelos clubes de estudo, organizados para trabalhadores das províncias marítimas do Canadá.

Ao possibilitar a vivência de novas experiências aos pescadores, Padre Coady introduzia conceitos às vezes muito mais amplos do que o cooperativismo. Para despertar a comunidade da apatia em que se encontrava, ele sugeriu que os pescadores enviassem diretamente para Boston uma remessa de lagostas, comercializada normalmente através de intermediários. Como resultado, eles obtiveram um cheque quatro vezes superior.

Rapidamente, o movimento transformou um lugar pobre e abandonado numa região próspera, passando a ser conhecido como Movimento de Antigonish.

## Instituto Internacional de Coady da Universidade de São Francisco Xavier

---

Programa de educação para organização de cooperativas de economia e crédito mútuo

O Instituto Internacional de Coady da Universidade de São Francisco Xavier, em Nova Escócia, no Canadá, oferece um programa educacional e de treinamento orientado para o desenvolvimento de países do terceiro mundo. O objetivo principal do programa é promover a transformação dos sistemas institucionais, preservando as bases ecológicas das quais dependam e, conseqüentemente, favorecer a expansão de capacidades pessoais.

Para isso, as cooperativas são analisadas pelo Instituto como sistema organizacional efetivo, aptas a auxiliar econômica e socialmente países em vias de desenvolvimento.

O programa oferecido pelo Instituto tem a duração de seis meses, e inclui especialização em promoção, organização e gerenciamento de cooperativas e de cooperativas de economia e crédito. Ele visa complementar a experiência de líderes cooperativistas, a fim de que as cooperativas sejam cada vez mais um instrumento de justiça e transformação social.

Anualmente, são oferecidos cerca de 30 programas de treinamento para vários países, com a função de fortalecer o cooperativismo.

---

## Estados Unidos: o sistema se aperfeiçoa

*As cooperativas de economia e crédito implantadas nos EUA foram inspiradas no modelo Desjardins e serviam principalmente aos trabalhadores assalariados.*

O processo de implantação foi idealizado e impulsionado por Edward A. Filene, um comerciante milionário de Boston que, devido ao seu interesse pelas questões sociais, atuou em favor do movimento de cooperativas de economia e crédito. Grande admirador de Alphonse Desjardins, Filene estudou com ele o programa inicial que desencadearia todo sistema, fundando a Caixa Popular de Santa Maria, no Estado de New Hampshire, primeira cooperativa de economia e crédito por ele organizada. Antes mesmo de ter tido contato com o programa Desjardins, no Canadá, em uma de suas viagens à Índia, Filene ficara impressionado com os benefícios que certas aldeias alcançavam por intermédio de cooperativas do tipo Raiffeisen.

## Os primeiros anos

---

Os primeiros anos do movimento nos EUA foram acompanhados de perto por Filene, que proporcionou apoio e respaldo financeiro a esta iniciativa. Constantemente preocupado com a questão dos trabalhadores em geral, ele vislumbrou a importância que este tipo de cooperativa poderia ter junto aos assalariados. Sem salários dignos, insuficientes para o atendimento das necessidades mais básicas, estas pessoas obtiveram um instrumento capaz de criar melhores condições de vida a todos.

Com sua ampla visão de empresário humanista, Filene apostou numa estrutura eficiente, contratando Roy Bergengren, um renomado advogado de Massachusetts, que além de organizar as cooperativas trabalhou para a obtenção de uma legislação favorável ao sistema que abrangesse todo o país.

Sempre com um passo à frente, Filene coordenou a implantação do *Credit Union Extension Bureau*, que, 13 anos mais tarde, daria lugar à Associação Nacional das Cooperativas de Economia e Crédito (*Credit Union National Association – CUNA*), criada para servir às federações estaduais.

Até a sua morte, em 1937, Filene esteve envolvido em diversos empreendimentos relativos ao movimento cooperativista de economia e crédito, dedicando energias – e também boa parte de sua fortuna – a uma causa social eminente.

## Associação Nacional das Cooperativas de Economia e Crédito dos EUA Credit Union National Association – CUNA

---

Constituída em 1934, CUNA passou a ser a entidade que congrega todas as associações de 2º. Grau nos Estados Unidos, estabelecendo políticas de ação, sistemas de serviços e controles.

Conhecida por defender e representar as cooperativas de economia e crédito norte-americanas, CUNA sempre apoiou a constituição de entidades similares nos outros países, concedendo ajuda técnica e financeira para este fim.

Atualmente, sua sede está localizada em Madison, Wisconsin, onde se encontra também a sede do *World Council of Credit Union – WOCCU* (Conselho Mundial das Cooperativas de Economia e Crédito). Originado do Departamento de Extensão Mundial criado em 1954 por CUNA, o Conselho foi criado em 1970, no sentido de propiciar a expansão do movimento no âmbito mundial.

Durante a década de 70, além da capacitação de seus executivos, do gerenciamento e organização do quadro de associados, CUNA acompanhou a constituição da *U.S. Central Credit Union* e da Confederação Latino-Americana das Cooperativas de Economia e Crédito – COLAC. Nesta mesma época, ela acompanhou de

perto o crescimento do Grupo CUNA de Seguros, que começava a ter uma presença significativa no mercado.

## A questão dos impostos

A capacidade de mobilização das cooperativas dos EUA para defender interesses comuns pôde ser avaliada pela repercussão da campanha Vitória na luta por conservar a isenção de impostos. Idealizada e liderada por CUNA, a campanha teve a adesão de grande parte das cooperativas e economia e crédito do país, acabando por convencer o Congresso, que decidiu manter a isenção de impostos federais relativos a estas entidades, decisão em vigor há 48 anos.

Além desta vitória, outras foram obtidas, tendo os gigantes financeiros como alvos principais. Juntas, as cooperativas de economia e crédito lutaram contra o poderio do grupo Sears & Roebuck, que haviam organizado subsidiárias financeiras e estavam competindo com as instituições Fixadas no mercado de poupança e empréstimo. As cooperativas se mantiveram firmes, e, além disso, foram as instituições que mais cresceram.

Só em 1985, o volume de poupança atingiu a casa dos US\$ 126 bilhões, o que representou um crescimento de 23% em relação ao ano anterior e que foi o mais destacado em 35 anos. Neste mesmo ano, os ativos alcançaram um valor de US\$ 138 bilhões, ou seja, 22% a mais do que o ano anterior.

As cooperativas de economia e crédito registraram avanços em relação à promoção de contas individuais para aposentadoria. Estas contas, isentas de impostos, passaram de 3%, percentual registrado em 1983, para 7%, em 1985.

No ano de 1987, o movimento ultrapassa a casa dos 57,5 milhões de associados, número que significa 65 milhões de americanos. De acordo com as estatísticas, uma em cada três pessoas usa os serviços das cooperativas de economia e crédito. As poupanças depositadas neste ano cresceram 17% e, comparados ao ano de 1986, os ativos aumentaram 11,4%.

Durante este período, o governo não desistiu de tentar submeter as cooperativas de economia e crédito a um regime tributário. O Congresso, no entanto, apoiou e tem apoiado estas entidades, levando em consideração os serviços prestados por CUNA e suas filiadas aos consumidores.

As cooperativas de economia e crédito encontram-se, já há algum tempo, na vanguarda dos serviços de cartões de crédito, instituindo comissões e juros mais baixos do que os de outras instituições. Em 1987, foram abertas mais de 5,6 milhões de contas de cartões de crédito.

Segundo dados estatísticos extraídos de relatórios de CUNA, em 1988 o quadro social das cooperativas de economia e crédito expandiu-se, passando a abarcar diversos grupos de empregados. Desses grupos, mais da metade são proprietários que possuem escritórios ou oficinas, independentemente de vínculos empregatícios

com empresas. Esta expansão fez com que a demanda de empréstimos atingisse mais de US\$ 125 bilhões de dólares, sendo que a poupança cresceu US\$ 174,3 bilhões de dólares.

Com a promulgação do Regulamento CC, em 1988, o Conselho de Reserva Federal implementou a Lei de Disponibilidade de Fundos, que tinha como finalidade fazer com que as instituições creditassem os cheques locais nas contas correspondentes, eliminando o período de compensação.

Como instituições financeiras alternativas sem fins lucrativos, as cooperativas de economia e crédito passam a ter cada vez mais credibilidade junto ao público. Uma pesquisa publicada na revista *American Banker*, especializada em assuntos financeiros, mostrou que os sócios das cooperativas se sentem mais satisfeitos com os serviços destas instituições do que com o de outros bancos e demais instituições financeiras.

## O movimento no final da década de 80

O movimento cooperativo de economia e crédito nos EUA prosperou nos anos 80, apesar da competição acirrada por parte das instituições financeiras com fins lucrativos.

Em 1989 houve um movimento de mais de US\$ 60 milhões, ou seja, 45% maior do que o registrado em 1979. Neste mesmo período, os ativos triplicaram, passando para US\$ 185 bilhões. O capital praticamente quadruplicou.

A participação das cooperativas de economia e crédito na economia familiar chegou a 42%, percentual que no fim da década correspondia a 6,1% da economia total familiar nos EUA. Em relação ao total de crédito ao consumidor, esta participação mostrou-se ligeiramente reduzida, baixando de 20% para 13%. Esta queda se explica pelo fato das fábricas de automóveis passarem a conceder empréstimos através de suas companhias de crédito. Como solução, CUNA criou, em 1989, um programa específico de compra e financiamento de veículos, objetivando auxiliar os sócios das cooperativas de economia e crédito mútuo.

Na passagem para os anos 90, o maior desafio do movimento é político, e não financeiro. Os bancos lançam campanhas contra as cooperativas de economia e crédito, na tentativa de influenciar o Congresso a suprimir o sistema de seguros independente. Os banqueiros adotam uma estratégia que traz à tona as preocupações do público quanto à estabilidade das instituições financeiras. Na época, diversos setores ligados à poupança e empréstimos apresentavam irregularidades, o que levou o governo a adotar um plano de saneamento através do Fundo Federal de Segurança da Indústria Financeira.

Este quadro de irregularidades fez com que o Congresso abolisse as agências independentes de regulamentação de seguros, colocando-as sob o controle dos bancos. Ainda que as medidas aplicáveis às cooperativas de economia e crédito se

encontrem entre as utilizadas pelas instituições mais sólidas e fortes do mercado, os bancos comerciais fazem de tudo para que algum dia elas se submetam aos seus regulamentos.

Se o Congresso decidir pelo estabelecimento de uma política de impostos de inspiração bancária às cooperativas, a tendência é a eliminação, com o passar do tempo, das características próprias de instituições financeiras dedicadas a serviços, e não ao lucro. Inevitavelmente, os perdedores seriam os consumidores.

Na década de 90, o movimento cooperativista de economia e crédito norte-americano tem uma meta bem definida, que é a de demonstrar ao Congresso a sua credibilidade perante o público.

## Conclusão

---

Além de organizar, sistematizar, representar e desenvolver o sistema de crédito cooperativo nos EUA, CUNA desempenhou um papel fundamental para a expansão do movimento em outros países, apoiando as organizações até que se tornassem auto-suficientes.

Entre as suas realizações, deve ser destacada a criação do Grupo CUNA de Seguros, que pertence às cooperativas de economia e crédito e cobre todas as modalidades do ramo securitário. Os resultados excedentes das operações são direcionados ao movimento e às entidades de 2º e 3º graus, sendo que uma parte é destinada aos projetos atendidos por WOCCU. CUNA também constituiu uma fundação, que fornece recursos e experiência técnica aos países do 3º mundo.

## O movimento fica mais complexo

---

### **Rede Corporativa das Cooperativas de Economia e Crédito (The Corporate Credit Union Network)**

A Rede Corporativa das Cooperativas de Economia e Crédito é formada pela Central das Cooperativas de Economia e Crédito dos EUA (*U.S. Central Credit Union*) e por suas 42 filiações.

Mais de 15.000 cooperativas fazem uso da Rede, que faz parte de um sistema que conta com as seguintes instituições:

- CUNA
- CUNA *Semce Group*
- 52 federações estaduais de cooperativas de economia e crédito
- 50 corporações fechadas de serviços
- CUNA *Mutual Insurance Group* – Grupo de Seguros CUNA

Todas estas entidades pertencem às cooperativas de economia e crédito e ope-

ram em seu benefício. A Rede possibilitou ao movimento a dinamização de serviços financeiros e de pagamento, cabendo à Central atuar como intermediária nas transações com os demais setores da comunidade financeira.

## Central das Cooperativas de Economia e Crédito dos EUA (U.S. Central Credit Union)

---

A Central e suas corporações suprem clientes/associados em suas necessidades, incluindo investimentos, liquidez, pagamentos automáticos de contas, seguros, comercialização de papéis, crédito e cobrança.

Com funcionamento autorizado em 25 de março de 1974, ela surgiu através da ação da Liga das Cooperativas de Economia e Crédito de Kansas. Suas filiadas são designadas pelas ligas (associações, federações e centrais estaduais).

Atualmente em número de 42, estas filiadas, junto com a Central, formam a Rede.

A Central é responsável pela execução de quase todas as transações com o sistema financeiro, excetuando-se apenas algumas específicas de bancos, bem como a compra e venda de seguros de corretoras externas. De um modo geral, os seguros são feitos pelas corporações das cooperativas de economia e crédito e organizações similares.

A Central tem um sistema operacional totalmente interligado com as organizações de 2° e 3° graus (confederações, federações, centrais estaduais, associações e ligas). Este contato se estende às cooperativas ligadas a estas entidades e demais organizações do ramo.

A prioridade da Central e de suas filiadas é a manutenção do índice de liquidez de todo o movimento, essencial para o equilíbrio de demanda de empréstimos, balanço diário de caixa, ajustes de curto prazo e para outros créditos relativos às necessidades emergenciais de crescimento. Durante o ano de 1986, foram feitos mais de 4.100 créditos antecipados, que tiveram o respaldo da liquidez, na ordem de US\$ 1,2 bilhões.

Em 1986, seus ativos superavam a casa dos US\$ 16,3 bilhões, com o valor das cotas estimado em US\$ 14,9 bilhões. Em um ano, de 1985 para 1986, o capital cresceu 25%. Do movimento diário de depósitos de suas filiadas a Central mantém um percentual como saldo médio, como garantia.

Juntas à Central, as corporações de cooperativas de economia e crédito oferecem programas de empréstimos bem flexíveis, abrindo um leque de opções quanto a limite, montantes, prazos e taxas. As corporações têm acesso a recursos adicionais de liquidez dentro das instituições de mercado de capitais graças à Central, que consegue otimizar recursos internos. Esta atuação da Central traz uma série de vantagens, que incluem linhas de crédito de bancos, facilidades com o Fundo Federal de Recursos (Banco Central Americano), comercializações de papéis, acordo de

recompra e inversões e tomada de empréstimos na CLF (*Central Liquidity Facility*).

A Central é um agente representativo da CLF, o que beneficia a todos: aos que emprestam e aos que fazem empréstimos, aos que capitalizam e aos que obtêm crédito, e aos poupadores e consumidores. No ano de 1986, foram movimentados cerca de US\$ 120 bilhões. As reservas e ganhos indivisíveis cresceram 17%, compondo fundos especiais.

A Central tem emitido cartas de crédito de sustentação do Bônus de Renda Industrial, que são emitidos por algumas cooperativas de economia e crédito. O montante dos bônus, avaliado recentemente em US\$ 12,7 milhões, está garantido plenamente, através de certificados de ações e/ou hipotecas. Este apoio da Central foi fundamental para o sistema de construção com financiamento de baixo custo, programa que vem sendo um sucesso junto ao quadro associativo. Os recursos são provenientes dos bônus da indústria, que têm suporte na carta de crédito da Central, oferecidas às cooperativas de economia e crédito que queiram construir seus próprios prédios.

A Central e as corporações de cooperativas continuaram trabalhando com a CLF, a fim de suprir serviços de meio circulante (moeda) emergencial para enfrentar situações extraordinárias.

Pela representatividade econômica, estrutura modelar de serviços e controle da otimização de recursos de todo o sistema, a Central tem acesso a recursos do Tesouro Nacional e de agências do governo. Este trânsito viabiliza programas específicos de desenvolvimento de áreas rurais e urbanas, atendendo inclusive financiamentos de infra-estrutura para as comunidades.

Por representarem uma fatia dos ativos de seus competidores, as cooperativas de economia e crédito enfrentam sérias dificuldades para elevar ou até mesmo manter sua presença no mercado. Estas barreiras têm sido o maior desafio para a Central, que pretende transformar a Rede Corporativa no mais eficiente sistema financeiro do país.

Para atingir este alvo, a Central vem investindo principalmente em recursos humanos, treinando seu staff. Como resposta, os serviços por ela oferecidos passaram a ter melhor qualidade e receptividade junto ao público. Os sistemas de processamento automático de dados permitiram às cooperativas acesso mais rápido a informações financeiras, contábeis e de controle de suas corporações, transformando-se uma das prioridades para a Central.

Futuramente, a Central pretende prover, de forma adequada, as cooperativas de economia e crédito com serviços financeiros modernos, sólidos e de confiança, através da Rede Corporativa. A partir desta base permanente de serviços interligados, o movimento trilhará novos caminhos, ganhando espaços maiores no mercado.

A Central e a Rede continuam sendo as maiores depositárias dos fundos das cooperativas de economia e crédito dos EUA. Este fato se explica pelo gerenciamento perfeito dos recursos, que enfatiza a análise de créditos associada à econo-

mia, mantendo sempre uma rentabilidade alta. Isto faz com que os investimentos conduzidos pela Central sejam equivalentes ou até mesmo superem os realizados por outras instituições, em termos de custos e percentuais de ganhos. O programa de concessão de cheques especiais para uso no mercado internacional, iniciado em 1985, tornou-se uma realidade em 1986. O sistema funciona através da Rede Corporativa e tem se expandido bastante nos últimos anos, implantado nos bancos internacionais a custos mínimos para os associados das cooperativas de economia e crédito. Com a transferência automática de fundos, possível após a estruturação de um sistema de compensação financeira, a tendência é que estas entidades participem cada vez mais do mercado, tornando-se mais ativas.

Há, também, prestação de serviços de crédito, financiamento, investimento e comercialização de papéis (ações, CDB, etc.) para as cooperativas de seguros do Grupo CUNA.

Periodicamente, a Central publica informativos e novas edições de manuais de serviços, visando a padronização de suas operações.

## Serviços em expansão

---

A função básica da Central e das corporações das cooperativas de economia e crédito é a realização de serviços de pagamentos para as cooperativas. Com serviços projetados para atender as necessidades detectadas, a Rede tem economizado milhões de dólares para suas filiadas. Em 1985, todas as corporações (ligas, associações, federações e centrais regionais) representativas já eram associadas à Rede, interligadas ao seu sistema eletrônico.

Em 1986, devido a um aumento no número de cooperativas conectadas às corporações, este sistema foi expandido. No final deste mesmo ano foram registradas cerca de 151.000 transferências de contas bancárias, o que fez com que o Programa de Concentração de Fundos da Rede contabilizasse US\$ 14,9 bilhões em um curto período de tempo. Em média, foram efetuadas 622 transferências por mês, fixando o percentual de crescimento em torno de 1.000% ao ano.

Os programas de ordens de pagamento e letras de câmbio das corporações da Rede, operados pela Central, movimentaram mais de 4,8 milhões de ordens, avaliadas em US\$ 6,2 bilhões. Além do movimento de ações e transferências de pagamentos e letras de câmbio, aumentaram, em 1986, as solicitações por telefone por comandos terminais *on line*.

O programa *Lockbox*, idealizado para auxiliar a coleta de pagamentos foi testado e implantado com sucesso, levando as cooperativas de economia e crédito a economizarem tempo.

Graças aos programas de centralização de fundos da Central e da Rede, há um pleno aproveitamento dos recursos das cooperativas, beneficiadas por terem ao seu dispor uma série de serviços realizados a um custo superior pelos bancos comerci-

ais.

Com apenas 37 casas bancárias (tipo banco agrícola), ou seja, com 37 pontos físicos para realizar estas operações, conseguem repassar US\$ 120 bilhões por ano, em meados da década de 80.

## Sistema de Administração

A administração da Central e da Rede Corporativa segue as mesmas linhas traçadas pelo movimento e os princípios operacionais difundidos por WOCCU, após serem aprovados em congresso no ano de 1984.

A Central tem um conselho diretor, eleito em assembléia, e uma diretoria executiva, com presidente indicado e contratado pelo conselho. C) conselho é composto por sete representantes legítimos das corporações filiadas, e sua função é analisar e aprovar orçamentos e programas a serem desenvolvidos. A diretoria executiva é responsável, junto com um gerente geral, pela coordenação de atividades. Há também um conselho fiscal e um de crédito, eleitos da mesma forma que o conselho diretor.

A Central desenvolve um eficiente trabalho de auditoria interna, contratando auditores externos conforme lei bancária.

Através de COLAC, a Central mantém um programa especial para a América Latina, oferecendo financiamentos a taxas próximas do mercado financeiro tradicional para vários países.

## Crédito rural cooperativo nos EUA

O crédito agrícola começou a desenvolver-se na década de 30 e contou no início com fortes estímulos governamentais, traduzidos em fundos repassados por organizações bancárias federais.

Hoje, os agricultores possuem domínio total de suas cooperativas e organizações financeiras. Surgidas com o objetivo de garantir as plantações contra intempéries, as sociedades cooperativas de seguro mútuo evoluíram até a sua forma atual, proporcionando desenvolvimento e segurança no meio rural.

Nos anos 60, estas sociedades chegaram a movimentar cerca de US\$ 7 bilhões. Deve-se destacar a importância da *Farm Bureau Insurance Companies*, de Ohio, que foi alargando seu campo de atuação para outros estados até se transformar na *Nation Wide Insurance Company*, em 1956.

Com o crescimento do Grupo CUNA Mutual de Seguros, o movimento de crédito cooperativo rural – como também o urbano – ganha novos impulsos. Com uma posição bastante definida dentro do sistema cooperativo, o crédito rural norte-americano desempenha um papel importante no financiamento de atividades agro-

pecuárias e agroindustriais. Ao todo, são mais de 20.000 cooperativas participando do desenvolvimento econômico e social das comunidades, que recebem recursos de ambos os sistemas.

O Banco Central das Cooperativas é a entidade que congrega todo o sistema aluando através de centrais de poupança e crédito e bancos regionais de crédito Para a área rural, existem mais de 19.000 agências bancárias. Esta estrutura proporciona um perfeito entrosamento entre as cooperativas e suas organizações de 2º grau no âmbito distrital, regional e nacional.

O sistema de crédito rural subdivide-se em três tipos diferentes de cooperativas. O primeiro tem a finalidade de financiar atividades agropecuárias dos associados e tem como base as associações de crédito da produção. Em cada distrito, estas associações estão vinculadas a 12 bancos federais intermediário de crédito. O segundo tipo objetiva o financiamento das cooperativas de produtores e sua base é semelhante a do primeiro. Já o terceiro tipo de cooperativa financia aquisição de terras, com a estrutura composta de cooperativas de crédito fundiário, Banco Central das Cooperativas e 12 bancos federais fundiários.

Fortemente cooperativado, o sistema agrícola americano, tanto na produção como no crédito, propiciou aos agricultores um meio de vida seguro. As cooperativas de eletrificação rural participaram ativamente deste processo, levando para o campo os benefícios trazidos pelo progresso.

Atualmente, seis em cada dez produtores rurais estão associados a uma cooperativa. Integradas em centrais, as cooperativas agrícolas já ingressaram em outros mercados, como o de fabricação de fertilizantes, defensivos agrícolas, exploração, refino e comercialização de petróleo, seguros, exportações e inúmeros ramos.

Calcula-se que 80% dos derivados de petróleo utilizados na agricultura americana sejam provenientes de destilarias de propriedade das cooperativas, e que 40% das necessidades de óleo bruto são extraídas de poços próprios.

Quanto aos fertilizantes, as cooperativas americanas pretendem alcançar – através de suas associações cooperativas internacionais – a fabricação de 80% dos adubos. No que diz respeito à produção de defensivos agrícolas, a meta é ultrapassar 40% do que é gasto normalmente. Este caminho em direção à auto-suficiência é uma das razões para a campanha permanente contra as cooperativas, movida pelas multinacionais.

As cooperativas agrícolas de crédito e de seguros estão sendo aparelhadas para enfrentar os competidores e abrir novos espaços. O *Farm Credit System* levou 50 anos para conseguir sua expansão nos EUA, qualificando-se para atender as necessidades agropecuárias e agroindustriais do país.

Situado entre os mais importantes do mundo, o cooperativismo de crédito norte-americano possui cerca de 40 bancos e milhares de associações cooperativas. Mesmo durante as crises da agricultura este sistema mantém sua estrutura, colhendo ainda frutos positivos. Para o crédito rural, existem linhas de crédito especiais, intermediadas pelas organizações de 2º e 3º graus.

Embora, ao longo dos anos tenha sido extremamente difícil aos bancos comerciais fazerem repasses à agricultura, face à legislação americana, de uma forma indireta eles investem na agricultura adquirindo cerca de 70% dos bônus agrícolas emitidos pelo sistema de crédito rural.

## Sociedade de Seguros Cooperativos de CUNA (CUNA Mutual Insurance Society)

---

A necessidade de um programa de seguros para o crédito nasceu no início do século XX, sendo detectada pelos líderes cooperativistas.

A constituição de uma seguradora cooperativa esteve entre as prioridades de CUNA na época de sua fundação, em 1934. Em maio de 1935, surge a Sociedade de Seguros Cooperativos de CUNA, pronta a servir ao movimento e aluando firmemente no mercado de seguros.

Como seguradora cooperativa, ela possui características próprias, não encontradas em seguradoras tradicionais. Os usuários de suas apólices são considerados sócios, o que lhes confere o direito de participar ativamente de todos os negócios.

Em 1950, a Sociedade passou a operar fora dos EUA, iniciando pelo Canadá. Seu crescimento foi extraordinário, acompanhando o das cooperativas de economia e crédito.

Em 1964, devido a sua capacidade organizacional e econômica ela passou a atuar na Colômbia, dando suporte para o estabelecimento de UCONAL e trabalhando em perfeita sintonia com esta entidade colombiana. Anos mais tarde, em meados dos anos 70, ela viria estimular a criação de uma seguradora própria do movimento colombiano, oferecendo respaldo nas áreas técnica e financeira.

Ocupando a 14<sup>a</sup> posição no mundo, a Sociedade, em 1975, possuía coberturas no valor de US\$ 23,6 bilhões. Desta cifra, US\$ 13,4 bilhões eram destinados a seguros de vida relativos à proteção de empréstimos, significando a mais alta cobertura do mercado neste setor.

Anualmente, até o final da década de 70, ela destinava fundos para promoção e desenvolvimento do movimento cooperativo de economia e crédito mundial, direcionando através do Departamento de Operações Internacionais US\$ 150 mil para este fim.

Da mesma forma em que estimulou a fundação de uma seguradora exclusiva do movimento colombiano, a Sociedade de Seguros Cooperativos de CUNA teve uma participação decisiva na constituição de CUMIS, no Canadá. Esta sociedade cooperativa de seguros gerais vem prestando relevantes serviços aos canadenses, destinando recursos excedentes para o desenvolvimento do cooperativismo mundial.

Existe um convênio Firmado entre COLAC, CUNA Mutual e CUMIS, que prevê a prestação de serviços de seguros, fiança, administração de riscos e audito-

ria às federações, centrais e cooperativas da América Latina filiadas a COLAC.

A política de CUNA Mutual é única para todos os países onde opera, cumprindo sempre o seu objetivo maior, que é o de manter custos baixos e uma porcentagem alta de reembolso de benefício. São mantidos fundos para eventuais dificuldades e implantação de programas em países que os solicitem. Este tipo de auxílio é provisório e tende a ser suprimido quando há aumento no volume de prêmios e capacitação de pessoal, ficando a administração para o país usuário. Em 1988, foram pagos mais de Cr\$ 2,6 milhões sobre prêmios às cooperativas de economia e crédito.

A década de 70 foi um período carregado de processos de transferência de funções administrativas de CUNA Mutual para a América Latina. Esta nova fase teve início nos escritórios de Bogotá, e aos poucos, os latino-americanos passaram a adquirir experiência. Vale destacar o papel que ela desempenha no campo de resseguros em vários países, contribuindo para o engrandecimento do cooperativismo nesta parte do continente.

Atualmente, o grupo CUNA Mutual, com sede nos EUA, abrange oito sociedades, que funcionam distintamente, cada uma com seus estatutos e legislação específica.

A Sociedade de Investimento de CUNA Mutual é uma *holding* que congrega as seguintes sociedades:

- CUMIS Insurance Society;
- CUDIS Insurance Society;
- CMCI Corporation;
- CUNA Mutual Financial Services Corporation;
- Leagne Life Insurance Company;
- Leagne General Insurance Company.

---

## O Movimento se expande para outros continentes

*À medida que os movimentos canadenses e norte-americanos cresciam, o conceito do cooperativismo de economia e crédito se estendia a outras partes do mundo.*

Em 1954, CUNA havia estabelecido o Departamento de Extensão Mundial, próprio para a promoção internacional do movimento. Em 1961, o governo dos EUA aprovou uma lei que orientou politicamente o desenvolvimento do cooperativismo de economia e crédito. Esse ato marcou o início do apoio financeiro ao mo-

vimento, concedido através da USAID – *United States Agency for International Development*. Esse órgão mantém seu apoio até hoje, existindo outros que atuam na mesma linha, como a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional.

Em meados de 1950, o cooperativismo de economia e crédito começou a ser organizado na América do Sul. No Brasil, a idéia tomou corpo apenas no final da década, sendo que no início de 1961 foram implantadas as primeiras cooperativas de economia e crédito mútuo, que surgiram simultaneamente à organização de 2º. grau.

## Estrutura do sistema no âmbito internacional

### **Federações**

Com o alargamento das fronteiras, imposto pela criação do Departamento de Extensão Mundial de CUNA, foi estabelecido um setor especial de representação de federações de diversos países. Peru, Trinidad, Novo Gales do Sul, Jamaica, Fiji, Chile e os territórios conhecidos como Belize e Guiana foram os primeiros, em 1960.

O Conselho Mundial de Cooperativas de Economia e Crédito – WOCCU seria criado no ano de 1970. Ao mesmo tempo em que serviu para representar os interesses dos movimentos regionais e nacionais, o Conselho também reuniu movimentos do Canadá, Austrália, Irlanda, Fiji, Nova Zelândia, Grã-Bretanha e de países da América Latina, Ásia, África e Caribe. Neste mesmo ano, CUNA e WOCCU reunem-se para fundar a Confederação Latino-americana das Cooperativas de Economia e Crédito – COLAC. Durante este período, uma série de programas de assistência técnica seriam direcionados às filiadas de WOCCU, que também buscou recursos em agências privadas e governamentais de diversos países.

## Reestruturação

O movimento cooperativista de crédito no âmbito internacional foi reavaliado durante a Assembléia Anual do Conselho Mundial de WOCCU, ocorrida em Toronto, em 1982. Desta Assembléia, saiu um documento trilingüe intitulado "As cooperativas de economia e crédito – um mundo de progresso". Este documento compõe-se de mais de 40 recomendações assinadas por cooperativas Filiadas. Várias delas foram estabelecidas, valendo a pena destacar a que sugeriu a criação do Conselho de Membros Filiados e o Comitê Administrativo (órgãos fixadores das políticas da organização) e a que implantou o Fórum Internacional de Cooperativas de Economia e Crédito e o Comitê Consultivo de Gerentes Gerais (órgãos consultivos).

Em agosto de 1984, no Panamá, foi realizado o primeiro Fórum, que contou com a participação de 750 representantes de todas as confederações filiadas. Os delegados votaram os seguintes itens, que compõem os Princípios Operacionais

das Cooperativas de Economia e Crédito:

- 1) adesão voluntária;
- 2) controle democrático;
- 3) ausência de discriminação racial, religiosa e política;
- 4) serviço aos sócios;
- 5) retorno aos sócios;
- 6) educação permanente;
- 7) rentabilidade financeira;
- 8) cooperação entre cooperativas;
- 9) responsabilidade social.

## Assistência Técnica

A prestação de assistência técnica às filiadas é um dos objetivos do Conselho Mundial. É considerada assistência técnica qualquer necessidade imprescindível à operação de cooperativas de economia e crédito: informação, gestão financeira, capacitação e desenvolvimento institucional.

Muitas vezes, este auxílio consiste no envio de técnicos, que podem passar semanas ou até mesmo vários anos supervisionando trabalhos em federações de vários países. Como exemplo, podemos citar a ajuda que a Associação Nacional das Cooperativas de Economia e Crédito de Togo recebeu de técnicos de WOCCU, país da África Ocidental. Hoje, esta entidade possui auto-suficiência financeira e técnica, com uma rede de cooperativas completamente estabelecida.

Da mesma forma, WOCCU transmitiu às cooperativas de economia e crédito da República dos Camarões assistência para capacitação de pessoal. Esta assistência englobou diversos setores, ligados à área de economia, Finanças, auditoria interna e administração de risco. A Liga das Cooperativas de Economia e Crédito deste país também recebeu treinamento para rendimento cooperativo.

Junto à Confederação das Cooperativas de Economia e Crédito da África – ACCOSCA foi desenvolvido um projeto regional para treinamento de instrutores. WOCCU elaborou e adaptou cada manual de acordo com o país de origem dos participantes, publicados em inglês e francês.

No caso de Dominica, país insular do Caribe que perdeu grande parte de sua produção agrícola devido a um furacão, WOCCU elaborou um projeto diferenciado, incluindo a reconstrução das instalações de várias cooperativas de economia e crédito e a elaboração de normas para uma Central de Crédito. Um técnico do Conselho trabalhou dois anos na padronização de sistemas de contabilidade e administração destas entidades.

Em 1985, o Mundial deu início a um período cuja característica maior foi o intercâmbio com organizações multinacionais do sistema de crédito cooperativo.

Neste ano, foram enviados 38 consultores para a realização de missões de cur-

to prazo nas filiadas do Quênia, Barbados, República dos Camarões, Panamá, Jamaica, Honduras, Togo e Sri Lanka. Com o desenvolvimento do cooperativismo de crédito nestes países, houve um aumento na demanda de programas de consultoria, necessidade detectada por líderes de confederações e federações.

Durante este período, a USAID financiou um projeto para a Confederação das Federações de Cooperativas de Economia e Crédito da África – ACCOSCA, visando o progresso das instituições. O projeto, sob a coordenação de WOCCU, destinava-se também à geração de novas fontes de recursos. Para Lesoto, país do sul da África, foram feitos estudos para o implemento de programas de produção agrícola e apoio institucional. Espera-se que futuramente eles venham a englobar cerca de 3.000 associados de cooperativas de agricultores.

Desde 1984, WOCCU coordenava a busca de financiamentos para implemento do cooperativismo, especialmente nos 75 países em que estava presente na época. No início de 1985, ao lado do Comitê Misto para a Promoção e Ajuda às Cooperativas (COPAL) e do Banco Mundial (BID), ele organizou um encontro em Washington DC, com o tema "Expansão da Colaboração entre o Banco Mundial e instituições financeiras cooperativas". Paralelamente, houve uma reunião com a Fundação CUNA, a União Cooperativa do Canadá e a Sociedade de Desenvolvimento Internacional Desjardins, estabelecendo um contato maior entre estas entidades.

Em 1985, duas organizações canadenses filiam-se ao WOCCU: a Sociedade Canadense de Crédito Cooperativo (CCCS) e a Confederação Desjardins. Este passo possibilitaria um intercâmbio maior de idéias, experiências e assistência técnica.

Mesmo com os abalos sofridos pela economia mundial em 1986, as cooperativas de economia e crédito mantiveram-se firmes, prestando serviços de qualidade e de baixo custo a seus associados. Este período de crise acabou por promover uma integração maior entre o Conselho Mundial, seus técnicos, filiadas e líderes, e em 1987 foram definidas linhas de ação para o cooperativismo em Fiji, Nova Zelândia, Austrália, Panamá, Índia, Tailândia, Coréia, Hong Kong e Barbados. O encontro realizado em Toronto, Canadá, viria a estabelecer diversos projetos de longo prazo.

Recentemente, as centrais de cooperativas de crédito de países em vias de desenvolvimento foram reconhecidas como entidades próximas à auto-suficiência. Este reconhecimento levou à edição de um manual sobre a otimização de recursos nas cooperativas de economia e crédito, tratando inclusive da questão da eficiência nas operações de empréstimos bancários. Como exemplo, a publicação cita o bem-sucedido programa habitacional da Liga das Cooperativas de Economia e Crédito da Jamaica, que concede empréstimos hipotecários a famílias de baixa renda, sem acesso a quaisquer instituições financeiras.

Em 1987, o Conselho Mundial envia um consultor à Associação de Cooperativas de Economia e Crédito Britânica (ABCUL), que atua como assessor durante uma das gestões da entidade. Esta assistência consistiu de uma análise do sistema de processamento de dados da organização, elaboração de um plano de desenvolvimento e promoção de cooperativas.

## Entidades financiadoras do movimento das cooperativas de economia e crédito

---

USAID

Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional

Fundação CUNA

Misereor

Fundação Konrad Adenauer

Sociedade de Desenvolvimento Internacional Desjardins

Crédit Mutuel

WOCCU

## Intercâmbio de informações

---

A difusão de experiências relativas ao cooperativismo é vital para o avanço do movimento na esfera internacional. Dentro desta visão, WOCCU criou o Centro de Recursos de Informações, que fornece qualquer dado sobre legislação, administração e operações concernentes a cooperativas de economia e crédito.

Além desta iniciativa, extremamente útil para as organizações filiadas, foi desenvolvida uma rede de recursos humanos. Ela vem facilitando os contatos entre profissionais, voluntários e cooperativas, dinamizando a contratação de especialistas.

## Publicações – WOCCU

---

As publicações e os audiovisuais produzidos pelo Conselho Mundial têm a função de divulgar o movimento cooperativo internacional.

O informativo *The Credit Union World Reporter* veicula reportagens sobre o desenvolvimento técnico e cooperativo. Já o *El Reporter Técnico* informa sobre a operação e administração das cooperativas de economia e crédito. Há uma publicação destinada unicamente à divulgação de estatísticas de cooperativas filiadas ao Conselho Mundial.

Todas as edições estão disponíveis em espanhol, inglês e francês.

## Porta-voz do movimento internacional

---

O Conselho Mundial promove e representa os interesses das cooperativas de economia e crédito junto a governos, agências de financiamento e organismos internacionais, tais como a ONU, a Organização das Nações Unidas para Ali-

mentação e Agricultura (FAO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Banco Mundial, o Comitê Misto para Promoção e Ajuda às Cooperativas e a Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

## Relações dentro do movimento

O Conselho Mundial fornece capacitação e orientação aos representantes de nações filiadas e do setor cooperativo de um modo geral. Além disso, ele coordena uma gama de atividades, que compreendem visitas de estudo e assistência técnica e financeira. Além destas ações, ele preocupa-se em facilitar a tomada de decisões democráticas entre suas filiadas.

## Mobilização de recursos

Os recursos financeiros e humanos procedentes de agências privadas e governamentais são pesquisados e atualizados constantemente pelo Conselho Mundial, que estabelece contatos entre estas agências e as organizações cooperativas.

A mobilização de recursos é um meio de assegurar uma aplicação correia **do** dinheiro, favorecendo um quadro de auto-suficiência técnico-financeira.

## Missão do Conselho Mundial de Cooperativas de Economia e Crédito (WOCCU)

A Missão básica do Conselho é fornecer ajuda aos sócios no sentido de organizar, expandir, melhorar e integrar instituições cooperativas de economia e crédito, fundamentando a vinculação destas organizações ao desenvolvimento econômico e social dos povos.

Há uma tendência de que ele venha a servir de fórum para o intercâmbio de idéias e de informação, projetando o movimento em várias partes do mundo.

O estabelecimento, em 1987, do WOCCU em Genebra, Suíça, impulsionou a sua participação na Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e na Comunidade Econômica Européia (CEE). Nesta fase, o Conselho contou com a colaboração da Liga da Irlanda das Cooperativas de Economia e Crédito (ILCU), inscrita na CEE como organização não-governamental.

Com este passo, foram feitos diversos contatos com várias agências governamentais e privadas de vários países, entre eles a antiga República Federal Alemã, a França, a Suíça e os Países Baixos. O Ministério das Relações Exteriores da Holanda mostrou-se interessado em financiar o desenvolvimento de cooperativas **de** economia e crédito, recebendo projetos de algumas filiadas do Conselho, que pas-

saram a ter inclusive acesso ao Rabobank.

Em 1963, o escritório de Washington do WOCCU abrigava dois departamentos distintos: Mobilização de Recursos e Planejamento e Desenvolvimento Cooperativo. No final de 1987, estes dois departamentos incorporaram-se à Gerência Geral em Madison, Wisconsin. Atualmente, o escritório atua nas áreas de representação e legislação, buscando recursos para as cooperativas de economia e crédito mútuo de vários países. Como exemplo, pode-se citar a liberação de fundos para alguns projetos da Confederação Latino-Americana das Cooperativas de Economia e Crédito (COLAC), iniciativa que beneficiou suas federações.

## WOCCU

---

O Conselho Mundial de Cooperativas de Economia e Crédito é uma organização sem fins lucrativos, oferecendo programas de desenvolvimento a entidades de todo o mundo.

Através de subvenções de doadores e de contratos, taxas de manutenção e investimentos, a entidade arrecadou cerca de US\$ 7,43 milhões em 1989. Deste montante, 97% foram utilizados na disseminação do movimento.

## Fórum Internacional das Cooperativas de Economia e Crédito

---

Realizado em agosto de 1988 em Melbourne, na Austrália, o Fórum Internacional das Cooperativas de Economia e Crédito contou com a participação de 1.350 representantes das organizações filiadas ao WOCCU.

Um dos temas mais discutidos no Fórum foi "A singularidade das cooperativas de economia e crédito", que abordou assuntos referentes à responsabilidade social, empréstimos comerciais, fusões, a evolução do papel dos voluntários e dos gerentes. Debateram-se ainda outros tópicos, como normas de prudência – importantes na redução de riscos e proteção do capital das cooperativas –, legislação e computação.

Neste fórum foram sedimentadas as ações de integração e intercâmbio de idéias, fortalecendo as políticas do WOCCU, direcionadas para um envolvimento cada vez maior com as filiadas.

## Desenvolvimento Internacional

---

Devido à carência de recursos registrada nos últimos anos, a colaboração entre os países e organizações pôde ser estreitada. Em 1988, o Conselho Mundial conti-

nuou a desenvolver atividades com a Associação Canadense de Crédito Cooperativo, a Sociedade de Desenvolvimento Internacional Desjardins, o *Crédit Mutuel de France*, a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica e com a Aliança Cooperativa Internacional.

Várias foram as fundações que concederam seu apoio ao Conselho: Fundação da Federação Australiana de Cooperativas de Economia e Crédito, Fundação da Associação Nacional das Cooperativas de Economia e Crédito dos EUA (CUNA) e o Fundo de Desenvolvimento para ajuda estrangeira da Liga Irlandesa das Cooperativas de Economia e Crédito.

Com a colaboração destas entidades, o Conselho conseguiu implementar projetos de auxílio ao movimento em diversos países. Em 1988 os esforços foram canalizados para obtenção de financiamento do BID, que demonstrou inclusive interesse em programas de cooperativas de crédito em Madagascar e Gana. Da mesma forma, foram criados novos vínculos com a Comunidade Econômica Européia.

A partir da análise dos sistemas financeiros dos países do 3º mundo, chegou-se a um diagnóstico previsível: as cooperativas precisavam centralizar os fundos e otimizar serviços.

## Mudanças políticas no mundo socialista

As mudanças políticas que marcaram a Europa central e oriental nos últimos tempos criaram oportunidades e desafios que influenciaram a estrutura do movimento cooperativista de economia e crédito no mundo todo.

Atendendo a uma solicitação do partido Solidariedade, uma equipe do Conselho Mundial viajou para a Polônia, com o objetivo de determinar o papel que as cooperativas de economia e crédito poderiam desempenhar na economia daquele país. As visitas foram feitas acompanhadas de uma delegação polonesa e serviram para sanar dúvidas de cunho técnico e comuns no campo das cooperativas de economia e crédito.

Além de ter autorizado este programa, o Conselho de Administração do WOCCU autorizou outros para a década de 90. Recentemente, um grupo do Solidariedade e do governo da Polônia participou de um seminário no Centro Internacional de Cooperativas de Economia e Crédito, em Madison, Wisconsin. O grupo viajou ainda pelos EUA, conhecendo o trabalho de cooperativas de economia e crédito. As visitas se estenderam ao Canadá e Irlanda.

Em 1989, WOCCU e o BID iniciaram estudos para uma futura assistência a Gana, levando em conta o conhecimento prévio da realidade do país para uma aplicação mais eficaz de recursos técnicos e financeiros.

Através do programa "Iniciativas para o Crescimento", o grupo CUNA Mutual continua a conceder um apoio significativo aos trabalhos internacionais coordenados por WOCCU. Afora a produção de material educativo e de capa-citação, o

grupo participa ativamente de seminários realizados no Nepal e Bangladesh, contribuindo com traduções em chinês e inglês.

Apostando em idéias arrojadas e acima de tudo criativas, o Conselho optou pela inovação quando decidiu implantar um serviço exclusivo para micro-empresas, facilitando empréstimos. Tudo indica que será mantida a colaboração com a Associação Nacional de Empresas Cooperativas, sendo que a meta é implantar projetos deste tipo em quatro países em desenvolvimento.

## COLAC – Confederação Latino-americana das Cooperativas de Economia e Crédito

Quando foi constituída WOCCU, em 1970, também se decidiu que as cooperativas da América Latina deveriam ter um órgão de cúpula que possibilitasse a expansão do movimento no continente. Esse órgão, denominado COLAC, contaria desde o início com o apoio de CUNA e da própria WOCCU, além dos recursos financeiros e técnicos que pudessem ser obtidos de organizações privadas e governamentais.

Houve um primeiro momento de definição de programas, ajustes e organização adequados à realidade de países de 3º mundo, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Sua missão era semelhante à de WOCCU: ajudar as filiadas a expandir suas cooperativas – a própria base do movimento – e manter sua unidade, aperfeiçoar serviços, implantar serviços de crédito, financiamento e educação.

A maior parte dos recursos que vieram para a AL na década de 70 através de COLAC, visava projetos dirigidos para o desenvolvimento dos povos. A princípio, a principais fontes, além da própria COLAC, foram organizações governamentais e privadas, como as agências americanas AID e FIA, o BID, CUNA Mutual, a US Central e a OPIC (*Overseas Private Investment Corporation*). Posteriormente, entidades européias e canadenses (estas pelo movimento Desjardins) também passaram a alimentar de recursos os projetos de COLAC.

Estes projetos se destinaram preferencialmente para a produção, cerca de 76% dos empréstimos aprovados. É significativo o percentual de 10% para a compra de veículos de transporte coletivo.

Estes recursos foram distribuídos entre 14 das 17 federações e centrais nacionais filiadas, além de uma cooperativa de crédito que não tinha federação – e por isso foi aceita como filiada.

A FELEME não recebeu recursos para repasse a programas de crédito por causa da legislação brasileira, mas teve apoio técnico e recebeu a doação de US\$ 18,000 para a recuperação do escritório de São Paulo, parcialmente destruído por um incêndio.

O prestígio brasileiro da FELEME fez três presidentes participarem da diretoria daquela entidade: Franklin Fernandes Filho, Maury Cosme Vianna e Luiz Dias

Thenório Filho administraram com sucesso uma instituição tão cerceada. Toda a América Latina se espantava como era possível manter a FELEME, a despeito de todas as proibições e dificuldades impostas pelo governo.

Até 1984, a representante do Brasil em COLAC era a FELEME. Com o seu desmembramento, foi desfilhada, sendo substituída, em 1987, pela **CONFEBRAS**, cujo primeiro presidente, Ronaldo Scucatto, assumiu imediatamente um cargo de direção na entidade internacional.

Para a década de 80, foram definidos os seguintes programas de atuação:

- Incremento dos recursos financeiros para ampliar seus serviços de crédito e financiamento;
- Fortalecimento de recursos econômicos para ampliar seu programa de assistência técnica;
- Ampliar e diversificar as fontes de recursos financeiros e de tecnologia;
- Consolidar a imagem de COLAC a nível internacional como organismo **de** desenvolvimento cooperativo latino-americano;
- Apoiar programas de desenvolvimento institucional das organizações filiadas a COLAC e programas de reabilitação de sistemas nacionais de cooperativas de economia e crédito;
- Apoiar os programas de **FECOLAC**.

**FECOLAC – Fundação Educativa de COLAC** foi criada em meados da década de 70 com o objetivo de levantar recursos nas agências internacionais para programas de educação e treinamento que assegurem a transferência de tecnologia apropriada às necessidades do sistema nos países latino-americanos.

Com programas neste sentido, foram desenvolvidos diversos seminários, desde o início da década de 80, que mantiveram o movimento bastante integrado na América Latina, apesar do seu desenvolvimento continuar lento.

O Brasil, através da CONFEBRAS, aguarda um estudo e um projeto de apoio ao desenvolvimento do programa de crédito cooperativo brasileiro.

Os números de COLAC podem dar uma visão significativa do seu trabalho ao longo de duas décadas.

Descrição	1970	1980	1990
Cooperativas	1.583	2.415	2.421
Associados	850 mil	2.280 mil	3.850 mil
Ativos	121.85 bilhões	634 bilhões	710 bilhões
Empréstimos	109 bilhões	460 bilhões	565 bilhões

<b>Poupança</b>	102 bilhões	428 bilhões	553 bilhões
<b>Filiadas</b>	15	19	17

(Valores em US\$)

---

## Cooperativismo de Crédito no Brasil: primeiros passos

*O início do cooperativismo de crédito no Brasil foi genuíno, com o surgimento de caixas Raiffeisen. Seu desvirtuamento, no decorrer dos anos, foi muito mais por causa do descaso e das ações restritivas das autoridades econômicas.*

Em 1902, por inspiração do jesuíta suíço Theodor Amstadt, é fundada a primeira Caixa de Crédito Rural Raiffeisen, em Nova Petrópolis, RS; em 1908, por iniciativa de Plácido de Melo, surgia no Estado do Rio outra caixa, também Raiffeisen. A experiência gaúcha, que aconteceu em área de colonização alemã, foi bem sucedida – a cooperativa pioneira existe até hoje –, se proliferando por todo o Rio Grande do Sul e por outros estados. Até a década de 50, prestaram grandes serviços às comunidades onde estavam implantadas, chegando a se constituir numa central.

Com as alterações da política financeira, em 1960, tiveram dificuldades de se adaptar a uma nova estrutura de cooperativas de crédito rural – constituídas exclusivamente por agricultores e operando somente com eles. Essas novas regras levaram ao fechamento da central, um sério golpe no movimento. Com isso, no início da década de 80, só restavam 15 cooperativas do tipo Raiffeisen.

Sob o pretexto de sanear o movimento, as autoridades acabaram por impedir os agricultores de se beneficiar do crédito cooperativo.

Os bancos cooperativos luzzatti, de ação urbana, também datam da mesma época e sofreram as mesmas restrições que as caixas Raiffeisen. Apesar de nunca terem se organizado, chegaram a ser mais de 1.500 no Brasil inteiro, mas sofreram distorções, em parte causadas pela falta de uma entidade de 2º. grau que desse assessoria, evitando a deterioração e o descumprimento da doutrina. O Banco Central, ao invés de sanear o movimento, fechou diversas entidades, além de proibir a constituição de novas cooperativas deste tipo.

Seu fechamento foi cercado de escândalos e as poucas que restaram – apenas 19, no final da década de 80, nem todas operando – tiveram muitas dificuldades, apesar de sua lisura e probidade.

Deixaram saudades algumas instituições, como a de Bom Retiro, mantida por

comerciantes da região, que conseguiu ter um patrimônio considerável e realizar um bom trabalho, mas que acabou fechando, apesar de se opor às diretrizes do Banco Central (ou até por isso mesmo).

Um exemplo de resistência e sucesso é a Cooperativa de Crédito de Guarulhos, cuja sobrevivência é muito devida ao seu presidente, Mylton Mesquita, que ao longo de 30 anos de lutas, fez dela uma entidade representativa na comunidade.

Mas começa a surgir uma alternativa nos programas de crédito mútuo, baseados no sistema Desjardins.

---

## Cooperativismo de Crédito no Brasil: Crédito Mútuo

*O cooperativismo de economia e crédito mútuo, do tipo CUNA, baseado no sistema criado pelo canadense Alphonse Desjardins, chegou ao Brasil pelas mãos da líder Maria Thereza Rosália Teixeira Mendes.*

Egressa de um curso realizado na Universidade de São Francisco Xavier, em Antigonish, Canadá, onde se apresentava o cooperativismo como instrumento da promoção humana, Maria Thereza, que era assistente social, estava entusiasmada pela idéia. Percebia que os programas que vira no Canadá e nos Estados Unidos poderiam ser um caminho de melhoria do bem-estar e do conforto das classes assalariadas. Por outro lado estava informada das providências governamentais que enfraqueciam cada vez mais as poucas cooperativas de crédito rural e luzzatti que restavam.

Idealista e criativa, Maria Thereza baseou-se nos princípios, métodos e técnicas das cooperativas de economia e crédito (as *Credit Unions*, americanas e as *Caisses Populaires Desjardins*, canadenses) que propiciam poupança, crédito e bem-estar ao grupo associado. Contou também com o apoio incondicional da CNBB, que através do seu Secretário Geral, D. Hélder Câmara, via na ajuda mútua uma forma de beneficiar o trabalhador.

D. Hélder cedeu a ela, em 1959, um cantinho no Palácio São Joaquim, **onde** ela iria iniciar os estudos para a implantação de um novo programa de cooperativas de crédito para o Brasil. Nesse ano, assina com o mais graduado técnico o Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, Dr. Fábio Luz Filho, um acordo de assistência técnica com CUNA.

Vem ao Brasil o subdiretor da entidade, o economista Carlos Matos, que além dos trabalhos iniciais de adaptação do sistema à legislação e à realidade brasileira, assessora o esquema de padronização de serviços. Torna-se grande amigo do mo-

vimento e, ao longo dos anos, procura apoiar os programas da FELEME.

D. Hélder apresentou Maria Thereza a organizações religiosas de apoio a programas populares na Europa e no Canadá e ajudou a abrir portas que estavam fechadas pela descrença e pela má-vontade.

## Na década de 60, surge a FELEME

Em 1960, estão traçadas as primeiras diretrizes do crédito mútuo: um Estatuto padrão, normas de tesouraria e contabilidade e, graças à ajuda de outro cooperativista, o técnico do DAC, Álvaro Sasse, o controle e fiscalização preventiva. Deste trabalho, saiu o primeiro manual do Conselho Fiscal.

Nas dependências do palácio São Joaquim, surge a primeira cooperativa de economia e crédito mútuo, a PAX, dos empregados do palácio. Nesse ano, a Illinois Credit Unions envia um donativo de US\$ 2,400, para as atividades iniciais.

Em 1961 são fundadas outras cooperativas de economia e crédito mútuo que serão a base da FELEME – Federação Leste Meridional das Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo Ltda., a primeira entidade de 2º grau. Maria Thereza tinha a certeza de que o movimento só cresceria se estivesse organizado em entidades de 2º e 3º graus.

Este tipo de cooperativa tem um funcionamento básico bastante simples, que pode ser modificado à medida que a entidade cresça.

Logo de início, buscou-se adaptar o sistema das similares americanas e canadenses, onde sempre há um vínculo a um grupo econômico. Esse padrão era de mais fácil adaptação à realidade brasileira, face aos grandes impeditivos legais.

Os estatutos padronizados estabeleciam objetivos, área de ação, formação de capital, regras de admissão e demissão, responsabilidades, deveres e direitos dos associados e dos Conselhos de Administração, Fiscal e de Crédito. Estes Conselhos, não remunerados, contratam um gerente, profissional remunerado que atuará na execução das rotinas também definidas pelo Conselho de Administração. Também são responsáveis pela formação de um Comitê Educativo, pela organização do quadro social e pela filiação a entidade de 2º grau.

As cooperativas fundadas pela FELEME recebiam, desde sua constituição, toda a assistência técnica necessária à organização do sistema operacional, tesouraria, política de empréstimos, reuniões e alas, regulamentos etc. A contabilidade e a tesouraria eram padronizadas, a política de empréstimos por finalidade respondia às características do quadro social e os estudos e aprovações de crédito eram da alçada do Conselho de Crédito, reportando-se, quando necessário, à Diretoria Executiva.

Os técnicos da FELEME orientavam o desempenho de conselheiros e gerentes através de manuais, como Manual de Administração Cooperativa, Manual do Gerente, Manual do Conselho Fiscal, Manual do Comitê Educativo, Manual do Cooperado e outros. A FELEME ainda fornecia material de expediente e de educação.

Este programa educativo iniciava-se durante ou mesmo antes da constituição da cooperativa, onde Maria Thereza ensinava os princípios, a filosofia e a história do cooperativismo. Em seguida eram desenvolvidas técnicas de motivação e comunicação social para o quadro social. O êxito do programa, ainda sob o arripio da lei, deveu-se a essa pilastra educativa, que ao longo de décadas manteve os ideais cooperativos, a reciclagem do corpo diretivo e executivo e do pessoal de apoio, chegando, em certos momentos, a atingir o quadro social através dos Comitês Educativos.

## **Estrutura das CECMs**

---

### **Dos objetivos**

Economia sistemática; créditos por finalidade; desenvolvimento econômico-financeiro; educação permanente; promoção humana; o capital a serviço do homem – cada sócio um voto.

### **Da área de ação**

Era estabelecida a área de ação da empresa onde se constituía a cooperativa, ligada à possibilidade de reunião do quadro social ou, mesmo que nucleado, pudessem participar de todo o processo democrático da mesma.

### **Da formação do capital**

Estatutariamente, era definido um percentual do salário mínimo (2% nas cooperativas de operários, percentagens escalonadas em cooperativas com mais de um padrão funcional), aprovado pela Assembléia Geral.

Mas, ao longo dos anos, o salário mínimo foi aviltado e os associados, em Assembléias Gerais, definiam novos índices de capitalização que proporcionassem créditos compatíveis com as necessidades das classes trabalhadoras.

### **Da administração e fiscalização**

Associados eleitos pela Assembléia, exerciam seus mandatos sem qualquer remuneração, contratando técnicos remunerados para os serviços executivos.

### **Da política de empréstimos**

Desenvolvida por finalidades, visando bens econômicos, consumo, saúde, educação, férias, viagens, impostos e outros. Financiava-se equipamentos e materiais que possibilitassem o núcleo melhorar sua renda. Eram estimulados a compra de materiais para a construção de casas populares, em sistema de mutirão.

## Da operacionalidade

Ao início das atividades, contava-se com o apoio das empresas onde a cooperativa era constituída, facilitando o desconto em folha na formação de capital e amortização de empréstimos. A empresa também colaborava na divulgação de programas da cooperativa (distribuição de material educativo, exposição de cartazes, palestras admissionais etc.) e na liberação de parte do horário do presidente da entidade para comparecer a algum encontro do movimento. O corpo diretivo se reunia após o expediente.

## Estágios da Operacionalidade

Manual, operado por apenas um funcionário, em cooperativas de até 500 associados, com liberação de empréstimos quinzenais ou mensais e amortização de três a dez meses; semi-mecanizada, quando liberando crédito semanais, com empréstimos emergenciais e amortizações de 30 dias; e informatizada, com estrutura de médio e grande porte, com serviços diversificados, como atendimento médico, poupança etc.

## Do desenvolvimento ao retrocesso

Nos primeiros anos, até meados da década de 70, a maioria das cooperativas de economia e crédito mútuo teve um crescimento real, praticando os princípios cooperativos – e não apenas financeiros – e atuando com juros módicos, pois a formação permanente de capital e a inflação de 14% a 20% ao ano permitiam essa prática.

Houve mudanças na ordem econômica do país, mas a maioria das lideranças cooperativistas não se adaptou às novas regras. O *milagre econômico* camuflava a realidade e, por outro lado, as empresas cerceavam o crescimento das cooperativas, que tinham dificuldades em atender o número crescente de associados (e empréstimos), com espaço e pessoal reduzidos.

Com isso, as entidades passaram a adotar normas rígidas de atendimento, liberando empréstimos baseados no capital e não por finalidades. A essa altura, o Banco Central havia determinado o fim do Conselho de Crédito, que deveria ser substituído por uma Comissão de Crédito, não eleita, mas escolhida pelos Conselhos remanescentes.

Diante de tantos fatos novos, algumas cooperativas cresceram, ampliaram seus serviços de crédito e sociais – com programas educativos, assistenciais e de lazer – não esquecendo seus objetivos nem a prática cooperativista, que coloca econômico a serviço do ser humano.

Outras confundiram o social com o econômico, praticando administrações suicidas. Não se ajustaram aos novos tempos, não buscaram o crescimento econômico, nem adotaram taxas mais compatíveis com a realidade. A capitalização perma-

nente não enfrentava a inflação e estas entidades passaram a atuar como caixas de socorro, complementando déficits salariais. Algumas fecharam suas portas nessa época, pressionadas pela empresa ou pela má administração do capital e dos empréstimos.

Outras, ainda, cresceram e distorceram os princípios cooperativos, adotando empréstimos baseados no capital e não por finalidade. Julgavam incentivar a capitalização, mas na verdade estavam criando classes diferenciadas de associados: os de baixos salários, que podiam capitalizar muito pouco e que mais precisavam do crédito de sua cooperativa; e os de melhores salários, que capitalizavam mais e cuja necessidade de crédito era menos premente. Ao dividir o quadro social, estas cooperativas se afastavam dos ideais humanistas do movimento.

## A resistência do movimento

No começo de 1961, foram fundadas, no Rio de Janeiro, as Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo (CECM) dos Empregados de Furnas e da Refinaria Piedade, em São Paulo, da Rhodia e, no Espírito Santo, da Vale do Rio Doce. Em 3 de agosto do mesmo ano, as cooperativas da PAX, da Refinaria Piedade, da Cia. Federal de Fundição e do Círculo Operário da Leopoldina constituem a FELEME, com sede no Rio de Janeiro e área de ação nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. As demais cooperativas aderem imediatamente.

Em 11 de novembro desse ano, a Portaria 1.098 regulamenta o registro de cooperativas no SER – Serviço de Economia Rural e seis cooperativas de crédito conseguem esse registro.

Em 1962, e fundada a primeira CECM de Minas Gerais, na Tecelagem Ferreira Guimarães. Nessa ocasião, Maria Thereza, precisando de outras cabeças e braços, convoca para trabalhar no programa funcionários do SER e do DAC – Departamento de Apoio ao Cooperativismo do Ministério da Agricultura, entre eles Victor Khouri, que chega a largar o emprego público, onde era chefe de setor, para ir trabalhar na FELEME, onde permaneceu por mais de 20 anos.

Em novembro desse ano, o Decreto 1.503 suspendeu temporariamente o registro de novas cooperativas no SER. Esse decreto acarretou sérias dificuldades e preocupações, mas a força carismática de Maria Thereza conseguiu o comprometimento de lideranças e empresários onde havia CECMs para continuar o movimento, a despeito da lei.

## A expansão inicial do movimento

Em 1963, ainda sob proibição, é assinado o acordo com CUNA/AID, expandindo-se o movimento em direção ao Nordeste e ao Sul do país. a FELEME instala escritórios em Natal e Recife, começando a trabalhar para constituir cooperativas

de crédito na região. Em Porto Alegre é instalado um pequeno escritório aonde, em 1963, vai se constituir a SULINA, uma Federação de Cooperativas de Crédito para agregar cooperativas que Maria Thereza vai constituindo junto com técnicos e líderes locais.

No final da década, por falta de novos recursos da AID e pressões políticas, são fechados os escritórios do Nordeste. O governo pressionava as organizações populares de forma muito rígida. O Sul e o Sudeste assumiram posições mais firmes e reagiram a essas pressões.

A SULINA sobrevive por mais dez anos com os recursos técnicos e financeiros da FELEME, e no final com recursos do Rabobank, assistindo a duas dezenas de cooperativas, com área de ação até o estado do Paraná. Ao final da década de 70, interrompe suas atividades por questões técnicas, financeiras e falta de liderança. As cooperativas passam a fazer consultas à distância à FELEME. Mais do que isso, a entidade não podia fazer, por falta de recursos técnicos e humanos, além da grande distância.

## Novas Diretrizes

---

Nesse meio tempo, em 1964, a Lei 4.595 havia estabelecido novas diretrizes para o Sistema Financeiro e Bancário. Foi criado o Banco Central, como órgão fiscalizador e normativo do sistema, inclusive das cooperativas de crédito. O BC as reconhece como entidades financeiras, porém *sui generis*. Isso significava que só poderiam se constituir sob a autorização do Banco Central que, entretanto, não as autorizou a operar com a mesma liberdade que outras entidades financeiras.

Em 1965, o Banco Central oficializa esse reconhecimento através da Portaria nº 11, estabelece as normas de funcionamento e concede o primeiro Certificado de Autorização à CECM da Gávea-RJ.

Esta cooperativa, assim como a PAX e algumas outras, apesar dos serviços que prestaram, fecharam suas portas após dificuldades financeiras e operacionais – muitas arrastadas pelas dificuldades econômicas das empresas a que estavam atreladas.

*"Algumas Cooperativas fracassaram? Que importa! A verdadeira marca da vitalidade não é durar, é renascer." (Charles Gide)*

## Expressão na América Latina

---

Desde 1972, a FELEME, através do seu presidente, participava das assembleias de COLAC – Confederação Latino-americana das Cooperativas de Economia e Crédito e, periodicamente, das reuniões do Conselho de Administração daquela entidade, cujo objetivo era o desenvolvimento do Cooperativismo de Crédito na A-

mérica Latina.

Naquele ano, a FELEME e a CNBB, representadas por Maria Thereza, participaram da I Conferência Ecumênica para a América Latina, em Bogotá, onde se enfatiza o trabalho pastoral realizado através das CECM. A *Canadian Catholic Organization for Development and Peace* envia ajuda da Igreja Canadense para o programa brasileiro

A FELEME se destaca na AL e, em 1973, é realizado o Seminário de Desenvolvimento Institucional, com técnicos da COLAC/WOCCU, que, entre outras recomendações, sugerem a transferência da sede da FELEME para São **Paulo**, onde havia maior perspectiva de expansão. Foi definida a atuação de Escritórios Regionais no Rio e em Belo Horizonte, permanecendo o primeiro como responsável pela ações no estado do Espírito Santo. Essa transferência se efetiva em 1974 e nova reunião com técnicos de COLAC é realizada no Rio de Janeiro, visando programa de reestruturação técnica e administrativa, para acompanhar o desenvolvimento do sistema.

Em 1978, COLAC/FECOLAC ofereceu para a FELEME duas bolsas para estudos cooperativos. Foram indicadas Zélia Maria Gomes e Gabriela Rodrigues, ambas presidentes de cooperativas e muito interessadas em aprofundar conhecimentos que seriam repassados ao movimento de crédito mútuo.

De 1979 a 1982, foram direcionadas à FELEME quatro bolsas visando capacitação e estudos avançados de Administração Cooperativa, Gerenciamento, Controle e Fiscalização e Programas de Educação, visando a organização e reorganização do quadro social. As bolsas foram oferecidas a Alzira Silva de Souza, presidente da CECM de Furnas, membro do Conselho da FELEME e ativista do movimento. Como bolsista, Alzira trouxe farto material para a montagem de diversos programas. Esse material foi incorporado ao acervo da FELEME. Em 1980 e 1981, duas bolsas foram oferecidas ao técnico Luiz Ricciardi, que procurou aproveitar o material os conhecimentos adquiridos para programas do movimento. Outras bolsas de FECOLAC foram oferecidas, nesse período, para a formação de Gerentes e Contadores.

O prestígio da FELEME na América Latina era fruto da combatividade de seus líderes que faziam o que era considerado impossível por cooperativistas estrangeiros: a manutenção de um movimento cooperativo em um país de leis tão restritivas quanto o Brasil. Por causa disso e dos programas educativos, de controle da política de empréstimos por Finalidade e de integração cooperativa, três presidentes da FELEME fizeram parte da Diretoria de COLAC: Franklin Fernandes Filho, Luiz Dias Thenório Filho e Maury Cosme Viana. Esse prestígio foi tão marcante que, anos depois da FELEME extinta, quando a CONFEBRÁS a substituiu como representante brasileira em COLAC, Ronaldo Ernesto Scucatto foi convidado a cargo na Diretoria naquela entidade.

Ainda rendendo frutos da atuação da Federação, a CONFEBRÁS recebeu a visita de técnicos e diretores de CUNA Mutual e COLAC que queriam estreitar laços

com a Confederação e tomar conhecimento do sistema OCB. Reuniram-se com líderes da CONFEBRÁS, das Federações Estaduais, que haviam sido desmembradas da FELEME, e da CECRERJ, Central de Crédito do Rio de Janeiro para discussão sobre as perspectivas do movimento e sobre o apoio que poderiam dar ao sistema de crédito cooperativo. Deixaram claro que havia possibilidades de apoio ao crédito e à educação e que se deveria ampliar o movimento criando novas centrais. Dentro do sistema CONFEBRÁS, poderiam ser beneficiadas com apoio técnico e recursos as federações e centrais inclusive da área rural.

Até o primeiro trimestre de 1991, aguardou-se esse apoio. COLAC informou que permanecia estudando meios de atender aos projetos brasileiros, mas esbarrava nos impeditivos legais, nas questões da inflação e no câmbio.

## Expressão Internacional

A expressão que a FELEME conseguiu na América Latina também atingiu outros países. Diversas entidades acreditaram nos seus líderes e enviaram recursos para ajudar a implantação do sistema e seus programas.

Houve apoio de CUNA/AID, depois de CUNA/WOCCU, das cooperativas de crédito do Canadá (sistema Desjardins), da *Canadian Catholic Organization for Development and Peace*, do Rabobank, do *Conseil Supérieur de la Coopération du Canada*, da *Coopération et Solidarité*, da Bélgica etc. Em meados da década de 70, a FELEME goza de grande prestígio internacional graças, em sua maior parte, ao grande esforço pessoal de Maria Thereza. Em outubro de 1975, em Montreal, ela representa o movimento brasileiro apresentando o trabalho "*Síntese Histórica do Cooperativismo de Crédito Brasileiro*", onde expõe os problemas para o desenvolvimento, as formas de poupança, a falta de concentração de fundos, a falta de lideranças, a área de ação restrita e a proibição legal para funções complementares.

Mas é em outro encontro, em Genebra, que Maria Thereza sela esse prestígio, ao lançar a proposição de sediar no Brasil a IV Conferência Mundial das Cooperativas de Crédito. Para avaliar as condições oferecidas para essa realização, vêm ao Brasil o Presidente do Comitê Bancário da ACI – Aliança Cooperativa Internacional e Presidente do Crédito Cooperativo da França. Maria Thereza assume o compromisso de realizar esse congresso e, de fato, de 17 a 21 de abril de 1977, mais de 500 delegados de 37 países debateram o relacionamento das cooperativas com o meio econômico, político e social, nacional e internacionalmente, e também sua capacidade de adaptação às constantes modificações da sociedade moderna. O tema da Conferência, patrocinada pelo *Comité de Liaison du Crédit Coopératif*, foi "*Intercâmbio e Solidariedade*".

Aberto pelo Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, o congresso apresentou trabalhos, entre outros, do Presidente do *Comité*, Theo Braun, do Diretor Geral do Banco Hapoalim, de Israel, A. Leuvinsky, do Presidente do Banco Nacional Cooperativo para o Desenvolvimento Agrícola de Bombaim e do Diretor Geral Adjun-

to da Federação Québec das Caixas Populares Desjardins, Ivon Daneau. A representante brasileira foi a professora Diva Benevides Pinho, cujo trabalho versou sobre "O Espírito da Poupança no 3º Mundo e o Crédito Mútuo no Brasil".

Os anais da Conferência contêm os trabalhos de todos os representantes, que abordaram temas como a luta contra a inflação, justiça social etc.

## A FELEME leva à Central

A idéia de que somente uma Central de Crédito poderia dar continuidade ao movimento, fez com que Alzira, incentivada por Maria Thereza, procurasse juntamente com outros líderes os mecanismos necessários para transformar a Federação em Central. O Banco Central não permitiu essa operação e a CECRERJ – Central de Cooperativas de Crédito Mútuo do Estado do Rio de Janeiro, nasceu autônoma, enquanto a FELEME se fendia em quatro federações estaduais.

Em princípios de 1985, veio ao Brasil Gregorio Bizonete, Secretário das Relações Exteriores do Governo de Québec, convidar e patrocinar a viagem de um líder de entidade de 2º grau para fazer uma palestra no Canadá a respeito da intervenção do Estado no sistema cooperativo brasileiro. Bizonete vinha à procura da FELEME, que não mais existia. Tomou conhecimento da existência de uma Central e fez o convite a Alzira, então Presidente da entidade. Alzira convidou Maria Thereza para acompanhá-la ao congresso onde faria a palestra, ciente de que era o prestígio dela que havia gerado o convite. Participaram de todos os painéis, debates e workshops do congresso, trazendo para o Brasil farta documentação.

Aproveitando a viagem, ambas deram depoimentos para o Centro de Documentação da Universidade de Sherbrook e, ainda usufruindo do prestígio de Maria Thereza, visitaram CUNA Mutual e WOCCU, pedindo recursos para a Central. Desses contatos, veio a recomendação de expansão e o incentivo de constituição de uma Confederação, que deveria se filiar a COLAC, que seria o único meio de se obter apoio técnico e financeiro, no futuro. Conseguiram, também uma doação de US\$ 5,000, que, em 1988, foi repassada para a constituição da CONFEBRÁS, a pedido de COLAC.

Nesse ano, dirigentes e técnicos desta entidade vêm ao Brasil conhecer; *in loco* o programa da CECRERJ e ficam muito animados com seus rumos.

## O Papel da Igreja no Brasil e na América Latina

Ao longo de vários anos, a presença da Igreja acontece de forma ampla nos programas de expansão dos movimentos, não só brasileiro, como de outros países latino-americanos.

Em 1976, a FELEME, através de Maria Thereza, participa de vários encontros internacionais voltados para a valorização do ser humano e o papel do cooperati-

vismo nesse processo. Nesse mesmo ano, é indicada em Genebra como subcoordenadora para o Cone Sul do Grupo Ecumênico de Trabalho para o desenvolvimento humano através das cooperativas de crédito.

Com Maria Thereza e diversos líderes religiosos, a FELEME passa a ser um elo nacional e internacional entre 1977 e 1980 nas questões de promoção humana através do cooperativismo de crédito mútuo.

Ela organiza o II Seminário Ecumênico, no Uruguai, que visa o estudo, a análise e a discussão das diversas formas de cooperação para a promoção humana na América Latina. O resultado foi a decisão de buscar-se um maior desenvolvimento da educação para que o homem possa alcançar seu pleno crescimento.

Foi identificado que na América Latina, o crédito rural era o mais desenvolvido, enquanto que no Brasil o mais desenvolvido e organizado era o crédito mútuo.

Entre os assuntos estudados, foi abordado o caso da Argentina, onde o movimento se organizou como Banco Cooperativo, agrupando todas as cooperativas de crédito, rurais e urbanas, como única forma de enfrentar a reforma que o governo adotara para o sistema financeiro. O segmento urbano era aberto, atendendo a profissionais liberais, pequenos empresários, artesãos, operários etc. Cada cooperativa passou a ser um posto avançado desse Banco Cooperativo. Com isso, o movimento não perdeu seus líderes, técnicos e colaboradores, mantendo sua unidade.

O tema do III Seminário Ecumênico, realizado em dezembro de 1978, em Olinda, "*Novas Formas de Valorização Através da Cooperação e do Auxílio Mútuo*". Contou com o patrocínio do Conselho Mundial das Igrejas, com a colaboração da CNBB, do CECOSNE, da FELEME e da Universidade Federal de Pernambuco.

Na abertura do Seminário, o Arcebispo de Recife e Olinda, D. Hélder Câmara, pessoa já tão importante para a história do cooperativismo de crédito mútuo, deixou uma mensagem para profunda reflexão sobre solidariedade: "*... pessoas que estão mergulhadas na miséria, na fome, muitas vezes em níveis subumanos, são filhas de Deus – têm cabeça para pensar e boca para falar. (...) Devemos valorizar o humilde, mostrar que ele é capaz, que ele pensa, que ele pode fazer, que ele tem o que dizer. Num país como o nosso, é importantíssimo que os pequenos se ajudem mutuamente, se unam. (...) Para que aquilo que um só não pode, muitos juntos possam.*"

Em 1979, realizou-se no Hotel das Paineiras o 1º Curso do Instituto de Coady no Brasil, cujo tema foi "*Desenvolvimento de liderança social*". Foi um curso intensivo de 15 dias, em regime de internato, 8h às 22h, com grupos de trabalhos, painéis, *workshops*, plenárias, tudo sob a coordenação do padre diretor do Instituto. Esse curso criou um forte elo entre os participantes, uma tomada de consciência das questões econômicas e sociais que deveriam nortear o movimento cooperativo.

Pela primeira vez, os líderes, técnicos e assistentes sociais que participavam do curso tomaram consciência mais profunda de que o movimento é alternativa econômica, portanto a cooperativa é uma empresa, que deve ser gerenciada como tal, sem perder seu objetivo social e a educação permanente do homem – que é o ca-

minho da cidadania.

Este grupo manteve-se unido durante muito tempo, participando de vários encontros e influenciando em programas de educação em suas cooperativas.

O IV Seminário Ecumênico, realizado em Porto Alegre, em 1980, novamente promovido pelas Igrejas e com a participação da Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (onde há cursos especializados em nível de pós-graduação e um centro de estudos cooperativos), tendo como um dos temas a avaliação da economia nos países do 3º mundo.

Entre expositores do Uruguai, Paraguai e Brasil, destacou-se o Padre Roque Lauschner, economista e professor da Unisinos, que abordou a questão econômica e seu controle através dos grandes conglomerados (multinacionais). Comprovou estatisticamente, o quanto esse domínio iria aumentar as crises e comprometer a sobrevivência dos povos. Nesse sentido, o cooperativismo foi apresentado como alternativa, mas deve se manter atento às grandes mudanças que ocorrem na economia mundial, cujos reflexos se sentem mais profundamente nos países do 3º mundo.

Segundo o Pe. Lauschner, o movimento deveria se estruturar mais, para garantir sua sobrevivência e alcançar alguma expansão econômica e social.

Foram, também, abordados temas como a possibilidade de as cooperativas de crédito serem reconhecidas como agentes do Sistema Financeiro da Habitação, onde poderiam ser utilizados os mecanismos de mutirão para a construção de casas populares para as camadas que não têm acesso a qualquer sistema de crédito para a habitação.

Foram comparadas as posturas do cooperativismo e do sindicalismo, cujas ações trabalham para a promoção humana, mas com métodos e metas diferentes.

## Expressão nacional

---

Apesar de todo o prestígio internacional, que nos primeiros anos do movimento tanto ajudou com recursos de entidades religiosas e cooperativas, no contexto nacional, nenhum órgão oficial de apoio ao desenvolvimento ao cooperativismo brasileiro destinou qualquer recurso de apoio ao crédito mútuo. Era mais fácil conseguir recursos de agências de governos do Canadá, da Holanda, da França, da Bélgica, dos Estados Unidos etc.

Através de anos de luta, não houve qualquer recurso sequer para fomento e educação. Os organismos brasileiros sempre ignoraram os esforços da FELEME, e até trabalharam contra.

Contou-se com a simpatia de alguns empresários, que inicialmente apoiaram a constituição das CECM de seus empregados.

Isoladamente e de forma eventual, conquistou-se o apoio de alguns homens públicos que abriram algumas portas.

Com a criação das Organizações Estaduais e a OCB, órgão de representação

política do sistema, determinada pela Lei Cooperativista nº 5.764/71, vários Conselheiros da FELEME foram compor os Conselhos das OCEs. Estas entidades e a OCB reconheceram que o sistema da FELEME estava bem organizado e integrado, não necessitando de nenhum tipo de apoio ou ingerência das OCEs.

Nestes 20 anos, a FELEME, e depois as Federações Estaduais, participaram de seminários, congressos, encontros em conjunto com as OCEs e a OCB, sempre respeitando os espaços de cada um.

O Banco do Brasil, por sua vez, depositário legal dos recursos financeiros das cooperativas de crédito, sempre as ignorou, sem estabelecer sequer uma única linha de crédito aos seus saldos médios, nem facilidade nas operações.

Apesar de tudo isso, em 1975, a FELEME já contava com 203 filiadas: 71 no Rio de Janeiro, 70 em São Paulo, 55 em Minas Gerais, onze no Espírito Santo e uma conveniada no Paraná.

Em 1976, 170 mil pessoas estavam associadas às cooperativas do sistema FELEME, o que significava o atendimento – em número de familiares – superior a 1 milhão de pessoas. Suas poupanças superavam Cr\$ 9 milhões e as operações de crédito superavam Cr\$ 12 milhões, superior inclusive aos recursos próprios do BNCC.

Para comemorar os 15 anos da FELEME, foram realizados diversos eventos e cursos, finalizando as comemorações no Dia Internacional do Cooperativismo de Crédito, realizado no dia 15 de outubro de 1976, numa sessão solene no auditório de Furnas Centrais Elétricas, contando com a presença de personalidades do movimento, vários empresários, a diretoria de Furnas, da Cooperativa anfitriã, representantes das demais cooperativas, líderes sindicais e do próprio Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, que sempre acreditou no movimento e nos seus líderes. No seu pronunciamento, o Ministro afirmou que "*o cooperativismo de economia e crédito mútuo vai muito além da simples organização da economia e crédito. É um movimento educativo, de formação de pessoas que passam a tentar juntas a solução dos problemas individuais e da comunidade. Cada um dos senhores, cada uma das instituições que integram é um instrumento de justiça e paz social.*"

Em 1983, foi organizado pela OCB o I Seminário do Crédito Cooperativo, onde se debateu a área rural e urbana. A FELEME participa na pessoa de Maria Thereza, com uma conferência sobre as vantagens e as dificuldades do crédito cooperativo. Mário Kruehl representa o crédito rural e com Maria Thereza, falam juntos dos grandes problemas que ambos os segmentos vem, enfrentando ao longo dos anos, em função da falta de visão das autoridades monetárias e até da fragilidade do sistema, que depende da garra de seus líderes para não afundar.

Os anais deste Seminário são importante fonte de consulta para todo aquele que pretender conhecer alguma coisa sobre crédito cooperativo.

Deste Seminário, nasceu a Comissão de Crédito – OCB, cujos líderes indicados na época permanecem até hoje, agregando outros líderes e técnicos que se destacaram. Em 1992, a Comissão se transforma num Conselho Especializado.

No X Congresso Nacional de Cooperativismo, em 1988, as lideranças do crédito pleiteiam a Central de Crédito, aberturas para o crédito rural, a queda da Resolução 1.060 e, junto a constituintes convidados, uma posição favorável ao movimento cooperativo como um todo. Ingenuamente, o crédito mútuo apresenta uma moção contrária à adoção da correção monetária que o Banco Central desejava impor.

## A luta por aberturas e fatos importantes para a expansão

---

As idéias do cooperativismo de crédito mútuo no Brasil, como em outros países, nunca foram de encurralar as cooperativas dentro das empresas. Esta foi uma alternativa inicial para implantar o programa, que deveria buscar e conquistar sua expansão.

Os líderes que seguiam Maria Thereza desejavam lutar por um autêntico movimento de crédito cooperativo. Não pensavam em associar empregados que permaneceriam associados apenas enquanto empregados. O real objetivo era criar uma mentalidade cooperativista que pudesse associar seres humanos que através da ajuda mútua pudessem crescer econômica e socialmente.

No início da década de 60, houve uma iniciativa gloriosa e triste. Maria **Thereza** e diversos líderes tiveram a coragem de seguir os verdadeiros ideais do crédito cooperativo. Constituíram as cooperativas de economia e crédito do Círculo Operário da Leopoldina, as dos Contabilistas de Vitória-ES e Pote, Andrelândia e Itaobim, em Minas Gerais; a de Santa Cruz no Rio Grande do Norte e o Centro Social do Pará. Todas estas cooperativas foram obrigadas a encerrar suas atividades, após alguns anos de trabalho, por ter negado o BC sua autorização de funcionamento, apesar de operarem bem.

A líder do movimento teve que se subordinar a essa situação: "*Fomos obrigados a constituir as cooperativas de crédito fechadas aos muros das fábricas, dentro dos escritórios, nas áreas restritas às empresas estatais ou entidades públicas, sem o que o programa teria morrido. E isso não podíamos aceitar.*"

Em 1962, o Decreto 1.503 continha no seu bojo a proibição de registros, o que muito preocupou líderes e técnicos. Mesmo assim, teimosamente, continuaram implantando o programa, operando cooperativas, buscando modificar a situação, à revelia da SUMOC.

Em 1964, a reforma bancária possibilitou o novo registro, mas somente em 1966 o Banco Central concedeu as primeiras Autorizações de Funcionamento, e somente a partir daí é que o movimento pode concretizar sua maior expansão. Aos 20 anos de existência da FELEME, as cooperativas filiadas já tinham se multiplicado por 70 e seus associados ainda mais: 250 mil associados, beneficiando cerca de 1,5 milhões de pessoas.

Por exemplo, em Minas Gerais, essas condições propiciaram a expansão, nas mãos do técnico Felisberto Adolfo Barros, que sai do Rio para morar em Belo Horizonte para trabalhar pelo movimento nos escritórios da FELEME.

As cooperativas de Minas Gerais cresceram realmente na década de 70, com destaque para as do Vale do Aço, como a da Siderúrgica Belgo-Mineira, da Usiminas, da Acesita e a da Mannesmann, durante muito tempo a maior do sistema FELEME.

Nos fins da década de sessenta, o Rio de Janeiro, pioneiro do movimento, tem seu crescimento em diversos níveis. Abrigando a sede da Federação e seu Departamento de Educação, que é um instrumento de conscientização do crédito cooperativo.

Há uma experiência relevante na área das comunidades pesqueiras, **com** recursos oriundos do Canadá, que teve que ser interrompida por incompreensão das autoridades, sem que se pudesse avaliar seus resultados. Isso prejudicou que, na década de 70, se pudesse expandir o movimento às comunidades rurais, principalmente por causa da preocupação exagerada das autoridades quanto às limitações de área física e operacional.

A compra da sede deu mais solidez ao movimento, também uma decisão das cooperativas do Rio de Janeiro, que se utilizaram de recursos próprios e de doações externas, que eram destinadas à compra de veículos, mas que eles optaram pelo conjunto de salas modestas na Rua Santa Luzia.

Na esteira dessa compra, foram reformados os escritórios de São Paulo e Belo Horizonte.

Também foi no Rio que surgiu, cresceu e se concretizou a idéia de uma Central de crédito.

Certamente um fator importante do sucesso das cooperativas de economia e crédito está ligado à participação voluntária das lideranças, que deram parte do seu tempo à direção das cooperativas e estabelecendo programas de educação para o quadro social. Esses voluntários chegam a 3 mil pessoas, num sistema que dá mais de mil empregos diretos, cujos salários sempre foram pagos rigorosamente em dia, assim como o recolhimento dos encargos em tempo hábil, mesmo nos momentos de crises econômicas.

São estas pessoas que buscaram a autonomia e independência do programa, seja nas cooperativas, que deveriam buscar sua independência com relação às empresas, seja na sustentação do seu órgão de 2º grau. Ninguém desejava recursos do governo ou de outras fontes que representassem qualquer espécie de intervenção no sistema.

## As cooperativas assumem o destino da FELEME

Um bom exemplo de conscientização acontece quando, em 1969 é suspenso o

acordo CUNA/AID e a estrutura da FELEME é fortemente atingida. Em Assembléia Geral Extraordinária, as cooperativas assumem a manutenção da sua federação, aumentando em três vezes a taxa da contribuição. Apenas uma cooperativa discordou.

Apesar de, em 1970, serem obtidos novos recursos externos para os programas de educação e treinamento da FELEME, a lição foi aprendida. CUNA e entidades congêneres voltam a apoiar o movimento na área de educação e apoio técnico. Não tinha mais cabimento depender de seus recursos para a manutenção da Federação.

No II Seminário das Cooperativas de Crédito Mútuo, em 1971, debate-se um melhor desempenho com recursos próprios, decidindo-se expandir com segurança o movimento através da ação participativa do quadro social organizado.

Esse encontro, além da presença maciça das lideranças do crédito mútuo, há a presença de representantes do Banco Central, da Igreja, na pessoa de D. Ivo Lorscheider, e de CUNA, através de Carlos Matos, que afirma que o movimento poderá contar, por mais alguns anos, com o apoio técnico e material da entidade.

No seminário realizado em 1973, em Japuiba-RJ, foram novamente avaliados a expansão, o desenvolvimento e as perspectivas do movimento e, naturalmente as necessidades de reestruturação. Para essa avaliação, contou-se com um técnico especializado de CUNA, que junto com as lideranças locais desenvolveu o trabalho. Ao final do Seminário, entre outras recomendações, constou a transferência da sede para São Paulo. Em 1974, essa transferência se concretizou, com implantação de novo organograma da entidade.

Em 1976, o Espírito Santo já contava com 13 cooperativas, cuja assistência era fornecida pelo Escritório Regional do Rio de Janeiro. Para dar maior expressão às cooperativas do estado, realiza-se a Assembléia Geral Ordinária desse ano em Guapari, com a coordenação da CECM da Vale do Rio Doce, que leva ao evento o Governador do Estado, buscando dar maior expressão ao movimento junto às autoridades estaduais.

## Década de 80: novos rumos para o cooperativismo

Em meados de 1979, realizou-se no Rio de Janeiro o III Seminário das Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo, para avaliação e definição de rumos para a década de 80. Participaram representantes dos países latino-americanos, de COLAC, do *Conseil Supérieur de la Coopération du Québec*, do Instituto Coady, da OCB e das OCEs RJ, SP e MG, da CNBB, do Banco Central, da Unisinos, do DAC, do CECOSNE e delegados das cooperativas filiadas à FELEME.

Nesse encontro, o Banco Central comunicou que acabaria a obrigatoriedade e de teto de juros a 2% ao mês, para evitar que as cooperativas viessem a se tornar dependentes das empresas para seu custeio. A representante do CECOSNE, Madre Armia Escobar mostra aos delegados a dimensão e a importância de um trabalho

de comunicação social na formação de uma consciência cooperativa. O conferencista da BRASCOOP apresentou os programas que a entidade recém-fundada pretendia implantar. Foi bastante questionado por lideranças do Rio de Janeiro quanto à constituição de uma entidade sem uma ampla discussão, com uma proposta tão ambiciosa. Esta entidade, apesar da qualidade do seu quadro técnico, em pouco tempo tornou-se inviável e seu programa foi absorvido pela OCB.

Os vários encontros realizados no ano de 1980 debateram questões econômicas e a inflação, com seus reflexos nas cooperativas. Porém a correção monetária se constituía num tabu. O movimento adotava também um discurso duplo, criticando, por um lado o controle e cerceamento que o Banco Central aplicava sobre as cooperativas; por outro queriam manter uma política de juros irreal. Na verdade, essas cooperativas não queriam assumir o custo da independência e da liberdade de ação.

Entre tantas coisas importantes realizadas pela FELEME para os trabalhadores brasileiros, destacou-se a educação. Foi extremamente positivo todo o programa de seminários, palestras, cursos e encontros realizados ao longo da história da entidade. Este programa desenvolveu a consciência crítica dos participantes, fez o cooperativista enxergar sob vários ângulos seu movimento, enxergar a sociedade e se posicionar em relação a ela. Verdadeiramente, este programa aprimorou o sistema de cooperativas de crédito mútuo.

E, se num determinado momento, as lideranças não davam passos maiores, por outro lado estavam abertas a novas idéias que permitissem esses passos.

Foi em 1981, nos 20 anos da FELEME, que a entidade solicitou a CUNA um técnico que fizesse uma avaliação dos 20 anos da entidade e do movimento do crédito mútuo. E no início de 1982, chega ao Brasil o técnico Carlos Matos, já conhecido e conhecedor do sistema brasileiro. Matos passou um mês avaliando o movimento da FELEME, dos pontos de vista econômico-financeiro, técnico-administrativo e social.

Sua avaliação e diagnóstico foram entregues ao Conselho de Administração e depois foi apresentado à Assembléia Geral Ordinária. Matos enfatizou a necessidade de se reestruturar a FELEME e aceitar novos desafios. Entre eles organizar um sistema de seguros e constituir uma Central de Crédito, já que o Banco Central não estava autorizando a implantação de um departamento de crédito na Federação, mas autorizara a constituição de uma Central de Crédito Rural, no Rio Grande do Sul.

Os participantes da histórica Assembléia compreenderam a importância das recomendações e indicaram alguns companheiros para formar as Comissões Estaduais.

Em abril de 1982, o Rio de Janeiro, mais uma vez, sai na frente com sua Comissão Estadual formada pela ação mobilizadora de Maria Thereza. Em maio, debate a viabilidade econômica da Central de Crédito e em junho discute Estatutos e decide a constituição da entidade. Preparam-se os documentos necessários e em 28 de junho de 1982 é realizada a Assembléia de Constituição da CECRERJ – Central

das Cooperativas de Crédito Mútuo do Estado do Rio de Janeiro. O processo documental da constituição é protocolado no Banco Central, junto com o pedido de autorização de funcionamento.

Em junho do ano seguinte, no I Seminário Brasileiro de Crédito Cooperativo, Maria Thereza em sua conferência questiona os representantes do Banco Central **por que** o órgão não se pronunciou quanto à autorização de funcionamento da Central, que deveria ser anunciada nesse evento. Constrangidos os técnicos informaram, para a surpresa geral, que o processo fora encaminhado para instâncias superiores.

O processo se arrasta, ao mesmo tempo em que a FELEME debate seu funcionamento em quatro Federações Estaduais. É um momento de séria crise de identidade em que o movimento se veria sem sua entidade de 2º grau com o nível de integração que marcara sua atuação ao longo de mais de 20 anos. Maria Thereza se preocupa com o fato dos estudos de desmembramento não preverem a imediata formação de uma Confederação que assumisse o papel da FELEME como órgão de expressão nacional no movimento.

Paralelamente, a Central necessitava do apoio da FELEME para pressionar as autoridades pelo Certificado de Autorização, mas poucos líderes se engajaram nessa luta. Alguns, inclusive, temiam a Central; outros não acreditavam que o Banco Central concedesse a autorização de funcionamento.

Maria Thereza e Alzira seguiram para Brasília e, batendo de porta em porta, se metendo em discussões técnicas e reivindicações até serem recebidas pelo Diretor de Autorização do Banco Central, que em 16 de abril de 1984, quase dois anos depois da constituição, entregou a Autorização de Funcionamento nas mãos de Alzira, presidente da CECRERJ. Maria Thereza abraça a companheira emocionada, mal contendo as lágrimas. Elas sabiam o quanto tinha sido difícil esta conquista, que até os companheiros mais próximos duvidavam.

A luta ainda iria continuar: o Banco dera seis meses para adaptações nos Estatutos, para o registro nos órgãos competentes e o início das operações com um sistema viável e confiável, sem o que a autorização seria cassada. E, além disso, não seriam concedidos outros certificados aos demais estados onde houvesse cooperativas de crédito em condições de constituir centrais.

Esse era o desafio: a CECRERJ tinha obrigação de dar certo.

Neste ano, é criada a SENACOOOP, que, em novembro de 1984, cassa a autorização de funcionamento da **FELEME**, que estava em pleno processo de desmembramento. Argumentava que a autorização anterior, expedida pelo **INCRA**, conflitava com outro órgão da administração pública – o Banco Central – e sugeriam que a FELEME obtivesse lá o seu registro.

Consultado pela SENACOOOP, o Banco dá um parecer só reconhecendo a Central como entidade de 2º grau e, posteriormente, outras centrais que viessem a obter o certificado de autorização. A FELEME, para o Banco Central, era apenas uma associação, sem reconhecimento oficial.

A FELEME recorreu, em busca de criar um departamento de crédito, como fizera em anos anteriores e não conseguiu. Tentou registrar-se como órgão de 2º grau, sem operações financeiras, mas também falhou.

As lideranças da FELEME e da CECRERJ retornaram à SENACOOOP reivindicando o direito adquirido em razão de tantos anos de registro no INCRA. Apela-ram ao Secretário Adair Mazzoti para que se evitasse um transtorno no crédito mú- tuo, pois as filiadas da FELEME desejavam criar Federações estaduais como ór- gãos de 2º grau, para representação política, fomento e educação.

O Secretário e seus técnicos atenderam ao apelo e, no início de 1985, conce- deram às Federações estaduais o registro naquele órgão.

## O Plano Cruzado e outras confusões

O Plano Cruzado quis resolver o problema da inflação de uma hora para outra, de uma só penada. E entre os instrumentos que criou estava a tablita, que deflacio- nava as prestações de dívidas contraídas antes do Plano. Imediatamente surgiu uma grande confusão no seio das cooperativas, que não praticavam correção monetária nas contas de capital nem nos empréstimos concedidos. Como mutualistas e grupo fechado, as cotas de capital eram ao mesmo tempo poupança e capital de giro. A CECRERJ desaconselha a suas filiadas o uso da tablita, que esporadicamente al- gumas utilizaram, voltando atrás logo depois.

O BNCC aplicou a tablita, apesar de emprestar a juros subsidiados pelo siste- ma e de aplicar apenas 50% da correção monetária. Perdeu muito dinheiro e se en- fraqueceu ainda mais com isso.

Em 1987, o BNCC virou manchete em todos os jornais, que divulgavam as o- perações alto risco em que se envolvera.

Havia sido concedido um empréstimo à Central-Sul, de Cooperativas de Grãos do Rio Grande do Sul, muito acima das possibilidades de resgate daquela entidade. Outro crédito de risco feito à Capemi – entidade estranha ao cooperativismo – co- loca em perigo a estabilidade financeira do Banco. E, por fim, o Bônus Japonês, negócio totalmente comandado pelo Governo Federal, acaba por comprometer de- finitivamente a solidez do Banco.

Todos esses prejuízos foram contabilizados como capital do governo, que, sem entrar com recursos reais, aumentou sua participação no Banco. Esse escândalo comprometeu a imagem de todo o sistema cooperativista brasileiro junto à socie- dade.

Em 1989, o Banco Central decide implantar o COSIF – novo plano de contas do sistema financeiro, que determina a correção monetária nas cooperativas de cré- dito rurais e urbanas. Também determinou que todos os balancetes mensais deveri- am ser remetidos ao BC, em disquetes.

Quanto à correção, as cooperativas rurais, principalmente as do Rio Grande do

Sul, estavam preparadas para adotar – muitas já adotavam. As cooperativas de crédito mútuo, em sua maioria, se colocaram frontalmente contra a medida.

Não consideravam que esse instrumento era uma proteção ao capital do associado. Também solicitaram mais tempo para implantar a contabilidade informatizada, conseguindo sucessivos adiamentos até a metade de 1992, quando o Banco Central não concedeu novos pra/os. A partir de então, a cooperativa que não cumprisse as novas determinações pagaria multa.

Também foi confusa a atuação das cooperativas diante do Plano Brasil Novo, quando ficaram atônitas e não entraram com ação comprovando que seu capital, na verdade, era uma grande quantidade de pequenas poupanças, sempre inferiores ao limite de conversão estabelecido pelo governo.

---

# Cooperativismo de Crédito no Brasil: Central das Cooperativas de Crédito Mútuo do Estado do Rio de Janeiro

*"O primeiro passo é sempre o mais importante.  
Nós demos esse primeiro passo no Rio Grande  
do Sul." Mário G. Krueh*

## **Nota Preliminar**

A história dos primeiros anos da CECRERJ se confunde com minha história pessoal. Não fui capaz de me abstrair disso, ao redigir este trecho. Por isso ele sai como uma espécie de depoimento pessoal, na primeira pessoa. Ele não é completo, mas bastante abrangente como historiografia da entidade e por isso penso que o leitor vai perdoar o estilo.

*Alzira Silva de Souza*

## **Primeiros Passos**

---

Em Assembléia Geral Ordinária da FELEME, em 27.03.82, em Poços de Caldas, decidiu-se buscar uma entidade de 2º grau financeira para o movimento de crédito cooperativo urbano (mútuo).

Essa decisão foi tomada com base no diagnóstico elaborado por Carlos Matos, técnico de reconhecida capacidade internacional e amigo do nosso movimento.

Foram constituídas nessa AGO, para cada Estado da área de ação da FELEME,

Comissões de Trabalho e indicados os seus membros, visando os estudos de viabilidade e constituição das novas Entidades.

A Comissão constituída para o Rio de Janeiro, com líderes e técnicos, contou com: Maria Thereza Teixeira Mendes (FELEME), Alzira Silva de Souza (CECM Furnas), Waldir de Vasconcelos Dias (CECM CBV e Sul), Eloísio Paiva Martins (CECM Vale do Rio Doce), Vicente Barcelos (CECM Vale do Rio Doce-ES) e Victor Khoury, Luiz Ricciardi e Waldyr de Andrade (técnicos da FELEME), que iniciaram os estudos de viabilidade econômica e elaboração dos Estatutos.

Dessa Comissão nasceram as primeiras diretrizes e providencias que determinaram as demais medidas adotadas, posteriormente, tais como:

1. Um número limitado de associados, objetivando facilitar a reunião de documentos exigidos pelo Banco Central e a conseqüente coleta de assinaturas.
2. Apoiar as demais Comissões dos Estados da área de ação da FELEME, visando a entrada dos processos das Centrais, concomitantemente.
3. Engajar outros líderes e técnicos com especialidade em finanças ou área jurídica, quando necessário ao apoio do processo em tramitação, em busca de autorização de funcionamento da Central de Crédito.
4. Realizar reuniões e encontros para debater ações e estratégias reavaliando as dificuldades ou o cumprimento das exigências baixadas pelo Banco Central.

No dia 28 de junho de 1982, em Assembléia Geral de Fundação foi constituída a Central das Cooperativas de Economia e Crédito, inicialmente, prevendo área de ação para o Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo e para atendimento às filiações da FELEME.

As Cooperativas fundadoras foram as seguintes:

- CECM dos Empregados de Furnas Ltda.
- CECM dos Empregados da CBV e Sul
- CECM dos Empregados do Estaleiro Mauá
- CECM dos Empregados da Vale do Rio Doce-RJ
- CECM dos Empregados da Vale do Rio Doce-ES
- CECM dos Empregados da Bandeirantes de Seguros

## **Conselheiros Eleitos até a Assembléia Geral Ordinária de 1985.**

### **Conselho de Administração**

Alzira Silva de Souza (Furnas) – Dir. Presidente; Silvestre Lopes Júnior (Vale do Rio Doce-RJ) – Dir. Financeiro; Waldir de Vasconcelos Dias (CBV e Sul) – Dir. Secretário; Eliasib de Oliveira Pinto (Estaleiro Mauá) – Conselheiro; \*Vicente

---

\* *Pela redução da área de ação da Central (exigência do Banco Central) e por afastamento, os companheiros assinalados perderam seus mandatos na AGE, de*

Barcelos (Vale do Rio Doce-ES) – Conselheiro.

### **Conselho Fiscal**

Efetivos – Agostinho Barbosa do Espírito Santo (Bandeirantes); \*Waldir Nascimento (Vale do Rio Doce-ES); e Sebastião José de Mattos (Furnas).

Suplentes – Maria da Paz do Valle (CBV e Sul); João Natal Zanuto (Estaleiro Mauá); e José Carlos Lopes Amorim (Vale do Rio Doce-RJ)

No dia 25 de julho de 1982, conforme protocolo, deu-se entrada no Banco Central do Brasil do pedido de autorização de funcionamento e registro.

Em virtude de extravio da documentação original, depois de oito meses de tramitação do processo, foi toda ela reconstituída e, novamente, solicitado o registro e autorização de financiamento.

## **A Luta em Brasília**

*Não vejo como podemos crescer em segurança e harmonia sem dispormos de Centrais de Crédito.  
Maria Thereza Teixeira Mendes*

Foram dois anos e meio de intensa expectativa e muita ação junto a diversas autoridades, em todas as áreas de acesso possível.

Cumpriram-se inúmeras exigências, por exemplo: uma estatística do volume de recursos de capital de giro; outra sobre empréstimos concedidos e seus percentuais por finalidade; número de associados atendidos e sua base salarial; comparativos do número de associados das cooperativas do Estado do Rio de Janeiro levando-se em consideração o de outros estados (potencialidade do poder aquisitivo, por faixas salariais; progressão do quadro associativo nos últimos cinco anos etc.); estatísticas e comprovação em relação aos créditos, verificando-se se salários mais altos pagos pela empresa, onde sediada a Cooperativa, estavam recebendo créditos maiores em detrimento dos assalariados de menor salário.

Comparativos sobre os percentuais por atendimento das finalidades e verificando se os créditos e financiamentos estavam incentivando o consumo, pois o governo estava proibindo essa prática, por considerá-la gerador de inflação etc.

Realmente houve exigências, no nosso entender, absurdas.

Outro exemplo: rastreamento da vida pessoal, profissional e dos bens dos diretores eleitos, uma sobre idoneidade e outra de avaliação dos bens e sua origem. Is-

so, depois de já se encontrar anexada ao processo no Banco Central, a ficha cadastral de cada diretor e o respectivo rastreamento no sistema financeiro.

Novo estudo a ser apresentado e debatido pelas filiadas à FELEME (nessa época buscava-se que a CECRERJ fosse vinculada à FELEME) relativo à viabilidade econômica.

Esse estudo e sua apresentação foram da alçada de Sebastião José de Mattos, então Diretor Financeiro da CECM de Furnas e Presidente do Conselho Fiscal da CECRERJ.

A elaboração desse trabalho tomou por base subsídios fornecidos pela área técnica da FELEME, tais como o capital integralizado de todas as cooperativas filiadas à FELEME (RJ/ES): possibilidade (negociada com o BNCC) de crédito especial de 1 milhão de cruzeiros – repasse/BNCC – e ainda de 100 mil dólares ou repasse a fundo perdido, prometido por COLAC.

Na projeção desse trabalho e nas explicações complementares, o trato e a movimentação dos recursos, levou em consideração a inflação (época com taxas projetadas pelo Ministro Delfim Neto), créditos a serem concedidos, valores de amortização, prazos de resgate, juros, aplicações e até correção monetária. Ficou caracterizado que a CECRERJ se tivesse esse apoio fornecido pelos subsídios da FELEME, em 3 anos já poderia liquidar os repasses, viabilizar novos, fazer outras negociações e adotar um Sistema com recursos próprios bem significativos.

Em 5 anos a CECRERJ alcançaria um desenvolvimento econômico-financeiro representativo, se adotasse a movimentação de depósitos à vista, e otimização de recursos excedentes, poderia até desenvolver programas de investimento nas filiais etc.

As Cooperativas presentes aprovaram o trabalho que, posteriormente, foi aceito pelo Banco Central para estudos e avaliação de sua área técnica, visando à autorização de funcionamento da CECRERJ.

Apesar disso, tivemos de organizar um seminário específico, em 3 de dezembro de 1983, conforme orientação técnica e estratégica da chefia de Fomento do BNCC e técnico do Banco Central – da área autorização bancária. Havia fundamento nessa recomendação.

O documento final do Seminário, englobando as diretrizes de seu programa e decisões, foi assinado pelas lideranças das cooperativas presentes e líderes da FELEME, da CECRERJ e da OCERJ e enviado ao Banco Central com uma mensagem reivindicando, a autorização de funcionamento da CECRERJ, imediatamente. O Banco Central tinha de dizer sim ou não.

Apesar dessa estratégia, a autorização permaneceu emperrada – mudanças recentes na Diretoria do Banco Central, faziam com que voltássemos à estaca zero. Tínhamos vencido as argumentações técnicas e jurídicas, contávamos com a credibilidade em diversos setores do Banco Central, mas quando o Diretor tinha de assinar, a coisa se complicava. Nesse vai e vem, conhecemos três diretores da área de autorização bancária, três presidentes, inúmeros assessores etc.

Em março de 1984, na AGO da FELEME, constatamos que as lideranças haviam perdido o interesse ou a crença em se obter a autorização da CECRERJ.

Demonstramos convicção, pois Maria Thereza conseguira marcar reunião, onde as perspectivas eram de aprovação.

Nos deixaram à deriva, achando que a prioridade era o desmembramento da FELEME em quatro federações estaduais.

Sabíamos que pessoalmente Maria Thereza fizera um primeiro contato com o novo Diretor, que ouviu suas postulações, levando ainda em consideração correspondência da CECRERJ que embasava as reivindicações.

Tivemos que ir a Brasília, postular pessoalmente junto ao Diretor de Autorização Bancária, no dia 16 de abril de 1984.

Foi confirmada a aprovação do Diretor da Área de Autorização Bancária com algumas ressalvas, que exigiam nova AGE.

- Desligamento de cooperativa fundadora sediada no Espírito Santo e conseqüente perda dos mandatos dos eleitos daquele Estado.
- A CECRERJ teria área de ação restrita ao Rio de Janeiro:
- A CECRERJ seria Entidade Jurídica sem vinculação à FELEME, nos Estatutos não deviam constar referências à FELEME:
- A CECRERJ seria aberta e de livre adesão para as cooperativas de economia e crédito do Estado do Rio de Janeiro, filiadas ou não à FELEME.

Cumpridas essas exigências, foi publicada no Diário Oficial a autorização e registro sob o n° 783, de 31 de julho de 1984.

De posse do Certificado, a CECRERJ tomou as providências cabíveis e outros registros nos órgãos do Estado (Junta Comercial, Cadastro Geral de Contribuintes, Registro na OCERJ, Alvará de Localização etc.).

Foram aí vencidos os obstáculos da 1ª etapa, outros ainda viriam.

Por justiça devemos registrar e afirmar que muito se deveu ao prestígio pessoal, a garra e ao idealismo de uns poucos líderes, que não se deixaram ficar no passado e que partiram para o futuro.

Contaram, nessa caminhada, com Maria Thereza, sempre firme, corajosa, decidida, empreendedora, fiel às idéias, ombreando com as lideranças da CECRERJ e fortalecendo sua Presidência.

Os Diretores da CECRERJ e suas cooperativas fundadoras confiaram nas duas líderes que trabalhavam na linha de frente e que deles, nos bastidores, recebiam pleno incentivo, acreditando todo o tempo nas suas ações e estratégias.

## Ser pioneira não é fácil

*"A utopia é a verdade do amanhã."  
(Victor Hugo)*

A CECRERJ é a central de crédito mútuo pioneira e como tal sofreu as crises do pioneirismo, algumas naturais e outras inexplicáveis.

Seu perfil inicial e atuação foram projetados com dados fornecidos pela área técnica da FELEME, e perspectivas de recursos que não se concretizaram. O BNCC atravessava, talvez, sua maior crise financeira, e COLAC mudara seu sistema de apoio para a América Latina, assim não foram doados os 100 mil dólares, nem abertos créditos a fundo perdido.

Muitas lideranças também tinham dúvidas quanto a administrar recursos em conjunto, como é o caso de Centrais, as entidades de 1º grau sempre perdem **um** pouco do seu individualismo e isto costuma incomodar.

Em maio de 1984, de posse de carta do Banco Central sobre a aprovação **do** processo da CECRERJ, que já permitia novas filiações e novos estudos para operações iniciais, convidamos as cooperativas de crédito do Estado, para motivá-las à adesão e discutir alternativas operacionais em parceria com o BNCC.

Buscava-se a participação de todos que acreditassem no projeto da CECRERJ para definir sua implantação. Para isso, foi realizado um encontro na Associação da Vale do Rio Doce, contando com um bom número de cooperativas, dirigentes da FELEME, do BNCC e Maria Thereza.

Foi apresentado um trabalho preliminar das perspectivas operacionais em conjunto com o BNCC, algumas alternativas a serem aperfeiçoadas em outras reuniões e grupos de trabalho a ser formalizado.

Nesse encontro, a Diretoria da CECRERJ, esperava que o movimento aderisse, filiando-se e participando de grupos de trabalho, que ajudassem a definir o modelo da CECRERJ e sua plena operação.

Apenas duas cooperativas acreditaram de imediato e se filiaram:

A CECM Andorinhas, que tinha um trabalho na comunidade operária, e a CECM da EMAQ, que era sediada em estaleiro de grande porte, mas que àquela altura atravessava séria dificuldade em razão da crise que se abatera na indústria naval.

O BNCC, em suas áreas técnicas – fomento, crédito, fiscalização – e Diretoria acreditaram na potencialidade das cooperativas do nosso segmento, na ação da CECRERJ, na capacidade de sua diretoria, e sentia muito não ter condições financeiras de, imediatamente, nos ajudar nas operações de crédito/repasses.

A área de fomento do BNCC conseguiu pequena verba para cobrir despesas de passagem e estadia por três dias em Porto Alegre, para onde seguiriam três técnicos do BNCC e três líderes da CECRERJ, em busca de subsídios na COCECRER-RS.

Esse pequeno grupo sabia que a CECRERJ tinha sobre seus ombros uma grande responsabilidade, pois o Banco Central fora categórico em suas normativas: em seis meses a CECRERJ tinha que estar operando em controles adequados e perspectivas de crescimento real sob pena de cassação e não autorização de novas Centrais urbanas.

Foi nesse clima que fomos para Porto Alegre. Tínhamos engajado Eloísio Pai-

va Martins, que estava aposentado da Vale e acreditava nas mesmas idéias – ou seja, a Central é o futuro do movimento. Ele seria o primeiro técnico contratado.

Na COCECRER-RS – encontramos Mário Krueel, então presidente da Entidade, que durante três dias deixou inúmeros afazeres para nos dar alento e coragem como cooperativista e como técnico especializado em área bancária e crédito rural.

Ele sabia das grandes dificuldades que tínhamos: faltavam-nos os recursos técnicos, humanos e financeiros que haviam servido de base nos estudos iniciais para a viabilidade da CECRERJ.

Partindo dessa base frágil, Mário Krueel procurou encontrar paralelos **no** crédito rural possíveis de serem ajustados a nossa realidade. Entre as dificuldades que tínhamos, havia o fato de que o agricultor tinha interesses mais fortes, pois o crédito rural era necessário à sua sobrevivência, enquanto que o crédito urbano, no estágio em que se encontrava, apenas atendia algumas linhas de crédito, afinal o trabalhador urbano tinha o seu salário que bem ou mal lhe garantia a sobrevivência.

Devíamos partir para um programa permanente de conscientização dos dirigentes de crédito mútuo, o que não seria fácil. Eles estavam habituados a um trabalho simplista com suas entidades como se fossem apêndices das áreas de bem estar das empresas. Mudar essa acomodação e mentalidade era primordial.

Mário Krueel afirmou que estava de nosso lado, que nós tínhamos uma tradição mutualista que poderia ajudar nas mudanças e que ele abriria tantos estágios quanto fossem necessários, na COCECRER-RS, para líderes e técnicos da CECRERJ ou por ela indicados.

Aconselhava que buscássemos mudanças básicas, como trabalhar com cheques convênio – BNCC para movimento de depósitos, não seria bom trabalhar somente com capital, mesmo que com formação permanente (cotas mensais) e sem os mecanismos da correção monetária. A inflação poderia nos derrotar.

Há uma frase sua que gravamos para sempre:

*"Uma cooperativa de crédito isolada é igual a um banco de pequena clientela e agência única: sua eficiência é reduzidíssima por faltar-lhe flexibilidade na captação e aplicação dos recursos."*

Juntou seus técnicos para que nos ouvissem e trocassem idéias, principalmente, Ademar Schardong em quem Mário tanto confiava, acreditava e investia para o futuro da COCECRER-RS.

Abriu a COCECRER-RS ao nosso pleno conhecimento seu sistema operacional bastante profissionalizado, com técnicos treinados para as diversas áreas de atividades (captação, aplicação, créditos, auditoria, controles, fomento, educação, treinamento) e, em experiência, já um sistema de computação.

Conversamos com todos, observamos controles, formulários, projetos em andamento. Visitamos cooperativas de crédito rural, que atendiam como se fossem agências bancárias.

O que mais nos contagiou foi o ritmo de trabalho, a conscientização e o entusiasmo, horário para eles não existia... japonês perto deles era café pequeno.

Voltamos dispostos a encontrar nosso modelo, nosso sistema, nosso caminho. Na COCECRER-RS tivemos a visão do futuro, mas não podíamos aproveitar o modelo nem os formulários. Eles estavam tão avançados, a área rural muito diferente da urbana, mas aprendemos que quando a gente sabe o que quer desbrava caminhos.

E como dizia Mário Krue: *"O Cooperativismo de crédito no Brasil dificilmente sobreviveria a uma nova crise. Não podemos fracassar."*

## A descoberta de um modelo

*"A Cooperativa de Crédito não produz recursos: administra-os." Mário Krue*

Nosso pequeno grupo de trabalho era composto pela Diretoria Executiva da CECRERJ (Alzira, Waldir e Silvestre) e por Eloísio. Nessa fase dos estudos, para se definir um modelo, os técnicos do BNCC pouco puderam nos ajudar. Podíamos contar, em algumas reuniões, com o Gerente da Agência BNCC-Rio (Edmundo Antônio Loureiro) e um técnico em cooperativa (Sérgio Barbosa dos Santos) para informação sobre os programas do BNCC, a nível de Rio.

Em Brasília, podíamos contar com orientações técnicas das chefias da Área de Fomento (Luciano Marcos de Carvalho e Gert Wolfgang Antonius), área de Fiscalização (João Samuel de Araújo). Esses técnicos do BNCC, na medida em que fossemos definindo as atividades operacionais e financeiras da CECRERJ, buscaríamos formas de parceria.

Não tínhamos espaço físico, nem pessoal técnico, nem recursos financeiros próprios ou de apoio, nem externos. Contávamos com a confiança das cinco fundadoras e das duas novas filiadas.

Entre as fundadoras, a CECM de Furnas disposta a abrigar a CECRERJ em sua sede, no seu primeiro ano de operações e algum apoio logístico.

Tínhamos, porém, alguma coisa de altamente positiva, nosso espírito de luta e a certeza que realizaríamos grande parte de sonhos e ideais.

Eloísio trazia bagagem, sua experiência de ex-presidente da CECM da Vale do Rio Doce-ES e os trabalhos com que participara nas atividades da FELEME, como um dos seus Conselheiros.

Com essa experiência e a vontade de somar esforços em busca do modelo da CECRERJ, ele participava ativamente de todo o processo para ver implantado o sistema da Central.

Silvestre, encontrava-se muito preso a suas atividades como técnico na Vale do Rio Doce, mas comparecia ao final de cada tarde, uma vez por semana nas reuniões do Grupo de Trabalho, buscando acompanhar o progresso dos estudos e contri-

buir com suas opiniões e dar o seu de acordo.

Aos poucos, fomos desenhando o modelo, redigindo normas e encontrando o perfil que desejávamos para a Central e suas filiadas.

Waldir de Vasconcelos Dias era o Diretor Secretário e destacou-se muito pela sua versatilidade de conhecimentos na área contábil e administrativa. Era incansável redigindo esboços, registrando idéias, formalizando críticas, fazendo cálculos, esboçando controles, desenhando formulários.

Eu, como Presidente, tentando negociar com o BNCC e com as filiadas cada etapa que ia esboçando o perfil da CECRERJ. Participando ativamente de todas as discussões, trocando idéias e motivando o grupo.

O Eloísio sempre presente, apoiando nas idéias, criticando-as e preocupando-se com a formação do capital. Ele achava isso prioritário e julgava que o movimento de depósitos seria uma segunda etapa. Debatia as questões financeiras mais próximas ao modelo das singulares. Buscava auxiliar no esboço dos controles, dos formulários etc.

Vale aqui um parêntese: nosso Estatuto quando elaborado por técnicos da FELEME e alguns líderes, estabeleceu o sistema de capitalização na base de 0,5% do capital integralizado de cada Cooperativa, relativo ao ano anterior e este valor, ainda seria depositado em até 12 vezes.

Esse valor tão pequeno visava evitar contribuições que pudessem onerar as filiadas que já contribuía com taxas razoáveis para a FELEME e na forma da Lei 5.764 (16.12.71) com 0,2% do volume de todos os seus recursos para a OCB/OCERJ.

A exemplo do que ocorria em todas as Cooperativas de crédito e suas Centrais, em nível mundial, o capital integralizado é um instrumento menor, pois o volume de movimento de depósitos à vista e a prazo e que criam a grande força financeira.

Depois de algumas reuniões e ao final de um dia exaustivo, paramos com o quebra-cabeça. Decidimos que convocaríamos as filiadas para expor algumas alternativas para a capitalização e até a possível mudança dos Estatutos conforme pleiteava Eloísio.

Waldir e eu não desejávamos que a CECRERJ viesse a funcionar na base do Capital Social integralizado e apenas com repasses do BNCC ao saldo médio que fizessemos.

Desejávamos, realmente, viabilizar depósitos em movimento e a prazo, achávamos que o capital social era um recurso, mas observamos que não era o mais importante na COCECRER-RS. Lá eram os depósitos à vista, a movimentação de parte do dinheiro das filiadas e das cooperativas de produção. Não deveríamos ser tão diferentes.

Sáimos dessa reunião muito preocupados, sabíamos que tínhamos de encontrar, rapidamente, uma solução, sem o que não faríamos o saldo médio que nos permitisse repasses do BNCC.

João Samuel de Araújo nos havia alertado:

*"O BNCC tem suas limitações. A própria crise que atravessa é uma delas. Não pode criar uma linha de crédito para atender o movimento de crédito mútuo sem que o próprio Movimento produza estes recursos para que esta linha seja administrada. Pois cada instituição bancária abre as linhas de crédito que a sua clientela permite."*

Fui para casa, busquei a serenidade e Fiquei pensando, reavaliando as alternativas que havíamos debatido e cheguei à conclusão que somente havia um jeito e rápido: engajar a CECM dos Empregados de Furnas, que possuía o capital mais significativo para dar um impulso na CECRERJ.

Se esta Cooperativa, cujo capital lhe permitia um volume de recursos mensais para empréstimo ao seu quadro social na ordem de 200 milhões de cruzeiros, tomasse uma decisão de suspender por um mês os empréstimos, logicamente avisando seu quadro social e bloqueasse esses recursos em conta de depósito a prazo na CECRERJ, por um ano ou dois, logo no primeiro trimestre viabilizaríamos os repasses do BNCC.

Essa mesma idéia seria levada às demais filiadas da CECRERJ que iriam fazendo a mesma coisa no mês que lhes fosse possível.

Os normativos do Banco Central não viabilizavam o depósito a prazo, face à baixa rentabilidade (6% a.a. por 12 meses), mas o que pensávamos era vencer essa dificuldade com outra alternativa: repasses do BNCC em 3 meses subsidiados. As possíveis perdas seriam compensadas, posteriormente, através dos repasses do BNCC, bastante subsidiados.

Acreditava que em pouco tempo, motivando a capitalização e depósitos à vista, seus resíduos seriam outros recursos para a linha de crédito.

Parecia difícil colocar na prática a idéia: líderes e técnicos são avessos à parada de um mês de empréstimos nas singulares. Comparando as perdas entre o depósito a prazo (6% a.a.) e o que ganhariam de receita no empréstimo, **seria** outra dificuldade a discutir com eles.

Sem fazer qualquer cálculo concreto, apenas baseada nos cálculos mentais, cheguei à conclusão que a perda inicial com o bloqueio de recursos relativos ao empréstimo de um mês de cada uma das nossas filiadas, seriam compensadas em alguns meses.

Mas, realmente o que me movia a vender a idéia à CECM de Furnas, onde era a Presidente, e as filiadas da CECRERJ, era a firme convicção que o custo da montagem de um modelo e a construção de uma empresa tem que ser assumida pelos seus sócios.

Decidi conversar com o Waldir sobre a idéia antes da reunião formal.

Pela manhã o Waldir telefonou informando que fizera novas projeções, buscando resolver nosso quebra-cabeça e só havia uma solução: depósitos a prazo fixo mesmo com a irrealidade de 6% a.a. Julgava difícil a tarefa de convencimento das filiadas, verificava que todas estavam com poucos recursos, que a inflação corroía os recursos das filiadas, quanto cada uma aceitaria colocar? por quanto tempo? E

eu, como Presidente, como iria vender a idéia, mesmo com o seu apoio?

Expliquei o que pensava fazer com os recursos da CECM de Furnas, relativos a um mês de concessão de empréstimos. Ele achou ótima a idéia, ficou de fazer nova projeção e cálculos, avaliando perdas iniciais, ganhos posteriores, com a reciprocidade aos saldos médios no BNCC, pois a idéia do Depósito a Prazo Fixo, viabilizaria a CECRERJ.

Nos reunimos à tarde e à luz dos números obtidos pelo Waldir, concluímos que essa era a melhor saída.

Convocamos o Silvestre que analisou a alternativa, achou que era boa solução, mas um remédio amargo. Um mês sem emprestar...

Achou melhor oferecer alternativas. Novos cálculos, alternativas e formas de atendimento: bloqueio de depósitos parcelados, repasses, também, parcelados.

Antes mesmo da reunião formal da CECRERJ com as suas filiadas a Diretoria da CECM de Furnas já concordara com a idéia e se comprometeu a fazer o depósito dos 200 milhões de cruzeiros em alguns dias. Comprometeu-se a manter esses recursos bloqueados por um ano ou dois, conforme fosse melhor para a CECRERJ. Acreditou no futuro!

Todas aceitaram. Definiram em que alternativas entrariam, ou seja, depósito de uma, duas, três ou quatro parcelas, e conseqüente atendimento ao saldo médio que teriam feito.

A CECM de Andorinhas, cuja base é uma comunidade operária, tomou a mesma decisão da CECM de Furnas, se esta podia, Andorinhas também poderia. Maravilhoso orgulho operário! Fizeram de uma só vez o depósito a prazo fixo, mas no seu caso, precisariam começar a movimentar esse depósito no 3º mês do bloqueio. A CECM Furnas manteve o seu bloqueio além de um ano.

As filiadas à CECRERJ assumiram o seu papel como empresas dispostas a investir no futuro. Foi uma sábia decisão, pois em pouco tempo todos ganharam e a CECRERJ passou a um crescimento permanente.

O mesmo se deu com suas filiadas. Para umas, em um ano 50% dos empréstimos eram oriundos das negociações com a CECRERJ. Para algumas novas filiadas, em dois anos, chegava a mais e, para aqueles de maior capital, como o caso da CECM Furnas (1988) a 20%.

Vale aqui um parêntese: da sua base de depósito a prazo fixo foi que a CECRERJ começou a funcionar, depois obteve outros recursos. É aquela velha história dinheiro puxa dinheiro...

O BNCC procurou estimular as lideranças da CECRERJ no sentido de buscarem junto às empresas onde estavam sediadas as cooperativas, para que as mesmas viessem a trabalhar com o Banco, pelo menos em câmbio.

Para as empresas que operassem em câmbio com o BNCC, este daria uma reciprocidade no saldo médio da CECRERJ, seria pouco, mas valia à pena essa tentativa. Nesse campo conseguimos o apoio da Vale do Rio Doce e de Furnas. Foram formalizadas algumas operações de câmbio, afinal o BNCC trabalhava bem nesse setor.

Definimos, também, um sistema de operações no mercado financeiro para as filiadas à CECRERJ e outro para a própria Central.

Em poucos meses foi viabilizado o cheque convênio com o BNCC, o que foi uma grande conquista. Todas as filiadas o adotaram, movimentando suas contas no BNCC, via CECRERJ, que possuía no Banco uma conta única, com subcontas para cada filiada. A própria CECRERJ fazia a gravação de todos os cheques nominais e o controle da movimentação em parceria com o BNCC, bem como das subcontas.

Mais adiante, em Assembléia, todas as filiadas aprovaram capitalizar no período de um ano, 10% do valor do seu capital integralizado no Balanço do ano anterior, para fortalecer o capital da CECRERJ e o seu giro do dinheiro.

Atendemos ao apelo de Eloísio nesse sentido, vendendo uma idéia que ele acalentara meses seguidos. Para ele, essa prática existente na singular seria um instrumento forte para a CECRERJ. Esse recurso na conta de capital não poderia ser retirado, a não ser por desligamento. O capital social integralizado tem esse tratamento. Ele achava que essa era uma segurança de recursos, permanente. Essa prática seria concretizada em 1986.

Nessa ocasião não se alteraram os Estatutos, deixamos para o futuro.

Nossa estratégia consistiria em observar o crescimento por um ano ou dois, tanto de capitalização, depósitos a prazo Fixo, depósitos em movimento, aplicações, receitas acumuladas, sobras etc., para se fazer uma análise consistente e tomada de consciência quanto a outras alternativas a serem adotadas.

Precisávamos ganhar certa experiência para outros passos entre eles chegar ao cheque convênio com o associado da Cooperativa.

Utilizar um sistema de repasses de uma cooperativa para outra dentro do ato cooperativo, vencendo a oposição do Banco Central, e até o próprio receio do segmento de crédito cooperativo urbano.

Negociar com o BNCC linhas de crédito para investimento em informática para o sistema.

## Créditos, financiamentos, repasses

A CECRERJ, como entidade de 2º. grau, estabeleceu uma política de ação para servir unicamente aos reais interesses de suas filiadas.

Todos os recursos colocados na Central sempre tiveram um tratamento de ida e volta, beneficiando a todos. Não se tomou qualquer decisão sem que as filiadas não tivessem sido reunidas, participado dos debates e tirando dúvidas para então aprovar os programas de crédito, financiamento, aplicações.

Foi elaborado por Waldir – cuja nova função estatutária era Diretor de Operações – o Manual de Normas Operacionais MNO, que estabeleceu para todas as filiadas as condições legais, estruturais e administrativas segundo as quais seriam desenvolvidas todas as operações da CECRERJ. Este Manual foi debatido com as fi-

liadas que o aprovaram. O MNO tinha uma estrutura modular que permitiria na medida da expansão da CECRERJ e adoção de novos serviços, incluindo ou alterando módulos, mantendo-o sempre atualizado frente as naturais mudanças que ocorrem em uma empresa dinâmica e eficiente e eficaz, como desejávamos fosse a Central.

Ficou sempre claro que a CECRERJ precisava dispor de recursos permanentes, e não transitórios, que permitissem a garantia dos empréstimos, tal qual ocorre nas cooperativas de 1º. grau.

Com a capitalização permanente, o depósito em movimento e o depósito a prazo, foram estabelecidas regras que viabilizaram, empréstimos sobre depósitos e empréstimos de repasses. Com esse mesmo dinheiro, a cooperativa fazia o seu saldo médio para levantar esses dois empréstimos distintos e a CECRERJ, ainda fazia uma aplicação no mercado e dava dez dias alternados de rentabilidade ao mês.

Cada Cooperativa era ouvida quanto à sua forma de atuar, buscando-se condições de atendimento mais adequadas às suas necessidades. Embora houvesse um padrão nos serviços da CECRERJ para as suas filiadas, as individualidades de atendimento eram objeto de estudos e aprovação pelo Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva aluava no sistema padronizado e o Conselho de Administração no trato das exceções.

Nas cooperativas singulares, o capital acumulado sempre foi a base dos recursos para gerar empréstimos. Na Central esse capital seria uma base sólida no futuro, mas nos três primeiros anos de atividade a CECRERJ precisou constituir reservas, para determinadas emergências, que poderiam surgir entre as filiadas. Essas reservas foram constituídas de depósitos a prazo fixo, de sobras direcionadas a reservas e ao capital, de percentual na aplicação, que durante os dois primeiros anos foi na base de 25% para a CECRERJ.

## Os empréstimos nos primeiros anos (1985/1986)

- a) FINDEP – empréstimos sobre depósitos: trimestralmente de acordo com o saldo médio da cooperativa, era oferecido um empréstimo correspondente a 80% do seu valor. Para este tipo de empréstimo os juros computados eram de 4% ao mês sobre o saldo devedor e os prazos de amortizações bastante facilitados, podendo até a cooperativa auferir ganhos extras.
- b) FINPASSE – empréstimo sobre o saldo médio trimestral da gama de depósitos transitórios e fixos: a Cooperativa podia levantar um empréstimo, sem prazo determinado, de 100% deste valor, concedido pelo BNCC através da CECRERJ, sendo que esta até poderia adiantar essa quantia caso a Cooperativa necessitasse. A CECRERJ, também, tinha uma reciprocidade ao seu saldo médio sobre recursos próprios e sobre o movimento de cambio das empresas.
- c) Créditos Emergenciais: a CECRERJ criou uma linha de crédito emergência pa-

ra as filiadas, com atendimento de curto prazo, quando estas ficavam de caixa baixa em períodos de demanda extra, precisando de imediato atendimento.

- d) Financiamentos: em parceria com o BNCC poderiam ser financiados equipamentos de informática, uma linha especial de atendimento, da qual as filiadas nos primeiros anos não se utilizaram.
- e) Contratos de Crédito: a CECRERJ formalizou dois tipos de contrato com o BNCC. Um que oferecia duas vezes o saldo médio, que era retirado com juros abaixo do mercado. O outro que chamávamos de limite de liquidez e que sendo utilizado pagaria juros de mercado. Este raramente utilizado.

## As primeiras vitórias econômico-financeiras (1985/1986)

---

Todo o esforço de implantação representou um alicerce fundamental para o sucesso das atividades da CECRERJ, que enfrentou as mudanças ocorridas na economia, inclusive os diversos planos e choques de autoria do governo e do próprio mercado.

Achamos oportuno registrar alguns números relativos a 1985 e 1986:

### **Campo Financeiro**

#### A) Empréstimos Concedidos:

Em 1985	CZ\$ 771.500,00
Em 1986 (até 31.07.86)	CZ\$ 1.532.500,00

#### B) Valorização do Capital das Cooperativas

HISTÓRICO	%	CZ\$
Valores Recebidos até 31.07.86	25,60	96.223,95
Depósitos Transformados em Receitas Financeiras	62,28	234.137,10
Resultado Líquido do Exercício de 1985	12,12	45.566,79
Capital das Cooperativas em 31.07.86	100	375.927,84

#### C) Recursos Próprios em 31.07.86

Capital integralizado	375.927,84
Capital a integralizar	40.795,39
Reservas e Lucros Acumulados (30.06.86)	173.847,26
Total	590.570,49

#### D) Depósitos à Vista

Saldo da Conta (31.12.85)	1.296.978,71
Saldo da Conta (31.07.86)	2.701.800,85
Saldo da Conta (01.09.86)	3.162.606,07

E) Depósito a Prazo Fixo Saldo da Conta (01.09.86) 660.000,00

A movimentação desses recursos e os saldos médios feitos no BNCC permitiram levantar-se um empréstimo significativo em dezembro de 1986, da ordem de 15 milhões de cruzados, que iriam apoiar o desenvolvimento das filiadas e o da própria CECRERJ.

Em dezembro de 86, a CECRERJ registra 16 cooperativas filiadas e o capital dessas Cooperativas somou mais de 50 milhões de cruzados, dos quais ao correr de 1987 entrariam na CECRERJ 5 milhões.

Todos os recursos da CECRERJ foram otimizados de tal forma que viabilizou a compra da Sede própria, com o pagamento à vista. A Sede se compunha de 8 salas, em edifício na Esquina da Avenida Rio Branco com Santa Luzia, com ótima valorização.

As reformas e instalações foram projetadas para um ano, pois seriam custeadas com os recursos obtidos em aplicações financeiras, bem como obtenção de repasses com juros subsidiados, parte dos quais entrariam nas aplicações de mercado. Todas as sobras dos exercícios foram direcionadas para o FATES, por decisão da Assembléia que também, aprovou o plano de metas.

### **Campo econômico-administrativo**

Em 1985 realizou-se o I Seminário Econômico-Financeiro, buscando se discutir as questões econômicas, a inflação, a correção monetária, a otimização dos recursos, a necessidade de integração e de reestruturação administrativa.

Participaram do evento as filiadas e as não filiadas que atenderam o convite da CECRERJ. Compareceram alguns líderes de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

Após a palestra do economista que analisou a situação do país e as dificuldades cada vez maiores a serem enfrentadas, alertou-se o movimento de crédito cooperativo a tomada de decisões que protegessem o capital das cooperativas.

Os técnicos do BNCC – Samuel Araújo e Paes Leme debateram o instrumento de correção monetária, e o perigo que os juros altamente subsidiados que as Cooperativas praticavam mesmo diante de uma inflação com Índices anuais de 3 dígitos (150 a 200%).

Demonstrou-se que em dezembro de 1982 o cooperativismo de crédito mútuo tinha de capital integralizado, aproximadamente, 3.521.000 ORTN. Em junho de 1985 só tinha 2.601.000 ORTN, o que significava uma perda de 900.000 ORTN.

Continuando nessa política em pouco tempo o crédito mútuo perderia sua importância no contexto.

Dados coletados demonstravam que o valor médio das operações efetuadas no primeiro semestre de 1985 tinha sido de CR\$ 833.930 por operação.

## Os debates econômico-financeiros

---

Em maio de 1986, realizou-se o II Seminário Econômico-Financeiro visando debater os benefícios do pacote econômico de 28.02.86 – Plano Cruzado:

Evidenciou-se durante o Seminário que se o Plano Cruzado desse certo as cooperativas de economia e crédito mútuo se transformariam no melhor veículo de aplicação do trabalhador brasileiro. Como esse Plano apregoava o fim da correção monetária, terminaria aí as discussões sobre esse tema. Concretizado o controle da inflação as CECM, passariam a ter crescimento real. Como os bancos e casas de crédito tradicionais ficaram com os empréstimos limitados a quatro meses, e isso não aconteceu com as cooperativas de crédito elas significavam a maior possibilidade de crédito para os seus associados. Elas poderiam atender solicitações de empréstimos com taxas de juros diferenciadas e amortizações de 12, 18 ou mais meses. Poderia ser o grande momento para o sistema, caracterizando o pacote econômico como uma dádiva para o brasileiro e à redenção do crédito cooperativo mútuo.

O conselho era de se programar adequadamente para o crescimento, porém, observar atentamente a situação, pois o pacote poderia ter uma vida longa, média ou curta, e não deveriam as cooperativas de crédito repetir as falhas anteriores, tais como praticarem juros extremamente módicos e não adotar os instrumentos de proteção à moeda – a correção monetária.

Pode-se observar, também, que na área de crédito cooperativo rural o pacote econômico andou assustando, face à estrutura do sistema. Este precisou tomar medidas rápidas e sérias para contornar suas dificuldades em razão das tablitas e da correção monetária. A quem desejar melhores informações basta ler os Anais desse Seminário e o resumo da Conferência de Ademar Schardong sobre a COCECRER-RS Frente ao Pacote Econômico.

Em Junho de 1987 realizou-se o III Seminário Econômico que abordava o tema: Cooperativismo x Ciranda dos Juros. Inicialmente esse Seminário fora programado em plena era do plano cruzado, A esperança e euforia habitavam o coração do povo e as cooperativas de crédito viveram algum tempo na ilusão do *tem que dar certo*. Pelas próprias conjunturas econômicas o III Seminário acabou sendo realizado dentro de outro contexto: O Plano Bresser. Acordara-se do sonho de inflação zero, a ciranda de juros voltara, a inflação desenfreada e a sombra da recessão no horizonte.

A complicada situação econômica foi analisada e debatida durante todo o Seminário que contou com a participação de duas eminentes personalidades do mundo Econômico-Financeiro: o Professor Carlos Alberto Cosenza – Coordenador do

Programa de Engenharia de Produção da COPPE-UFRJ, e o Professor Carlos Lessa, Diretor do BNDES.

## Perspectivas econômicas brasileira para 1987

O Professor Cosenza falou na condição de um analista descomprometido e mesmo crítico das medidas governamentais. Sua palestra tinha um tom irônico e descrente, ressaltou veemente a incoerência e desarticulação reinantes no sistema econômico do país. Sua explanação chegou a ser pessimista. Para os estudiosos, a palestra encontra-se registrada nos Anais desse Seminário para consulta.

Basicamente, demonstrou como foram sendo criados os problemas do Brasil a partir do pacote econômico de 1983, e nos planos que se sucederam até o Plano Bresser. Mostrou como o governo deixou de trabalhar na área social para se tornar um agente financeiro, preocupado em gerar recursos para se auto-sustentar.

Dissecou os instrumentos que levaram à queda do poder de compra dos salários e ao achatamento das classes médias, com conseqüente queda na arrecadação fiscal. E criticou as soluções mágicas que tentaram reduzir a inflação por decreto, desconsiderando as dívidas interna e externa como agentes inflacionários.

Esses resumos da palestra de Cosenza deixaram as lideranças cooperativas de alerta e preocupadas.

## O Cooperativismo e o momento econômico-financeiro

O professor Carlos Lessa se concentrou em alguns parâmetros econômicos e sociais.

A precariedade da organização social brasileira inquieta a todos e certamente repercute nas cooperativas e no seu trabalho. Qualquer grau de cooperativa supõe um grau de adesão às formas organizadas de enfrentamento das questões e quanto maior for este grau de adesão, maior será a força da cooperativa.

Exemplificou da seguinte forma: um cidadão da classe média, mora num edifício cujo síndico é escolhido em Assembléia. Ele não vai à Assembléia não se interessa por esta questão, mas assim que o síndico tomar uma decisão que lhe desagrade, imediatamente chamará o síndico de ladrão ou incompetente.

Esse paradoxo, no seu entender, era o da sociedade brasileira: a omissão sistemática e a atribuição de vícios aos que ocupam cargos executivos ou no governo.

Citou ainda que as camadas populares apresentam uma tendência organizativa maior que a classe média brasileira, pelo menos para questões mínimas de sobrevivência. Elas têm uma característica dominante: são basicamente defensivas.

*"As camadas populares até o momento não se organizavam para modifi-*

*car o Estado ou a Sociedade, nem tampouco se fazem presentes nas articulações políticas, mas conseguem o fenômeno de organização que é de uma escola de samba."*

Isso significa que havia certo caminho a ser percorrido com perspectivas de mudanças...

Carlos Lessa teceu comentários e fez exercícios reflexivos sobre as questões da trajetória brasileira no campo político, na democracia, sobre os 22 anos da ordem autoritária, as mudanças e a falta de um debate mais claro no porque dessa trajetória.

Demonstrou que um nível de organização social e político muito baixo fez até o fenômeno dos fiscais do Sarney no Plano Cruzado, confissão de que o Estado era impotente nas questões econômicas e no controle da fiscalização dos preços, passou ao povo aquilo que o Estado deveria fazer.

Em seu entender o Plano Cruzado não contou com uma discussão suficiente sobre o que ele significou, por exemplo, principalmente na importância e na possibilidade de melhoria no padrão de vida do brasileiro. Houve as dificuldades de abastecimento de diversos produtos, falta de previsão por gente do governo, no sentido de aumentar essa produção em tempo hábil. E, na verdade, o aumento de consumo foi da ordem de 20%, e não foi provocado pelos extratos superiores da Sociedade, e sim pela base.

Poderíamos dizer que como experiência de 7 a 8 meses foi bem sucedida, demonstrou que era possível fazer um país diferente.

Lamentavelmente, só ficou a sensação da derrota e pior, criou-se uma idéia que a situação seria irreversível.

A sociedade que se preocupa com a questão social tem que cuidar do salário de base e da previdência social são dois fatores que negligenciados implicam também, com a queda do crescimento da economia.

A recessão que volta agora a vida brasileira dá-se pela compressão brutal do poder de compra resultado de salário baixo e corroído.

A velocidade com que se transformou o país que era iminentemente agrícola, mas hoje é urbano-industrial (70% da população vive nas cidades), mas o seu perfil de distribuição de renda continua o mesmo ou um pouco mais degradado.

O professor Carlos Lessa era Diretor do BNDES, depois de ser economista de oposição. Depois de dois anos trabalhando no governo mostrava-se escandalizado com a ineficiência das áreas sociais do governo, onde o quadro administrativo é próximo do caos.

O aparelho do Estado é arcaico, setores como a saúde, previdência e educação dedicadas à base são ineficientes.

Resumia dizendo: *"faltam recursos para as políticas sociais, além disso, uma conceituação e uma administração erradas."*

No seu entender, o crescimento econômico, junto com a previdência social é que poderia frear a miséria absoluta do país.

Enfatizou que é impossível construir-se uma sociedade moderna sem ter um sistema de previdência social aperfeiçoado, capaz de administrar os benefícios com certa eficácia.

*"Se me perguntassem o que é política social vista panoramicamente eu diria que é o salário mínimo mais previdência social eficiente. Acontece que numa sociedade onde se tem uma força de trabalho sem emprego, onde se tem bolsões de miséria gigantescos, você tem que executar políticas de complementação enquanto a sociedade não cresce e não incorpora essas pessoas, porque pelo salário mínimo ninguém as atinge."*

Finalizou: Todos podem estar certos de que tudo que se possa fazer em matéria de complementação para essas pessoas não se compara à possibilidade de emprego, que é vista por essa população como um freemium da Loteria.

## Outros encontros

Nos anos de 1987 a 1990, outros encontros e eventos foram realizados abordando temas econômico-financeiros, instrumentos de proteção à moeda, áreas técnicas-administrativas, fundamentação doutrinária, questões sociais e educativas. Todos esses temas passaram a fazer parte do plano de metas da CECRERJ, aprovados em AGO, para cada exercício e utilizando recursos do FATES.

Os relatórios desses exercícios registraram os balanços, notas explicativas, desenvolvimento econômico-financeiro, operacionalidade, orçamentos, resultados, realização de metas etc. É uma boa reflexão para aqueles que se interessam em saber como se cria uma pioneira, e como ela cresce apesar da crise econômico-financeira e certa falta de conscientização social.

Em 1991, a AGO de março, além de aprovar balanços, contas, relatório do exercício de 1990 e as metas para o exercício de 1991, renovou a Diretoria Executiva tendo assumido a Presidência Wagner Guerra da Fonseca, que se comprometeu a continuar o trabalho e a buscar o crescimento permanente da entidade e de suas filiadas.

## A sede própria e solidez

Em 1988 foi comprada a sede própria em edifício localizado na esquina da Avenida Rio Branco com Santa Luzia, considerado um dos pontos mais valorizados, da cidade do Rio de Janeiro.

O que viabilizou essa compra foi a tomada de decisões em se aproveitar oportunidades e otimizar os recursos financeiros. O grupo de fundadoras e aqueles que

se filiaram até 1987, perceberam que uma sede própria, além de um bom e seguro investimento do dinheiro, cria raízes e dá certa solidez.

Inicialmente, por quase 1 ano, a CECRERJ esteve abrigada em salas partilhadas com a CECM de Furnas, que nada lhe cobrou. Na 2ª etapa a CECRERJ esteve de 1985 a 1989 em modesta sala alugada na Avenida Franklin Roosevelt. Em 1986, alugou-se no mesmo prédio outra sala para iniciar seu programa de informatização. Nessa mesma sala em horários especiais, iniciou-se, também, o treinamento de técnicos e funcionários, no campo da informática.

O rígido controle de custos e o máximo de aproveitamento dos recursos financeiros possibilitaram a compra da sede própria e a realização de obras sem sobrecarga das filiadas.

Independente da Sede, o ano de 1988 foi de grandes realizações no campo técnico e econômico-financeiro, resultados expressivos podem ser verificados nos balanços do exercício. Foi praticada a correção monetária do capital o que valorizou os ingressos das filiadas.

Foi, também, um ano de grandes preocupações com as filiadas, pois a diretoria e a equipe técnica analisavam a crise econômica e a inflação que tanto corrói a moeda e o que isto ocasionava no capital das cooperativas filiadas.

Foram realizados encontros, painéis, demonstrando à luz de estudos que as filiadas precisavam adotar a correção monetária como medida de proteção à moeda.

Com discursos e exemplos, algumas cooperativas começaram seus estudos no sentido de implantar a correção, poucos a adotaram. Um grande número decidiu que iriam praticar alguma forma de correção no exercício de 1989.

No início de 1989, o Plano Verão acena com outras perspectivas. Nossas dúvidas ao sucesso desse plano são colocadas para as filiadas. Em pouco tempo o plano fracassou e a CECRERJ e suas filiadas fizeram seus ajustes, e continuaram a perseguir o crescimento de suas entidades.

Mais uma vez constatamos que o governo com suas medidas econômicas nos atrapalham.

## Plano COSIF – 1988

No primeiro trimestre de 1988, em Brasília, a Presidente da CECRERJ em reunião com a área técnica do Banco Central, tomou conhecimento do Plano COSIF. Em seguida, após avisar as lideranças do crédito mútuo, obteve os primeiros manuais do COSIF, para estudos, análises técnicas e convocação dos contadores para debater o assunto.

A CECRERJ, era a única Central de Crédito Urbano, e por isso encarregada de solicitar as autoridades do Banco Central, reuniões nos Estados, com as federações de crédito, no sentido de explicitar o Plano e dirimir dúvidas. As lideranças das federações formalizaram seus pedidos e todos foram atendidos.

Uma aproximação maior entre a CECRERJ e a FECOCRERJ possibilitou mobilização de todas as lideranças e técnicos das Cooperativas de Crédito do Estado do Rio de Janeiro, para uma grande reunião no Auditório do Banco Central (Rio de Janeiro), com os técnicos especializados do Banco, da área técnica de Brasília.

Nessa reunião, os técnicos e assessores de Diretoria do Banco Central deixaram claro que o COSIF seria implantado em curto prazo de tempo, com exigência de apresentação de Balancetes e Balanços em disquete, já que todo o Sistema Financeiro seria informatizado, de forma que facilitasse um acompanhamento do Sistema pelo Banco Central.

Alertaram às lideranças de que as cooperativas de crédito mútuo, como entidades financeiras teriam que adotar a correção monetária sem o que não poderiam fazer parte do sistema financeiro. Concordaram com um prazo maior de ajustamento, mas que esse tempo não seria indeterminado.

A CECRERJ e a FECOCRERJ, através de suas lideranças e técnicos, desenvolveram um bom trabalho de assistência às Cooperativas de Crédito do Estado, no sentido de prepará-las para adoção do COSIF.

Paralelamente, as duas entidades buscaram conscientizar suas filiadas para as mudanças que viriam e, portanto, a necessidade de se ajustarem às novas diretrizes.

A área técnica do Banco Central aconselhou as lideranças da CECRERJ a desenvolverem um amplo debate sobre a correção monetária, visando as mudanças, sem o que as cooperativas de crédito não poderiam fazer parte do sistema financeiro. Recomendaram que a CECRERJ buscasse debater o assunto, com as federações do segmento de crédito mútuo (SP-MG-ES).

Nesse sentido o Diretor de Operações, Waldir de Vasconcelos Dias, desenvolveu um amplo trabalho tanto em artigos publicados no Informe da CECRERJ, material específico, por ele redigido e enviado as filiadas, como realizando inúmeras palestras nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

Criou, com o Diretor Financeiro, Silvestre Lopes, uma equipe de apoio que contou com os técnicos Paulo César Ferreira e Eloísio Martins, que passaram a debater o assunto da correção monetária e sua adoção, em cada associada.

Paralelamente a essa ação técnica, a Presidente da CECRERJ e o Presidente da FECOCRERJ, desenvolviam as ações políticas necessárias à mobilização para esses debates, conscientes que estavam, de que as mudanças seriam benéficas ao crescimento das Cooperativas de Crédito.

O Plano de Contas do Sistema Financeiro (COSIF) mereceu um trabalho muito intenso de 1988 a 1989, por parte dos técnicos das entidades de 2º grau, visando sua adoção por parte das filiadas em 1990.

A busca permanente da CECRERJ para que suas filiadas se adaptassem a novas linhas de ação e enfrentassem os problemas existentes, fizeram com que as lideranças e os técnicos tomassem decisões rápidas e coerentes em todo o processo de administração e controle.

A própria CECRERJ na medida em que avançava e crescia ia adotando novos sistemas de controle para manter a boa ordem contábil, a confiabilidade dos serviços e as informações as filiadas.

Em 1989, a diretoria da CECRERJ tomou decisões para o campo da informática, visando elaboração de programas, a serem implantados em 1990, para atender relatórios necessários às estatísticas da CECRERJ, o controle das aplicações no mercado, que no exercício de 1989, ainda se encontrava no trato manual.

## Realização de metas

No exercício de 1989 a CECRERJ havia cumprido 9 das 10 metas estabelecidas. A décima que tratava da auditoria preventiva para as filiadas deveria ser agilizada nos exercícios de 1990/91.

### **Metas Realizadas**

1. Busca permanente do crescimento real da CECRERJ e suas filiadas;
2. Implantar encontros educativos, dirigidos aos conselheiros e gerentes das filiadas, integrando aspectos doutrinários com a formação técnica empresarial e profissional, revisando o conteúdo e a ampliação dos programas;
3. Instalação da CECRERJ na Sede própria;
4. Ampliar os serviços operacionais da CECRERJ e desenvolver o setor de processamento de dados;
5. Organizar um sistema interno de treinamento para a equipe da CECRERJ e suas filiadas;
6. Participar ativamente das postulações da OCB em favor do Cooperativismo em geral, e, em particular, do segmento de crédito;
7. Viabilizar encontros objetivando aproveitar a potencialidade das filiadas no campo econômico e social;
8. Incentivar as filiadas à implantação de serviços de cheques conveniados com os associados e manter debates sobre o assunto;
9. Apoiar a CONFEBRÁS na busca de integração do sistema de crédito cooperativo e fortalecer o intercâmbio de experiências;
10. Estudar e organizar um sistema de auditoria junto às filiadas.

## O segredo do sucesso

Apesar da continuada instabilidade política e econômica existente no país, durante os cinco primeiros anos de atividades operacionais da CECRERJ, ela conseguiu bons resultados conforme atestam os registros de números e valores que podem ser verificados em seus balanços e relatórios.

O segredo do sucesso da CECRERJ deveu-se ao processo de integração **das** filiadas, aliado à execução de uma administração coerente, bastante ágil e uma permanente busca de profissionalização e espírito cooperativo.

Esses elementos foram apoiados com programas de informação, divulgação, treinamento e assistência técnica direta e indireta que propiciaram o crescimento paralelo das Filiadas e da CECRERJ.

Sem dúvida que a parceria com o BNCC, na movimentação da conta única da CECRERJ, oportunizou a otimização de recursos e a reciprocidade real aos saldos-médios e o controle das subcontas relativas às filiadas, pela Central que podiam ser acompanhadas pelo Banco, através da numeração dos cheques conveniados.

Foi importante constatar-se que no Cooperativismo de Crédito Mútuo sobressaiu o programa da CECRERJ, que pugnou por um sistema mais forte e autônomo.

Os dirigentes da CECRERJ marcaram presença fundamental na constituição das Centrais de Crédito para São Paulo, Espírito Santo e, chegaram a incentivar as cooperativas mineiras nesse sentido, atendendo convite da FEMICOOP.

## A equipe profissional

No plano interno da administração e gerenciamento da Entidade, os dirigentes optaram por uma política de contratação de profissionais especializados em duas áreas de serviços o técnico e o de apoio.

Para a área técnica – Gerenciamento Geral, profissional com formação em Ciências Contábeis, experiência em cooperativa de economia e crédito; área de assistência financeira, profissional com formação em Economia e Gerenciamento de Crédito Cooperativo; área de Comunicação Social, técnica em experiência em relações públicas e experiência em cooperativas de crédito.

Para a área de Apoio – contratação de profissionais com experiência em serviços contábeis, secretária e arquivo, e processamento de dados.

Visando a formação dessa equipe de profissionais, a Diretoria selecionou e contratou, em 1985, o técnico Eloísio Paiva Martins para a Gerência Geral; em 1986, o técnico Paulo César Ferreira, para assistência financeira; em 1989, a técnica Fátima Rodrigues, para Assessoria de Comunicação Social, o pessoal de apoio foi selecionado pela equipe técnica.

## Capacitação e promoção social

Os dirigentes da CECRERJ, desde o início das atividades operacionais, preocuparam-se com a capacitação e a promoção social, elaborando programas específicos neste sentido para atendimento às necessidades de suas filiadas.

Através de encontros foram realizadas conferências, painéis e debates, cursos

diversos visando preparar líderes e técnicos para ajustarem-se as mudanças que ocorreriam no sistema financeiro e no crédito cooperativo, na década de 1990.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cooperativismo de Crédito – PROCRED – com recursos da SENACOOOP e parceria do BNCC, contaram, também, com recursos próprios da CECRERJ, oriundos do FATES, para fomentar a modernização, expansão e integração do Cooperativismo de Crédito. Nesse sentido foram realizados cursos e treinamentos, tais como:

- Liderança Social; (CECRERJ)
- Técnicas de Comunicação;
- Noções Básicas de Cooperativismo / Comunicação Cooperativa; (CECRERJ)
- Legislação Cooperativista / Obrigações Trabalhistas / Tributárias e Previdenciárias; (OCERJ)
- Contabilidade para não Contadores;
- Operações com Títulos de Crédito, Política de Créditos e Financiamentos;
- Matemática Financeira com uso de Calculadora HP 12 C;
- COSIF – Treinamento e Reciclagem; (CECRERJ)
- Iniciação à Informática; (CECRERJ)
- Auditoria Preventiva;
- Treinamento de Conselheiros Fiscais; (BC/CECRERJ)
- Análise de Balanço; (CECRERJ)
- Análise de Crédito; (BNCC)
- Programas de Crédito, Poupança e Aplicações; (BNCC)

Foi desenvolvido, também, um sistema de treinamento à distância através de material enviado as filiadas. Grande parte desses materiais, periodicamente, recebidos de CUNA/WOCCU, Sherbrook Canadá, e FECOLAC eram traduzidos e editados pela CECRERJ.

Para apoio aos dirigentes e gerentes das cooperativas filiadas foram elaborados e editados os seguintes materiais:

- Manual para Conselho de Administração; (1989)
- Manual para Gerente; (1989)
- Manual para o Comitê Educativo; (1989)
- Cooperativismo: Uma Alternativa Econômica; (1990); (Livro)

Foram elaborados outros materiais e manuais em 1990, para serem editados em 1991.

Para manter a comunicação permanente com as Filiadas, desde o início das atividades da CECRERJ, foi emitido e remetido o *CECRERJ Informa*, que surgiu das primeiras idéias de Waldir Dias de Vasconcelos, o qual se manteve um assíduo colaborador, inclusive na preparação de um manual sobre a CECRERJ:

Um passo adiante.

Em outubro de 1989, ao completar cinco anos de operações a **CECRERJ**, instituiu que, anualmente, no Dia Internacional do Cooperativismo de Crédito, as cooperativas filiadas que completassem cinco anos de filiação seriam homenageadas, com placa alusiva ao fato.

A CECRERJ estabeleceu comemorações para essa data, conforme ocorre no mundo inteiro, buscando resgatar a importância dessa data, oportunidade de reflexões e debates de temas sobre o movimento de crédito cooperativo. Nessa ocasião são homenageadas algumas entidades e personalidades que se destacam no movimento de crédito cooperativo.

Foi estabelecido, desde 1985, encontros de confraternização que se repetiriam nos anos seguintes:

- Uma festividade por ocasião da AGO;
- Dia Internacional do Cooperativismo de Crédito;
- Encontro Econômico-Financeiro;
- Natal.

A CECRERJ sempre participou ativamente do movimento cooperativo a nível Nacional e Internacional, o que propiciou intercâmbio de informações, experiências e recebimento de material e relatórios para o acervo da Entidade.

Em cinco anos obteve, independente de seu crescimento econômico-financeiro, respeito e prestígio nacional e internacional.

## Plano Collor atropela a CECRERJ

Ao final de 1989 e no início de 1990, os dirigentes da CECRERJ estavam preocupados com a disparada da inflação e as conseqüências da mesma, no capital das filiadas, principalmente, porque a maioria recusava-se a praticar o instrumento da correção monetária.

A maioria, para diminuir a perda do valor da moeda, adotara manter por diversos dias no mês, substancial valor de recursos em aplicações no mercado financeiro via CECRERJ.

Esses recursos das filiadas e outros da própria CECRERJ, que poderiam ser solicitados como empréstimos ou repasses, a serem destinados ao quadro social das cooperativas, não estavam sendo utilizados na medida de sua potencialidade. Essa distorção se dava porque as cooperativas estavam preocupadas em parte com o índice de rotatividade da mão de obra nas empresas onde as entidades estavam sediadas; e, em parte porque as taxas de aplicação no mercado eram tentadoras e apoiavam a receita das filiadas. A prática de juros módicos enfraquecia a receita necessária a enfrentar as despesas.

O Diretor Financeiro da CECRERJ, Silvestre Lopes e a Presidente Alzira Silva de Souza, em fevereiro de 1990, analisaram essa situação e, preocupados, com os

altos índices da inflação e a mudança de governo em março, este poderia tomar medidas de bloqueio no sistema financeiro e acarretar dificuldades para o sistema da Central e suas filiadas. Decidiram convocar as lideranças e técnicos das cooperativas para debater o assunto e apresentar suas recomendações.

Nos dias 10 e 19 de fevereiro de 1990, tanto a Presidente quanto o Diretor Financeiro aconselharam as filiadas a liberarem, imediatamente, empréstimos e financiamentos, aos seus associados, utilizando não apenas seus recursos próprios, colocados nas aplicações, bem como os da CECRERJ para repasses a diversos financiamentos. Aconselharam que esses recursos poderiam ser utilizados em créditos e financiamentos especiais para bens de consumo e econômicos, tais como: utilidades domésticas, eletrodomésticos, reformas de casa, ampliação etc., orientando os associados no melhor aproveitamento dos recursos.

Insistiram que os recursos financeiros das filiadas deveriam sair das aplicações e passar as mãos dos associados até a primeira semana de março de 1990. Não foram ouvidos. A maioria não acreditou que o novo governo fosse adotar imediatamente a sua posse, uma política econômico-administrativa, que atingisse o mercado de aplicações financeiras ou bloqueio de depósitos a prazo.

No dia 16 de março de 1990, a bomba do confisco e do seqüestro das poupanças, das aplicações e até dos depósitos à vista, agravado, no caso do movimento de crédito cooperativo com o fechamento do BNCC, deixou a todos estarrecidos.

Como a maioria absoluta dos recursos encontrava-se depositados no BNCC, houve um descontrole de entendimentos e contas, deixando as cooperativas e a CECRERJ, em dificuldades.

Até que se conseguisse chegar a acordos com o Banco do Brasil sucessor das atividades do BNCC, gastaram-se, em certos casos, 50 a 60 dias.

A CECRERJ mantinha uma conta de aplicações no Bradesco e esses recursos foram, no que a Medida Provisória permitia, repassados imediatamente às filiadas. Isso foi um pequeno alívio à falta de dinheiro.

Os recursos substanciais que se encontravam no BNCC, passaram para o Banco do Brasil, que não conseguiu compatibilizar de imediato as contas e nem formalizar o cheque convênio, como existia no BNCC.

Durante 60 dias as cooperativas de crédito urbano e as rurais juntaram forças no sentido de resolver todos esses contratempos.

A coordenação das lideranças ficou com Pery Marzullo (COCECRER-RS) que permaneceu 45 dias consecutivos, em Brasília, tratando dos interesses de todos.

No Rio de Janeiro, de abril a junho, acompanhamos atentamente o rumo da economia no país, buscando nos ajustar às situações irreversíveis, adotando medidas internas e externas, que garantissem a sobrevivência do sistema CECRERJ e das próprias cooperativas.

As cooperativas de crédito tiveram que abrir contas nas diversas agências do Banco do Brasil conforme determinação do próprio Banco. Dessa forma, o Banco do Brasil descentralizou os recursos do sistema CECRERJ, e ainda, passou a ser o

único depositário das cooperativas. Em conseqüência, ficou com os resíduos das contas de depósitos, não estabeleceu qualquer linha de crédito como reciprocidade a saldos médios, passando a ganhar em cima deles.

Todos perdemos recursos e agilidade. As contas esparsas interessam ao Banco do Brasil, enfraquecem o sistema de crédito cooperativo, prejudicando a otimização dos seus recursos.

Tentando assegurar os direitos das cooperativas de crédito e garantir o retorno dos seus recursos seqüestrados, a CECRERJ encaminhou ofício à equipe econômica do Governo Collor, explicitando a impropriedade da Medida Provisória, pois os recursos das cooperativas, nada mais eram que pequenas poupanças, de milhares de assalariados, que individualmente, não atingiam essas poupanças o volume determinado para confisco, que seria acima de 50 mil cruzeiros. A média das poupanças individualizadas não era superior a 10 mil cruzeiros.

Sobre isso foram orientadas as filiadas, que deveriam encaminhar ofício individual, listando o valor da poupança de cada associado, reivindicando a liberação desses recursos. Essa busca do retorno de cotas de capital, que eram poupanças, era justa e de direito. Apesar disso, aquelas que enviaram seus requerimentos esperaram longos meses pelo atendimento e a CECRERJ somente seria atendida a partir de setembro de 1991.

O ano de 1990 foi terrível e atípico, nossos ideais e garra foram testados sistematicamente. Mal começávamos a respirar e o governo tentava nos derrubar com nova medida de contingenciamento, a circular Nº. 1.830 de 25/10/90, baixada pelo Banco Central, retiraria o novo dinheiro capitalizado nas cooperativas de crédito, sem qualquer rentabilidade, seria compulsoriamente passado ao Banco Central durante meses.

Essa retenção impediria atender aos pedidos de empréstimos dos associados, até mesmo em valores mínimos.

Novamente as lideranças vão à luta em Brasília. Sua pressão e argumentos junto aos diretores do Banco Central levam essas autoridades a rever sua posição, que reconhecem a impropriedade da circular para as cooperativas de crédito mútuo e são retirados os impeditivos. Em 15 dias continuamos a operar.

No segundo semestre de 1990, já se observava que a situação difícil de todo o sistema, lentamente, começava a superar a crise.

A contribuição mensal a conta de capital de cada associado das cooperativas singulares e destas a sua Central, passaram a ser os únicos recursos que o sistema possuía para seu capital de giro.

Foi feita uma reestruturação para buscar-se o crescimento.

Enquanto isso acontecia, o Plano Collor ruía e no início de 1991 saía o Plano Collor II, que não nos dava segurança de rumos acertados no controle da inflação e nos direcionava, assustadoramente para uma recessão séria.

Apesar dessa loucura, os trabalhadores ligados às cooperativas de crédito, com sacrifícios, criaram novas poupanças e esperavam que o governo parasse de atrapa-

lhar.

Conscientemente sabíamos que a vitalidade do crédito cooperativo depende da ação das lideranças e associados das cooperativas singulares e integração a sua Central, sempre os motivamos nesse sentido.

O movimento de depósitos precisava ser ampliado em 1991, e, sobre essa ótica, deveriam ser realizados encontros e debates para tomada de decisões quanto a não desistir do sistema CECRERJ e suas filiadas, pois este sistema demonstrara que os recursos eram otimizados em favor daqueles que o geravam.

O Diretor de Operações da CECRERJ, no relatório de 1990, comentou os números da Central, apresentando uma análise econômico-financeira da Entidade; as dificuldades vencidas e as perspectivas para 1991, que julgamos oportuno registrar.

*“A compreensão dos resultados operacionais do ano de 1990 ficou mais difícil diante de condições próprias geradas pelo Plano Collor.*

*Em primeiro lugar vamos observar que as apurações ocorreram em três épocas distintas, e os seus resultados devem ser somados entre si para refletirem o total do ano. Assim, tivemos o primeiro encerramento em 15/03/90 (período de 01/01 a 15/03/90), o segundo em 30/06/90 (período de 16/03 a 30/06/90) e o último em 31/12/90 (período de 01/07 a 31/12/90), cada um deles com condições econômicas perfeitamente distintas entre si.*

*No primeiro, por exemplo, a ciranda financeira produziu uma receita correspondente a 87,68% do total das rendas no período.*

*No segundo, as rendas de aplicações caíram a 8,60% e no último período, segundo semestre, a ciranda começou a retornar e já produziu receitas equivalentes a 37,57% das rendas totais.*

*Para complicar um pouco mais, tivemos uma receita global decorrente de nossas operações sociais (Cr\$ 25.599.638,98) e uma outra derivada do dinheiro retido pelo Plano Collor e que se acha em poder do Banco Central (Cr\$ 21.077.120,50) que não sabemos, ainda, se vamos ou não receber a partir de setembro de 1991.*

*De qualquer maneira, não podemos adotar procedimentos contábeis iguais quando sabemos que um tipo de renda está em nosso poder e o outro não pode ser distribuído diretamente ou mediante crédito em conta de capital, por ser indisponível. Daí, porque vamos manter o seu valor em Lucros Acumulados e, só em 1992, ele deverá estar totalmente liberado para decisão futura das cooperativas filiadas.*

*Outro fator capaz de gerar alguma confusão, é que em 15/03/90 realizamos a correção monetária no Balanço, como determinado em normas do Banco Central, e levando em conta que a nossa sobra líquida cobria perfeitamente essa correção.*

*Já nos dois períodos seguintes não conseguimos resultados suficientes para promovermos a correção do Balanço, decorrendo daí que em 15/03/90 encontramos a conta de Resultado da Correção Monetária com valor sendo deduzi-*

*do das receitas e nada encontramos nos períodos subseqüentes.*

*Podemos, então, afirmar que tivemos no primeiro período um ganho real, porque acima da inflação (correção) e, nos subseqüentes, um ganho aparente, porque inferior ao resultado da inflação nos números do nosso Balanço.*

*Contudo, há que se ressaltar o fato de que estaríamos muito próximos da correção, se considerássemos a receita de valores retidos no Banco Central, podendo ser apontado como um resultado bastante satisfatório, a nível do que temos observado no Crédito Mútuo."*

## As centrais de crédito mútuo existentes em 1990

A CECRERJ, por ter sido a pioneira, foi estímulo e modelo de outras Centrais, como a do Espírito Santo e a de São Paulo, que nasceram após verificarem as experiências e os resultados da CECRERJ.

Tivemos influência nas decisões de constituição da CECRESP e da CECRES, tendo suas lideranças e técnicos estagiado no Rio de Janeiro, mesmo antes de constituírem suas centrais.

A convite das Federações de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, fizemos palestra sobre Central Financeira, nos respectivos estados, para as lideranças das cooperativas singulares, visando interessá-las no assunto.

As lideranças das federações de São Paulo e Espírito Santo abraçaram as idéias e constituíram suas centrais, da seguinte forma:

### **CECRES**

Central das Cooperativas de Crédito Espírito Santo Ltda. - até final de 1990, no Estado do Espírito Santo coexistiam uma Federação (FECOCES) e uma Central (CECRES) das cooperativas de economia e crédito mútuo. A Central ainda era recente, objetivava efetuar as funções financeiras e as atividades desenvolvidas pela federação.

O objetivo explícito dos dirigentes (comuns às duas organizações) era a de que a Central, dispondo de recursos financeiros próprios, viesse progressivamente e de uma melhor forma absorver todas as funções da Federação e centralizando, inclusive, as operações financeiras das singulares através do sistema CECRES.

Em setembro de 1991, das 16 cooperativas de crédito mútuo associadas à Federação, dez já estavam filiadas à Central e efetuavam com elas as operações financeiras, através de conta única na Caixa Econômica Federal. O capital da Central é constituído de capitalização de 10% do patrimônio líquido das cooperativas associadas, com revisão periódica dos aportes; há recursos constituídos pelos depósitos do capital de giro das cooperativas, aplicados pela Central que reserva uma margem dos lucros destas aplicações.

## **CECRESP**

Central das Cooperativas de Economia de Crédito Mútuo do Estado de São Paulo Ltda., – quando constituída em 1989, iniciou com 18 filiadadas, estabeleceu seu programa de capitalização à semelhança do da CECRERJ, com alguma variante. Parte de seus serviços logo informatizada, com aplicações no mercado financeiro. Durante o exercício de 1989 coexistia a Federação que tratava de fomento, educação e assistência técnica. Essa Federação agrupava 156 cooperativas de Crédito Mútuo num universo de 175 existentes no Estado, mas o grupo havia definido duas linhas de atuação: as cooperativas filiadas na CECRESP, e com ela operando não contribuía com a taxa de manutenção da Federação.

As filiadadas somente à Federação contribuía com taxa de manutenção.

Os serviços prestados pela CECRESP são os mesmos das outras Centrais. Até setembro de 1990, somente 23 cooperativas de crédito operavam financiamento com a CECRESP. Em 31 de maio de 1990 os depósitos na CECRESP estavam em torno de 34,9 milhões de cruzeiros (à época, mais ou menos 142 mil dólares), isso demonstra a potencialidade existente e a perspectiva de vir a ser a maior Central de Crédito Mútuo em poucos anos.

Em março de 1991, a CECRESP incorporou a federação e suas atividades, mantendo o esquema de taxa de manutenção para as filiadadas que não operarem financeiramente.

Sabe-se que isso será resolvido com o tempo, em futuro próximo todos estarão operando financeiramente com a CECRESP.

## **Federações das cooperativas de economia e crédito mútuo**

---

Até início de 1991 existiam quatro federações estaduais, resultado do desmembramento da FELEME: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. As funções principais eram fomento, educação cooperativa e assistência técnica. Todas as federações eram mantidas com taxas de manutenção a fundo perdido, nenhuma delas conseguia gerar recursos, razão que as levou a decisões quanto a centrais financeiras, entidades que podem e conseguem gerar receitas, através da administração dos recursos das filiadadas.

O Estado do Rio de Janeiro possui uma federação, a FECOCRERJ, que de 1988 a 1990, pensava na integração de algumas atividades com a CECRERJ. Durante os exercícios de 1989 e 1990, fizeram diversos programas de capacitação e treinamento juntos. Aguardava-se maior integração em 1991/92, mas o processo permanece parado, há um número de cooperativas de crédito que não se mostram interessadas na incorporação com a CECRERJ. De 1988 a 1990 havia alguns dirigentes da FECOCRERJ no conselho da CECRERJ. Atualmente, porém, as duas entidades operam com universos distintos.

As 69 cooperativas filiadas à Federação asseguram o seu funcionamento através de aportes a fundo perdido.

A Federação das Cooperativas de Crédito Mútuo do Estado de São Paulo foi incorporada pela CECRESP, no segundo semestre o mesmo sucedeu com a Federação (FECOCES) no Espírito Santo incorporada pela CECRES.

Em Minas Gerais não há Central de Crédito das CECM. A Federação Mineira (FEMICOOP) das cooperativas de economia e crédito mútuo, constituída em 1985, tem 105 filiadas, das quais 90 estão operando. As principais funções da FEMICOOP são o fomento, a assistência técnica e a educação cooperativa. As despesas operacionais são cobertas pelos aportes mensais das cooperativas associadas. Em 31/12/90 o Balanço registrava contribuição de somente Cr\$ 403.270,00 (aproximadamente US\$ 2.600), o que demonstrou uma modesta contribuição, comparando-se o potencial das 105 filiadas e dos mais de 50.000 associados. Para os programas de educação e eventos, são abertas taxas de inscrições o que viabiliza esses programas.

A FEMICOOP trabalha com o apoio também da OCEMG, em projetos para a auto-gestão.

## **FECOBRÁS**

Em 1987, surgiu a FECOBRÁS – Federação das Cooperativas de Crédito de Brasília Ltda., por iniciativa da Cooperativa de Crédito dos Empregados do BNCC Ltda.

Essa Federação, também, tem funções de fomento e assistência técnica e suas operações são mantidas por aportes mensais, a fundo perdido.

## **CONFEBRÁS**

---

Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito Mútuo, inicialmente, constituída em novembro de 1986, buscou ser aberta a todos os segmentos de crédito cooperativo (rural, luzzatti e mútuo), enfrentou dificuldades no seu registro na extinta SENACOOOP. Obteve o registro, mas foi obrigada a reformular os Estatutos para que fosse apenas de crédito mútuo. Pouco depois conseguiu agrupar as Luzzatti. A CONFEBRÁS agrupa filiadas tais como: CECRERJ, CECRES, FECOBRÁS, FECOCRERJ, CECRESP, FEMICOOP (Federações e centrais) e singulares: Credi-Hering, Guarulhos (luzzatti), COOPERFORTE (Banco do Brasil – Brasília), COCRESUL (Crédito Mútuo Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul).

Em 1990, a CONFEBRÁS procurou abrir seus estatutos, tendo, inclusive, debatido o assunto com cooperativas de crédito rural, o processo parece lento nesse sentido, até meados de 1992, não havia decisões concretas.

Há, também, em nível embrionário, idéias de a Confederação vir a trabalhar em operações financeiras, o que parece difícil face às autoridades do Banco Cen-

tral.

Para se ter uma idéia, a direção do próprio BNCC e a CECRERJ, em 1988/89, debatiam a abertura da Central do Rio para as cooperativas de crédito rural do Estado. As idéias ficaram no discurso, as próprias filiadas da CECRERJ tinham dúvidas, o mesmo acontecia com as rurais.

São possibilidades para o futuro, que poderá ser mais próximo, principalmente, se obtido um Banco de Crédito Cooperativo. A mesma idéia circulava nos Estados com número maior de cooperativas de crédito rural, e tendo menos de crédito urbano (por exemplo, RS), estas poderiam ser agregadas as Centrais de Crédito Rural, em departamentos específicos.

A CONFEBRÁS teve sua sede inicialmente em Minas Gerais, passou para São Paulo e atualmente, está sediada no Rio de Janeiro – CECRERJ. Desde sua constituição filiou-se à COLAC, dessa forma indiretamente ao Sistema CUNA/WOCCU. Posteriormente, filiou-se ao IRU.

A CONFEBRÁS está filiada à OCB, fazendo parte do Sistema Representativo Nacional.

## Comissão de Crédito – OCB

A finalidade da Comissão de Crédito – OCB/Conselho Especializado é de assessorar através de propostas, monções ou projetos o Conselho Diretor da OCB, com vistas à promoção e integração de objetivos comuns ao desenvolvimento do respectivo segmento.

---

# Cooperativismo de Crédito Rural: das caixas Raiffeisen às COCECRER

*No Brasil, o cooperativismo de crédito rural foi o que teve origem mais genuína, quando da constituição pelo Padre Theodor Amstadt de um programa já vivenciado e com boa experiência na Alemanha: as Caixas Rurais Raiffeisen.*

Esse programa se expandiu com mais eficácia no Rio Grande do Sul, aonde chegou a se constituir uma central. Mas as autoridades monetárias detectaram pequenas distorções, inclusive na área de operação da central – decorrentes de falhas na legislação – e, em vez de buscar o saneamento e a reestruturação do sistema, optaram pelo caminho mais fácil. Desconsiderando os relevantes serviços prestados ao longo de décadas por essas entidades, o governo federal preferiu editar uma série de impeditivos operacionais e de expansão, que levaram ao fechamento da mai-

oria das Caixas Rurais, juntamente com sua central.

No final da década de 50, na região de colonização alemã do Rio Grande do Sul, havia 63 cooperativas de crédito rural, do tipo Raiffeisen, como aquela primeira fundada em 1902, em Nova Petrópolis pelo Pé. Amstadt. No início da década de 80, restavam apenas 15, inclusive a pioneira.

Foi com base nessa realidade, que Mário Guimarães Krueel – um dos grandes líderes do movimento no Brasil – iniciou um trabalho de reestruturação do sistema. Com a ajuda de outras pessoas envolvidas nessa luta, buscou unir a classe rural em torno de um organismo de crédito sistematizado e agregado a uma central. A partir dessas idéias, surgiu o SICREDI-RS (Sistema Integrado de Crédito Rural no Rio Grande do Sul) – que deu origem ao SICREDI-BR, de nível nacional – que, com um grande programa educativo e de treinamento, buscou dar sustentação ao fomento e à operacionalidade administrativa e financeira, para que as entidades de crédito viessem a se tornar o braço financeiro das cooperativas de produção.

Estes sonhos e ideais contaminaram outras lideranças, que aderiram ao trabalho de Mário Krueel, estabelecendo como objetivo de médio e longo prazo alcançar uma performance tão importante como o sistema Raiffeisen alemão.

As caixas rurais tinham como característica a ausência de capital social e a responsabilidade solidária e ilimitada dos associados. Lastreadas nas contas de depósito, visavam, principalmente, proporcionar o crédito fácil aos seus associados, através da mutualidade e da economia.

O sistema implantado a partir da década de 60 as denominou cooperativas de crédito rural, permitindo a operação ativa e passiva exclusivamente com associados, sejam para depósito ou empréstimo. Estes podem usar os recursos emprestados da cooperativa para atender suas necessidades de produção ou pessoais.

Para as atividades de produção são destinados 80% dos recursos da cooperativa, ficando os 20% restantes para atendimento de outras necessidades, inclusive consumo. É facultado a essas entidades prestar correlatos aos bancários, como pagamento de taxas, água e luz, impostos, cobrança de títulos e ordens de pagamento. Como se tratam de organizações dedicadas exclusivamente à prática do crédito rural, devem observar os preceitos do Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil.

Assim sendo, funcionam como qualquer outro agente financeiro do Sistema Nacional de Crédito Rural, respeitando os normativos ditados pela legislação vigente e baixados pelo Conselho Monetário Nacional, ao qual se subordinam. Há, porém, uma grande diferença entre as cooperativas brasileiras e suas similares européias. Aqui, estão fortemente tolhidas pela legislação e pelo Banco Central, enquanto que nos países desenvolvidos atuam normalmente, como qualquer entidade financeira e bancária.

## Os gaúchos saem na frente

---

No início da década de 80, lideranças da área de produção unem-se a Mário Kruei, após ouvirem suas idéias em busca de novos caminhos para o crédito cooperativo.

A Federação das Cooperativas de Trigo e de Soja do Rio Grande do Sul – FECOTRIGO deu, em 1981, substancial apoio para o início e expansão do movimento de reestruturação do crédito cooperativo. Surgiu assim o SICREDI-RS.

Esse apoio foi o que permitiu que as idéias de Kruei saíssem do discurso para a prática. Seu projeto foi sendo aplicado e desenvolvido, arregimentando e preparando técnicos que viabilizassem o desempenho de novas cooperativas de crédito que estavam sendo constituídas. Logo com as primeiras, constituiu-se a COCECRER-RS – Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul.

Em três anos, mais de 50 cooperativas entraram em funcionamento, prestando serviços aos produtores rurais, sobretudo os pequenos, e despertando a reação do sistema bancário capitalista. Nessa altura, as lideranças do crédito rural gaúcho já não tinham dúvidas da necessidade de estarem unidos para enfrentar o poderoso lobby bancário, capaz de frear a expansão do SICREDI-RS.

É importante registrar que, em 1983, estudiosos do sistema bancário brasileiro – que reconheciam no cooperativismo, como é praticado em outros países, o início de um sistema capaz de levar assistência creditícia aos produtores de baixa renda – achavam incompreensível que um país como o Brasil ainda mantivesse 80% dos agricultores sem acesso ao crédito institucionalizado e, em conseqüência, às políticas a ele inerentes. Consideravam um absurdo que as autoridades econômicas não tomassem medidas concretas para incrementar o cooperativismo de crédito rural.

O sistema criado pelos líderes gaúchos, quando buscavam a implantação dos SICREDIs, que permite a captação constante de recursos das cooperativas de produção e dos próprios produtores, para serem aplicados, quando necessário, de acordo com as peculiaridades da própria região. Ou seja, os recursos gerados pelos produtores são aproveitados e otimizados por eles mesmos, através de suas entidades. Essa prática permite a expansão do crédito e a redução das taxas de juros. A COCECRER-RS, responsável pela implantação e operacionalização das políticas de crédito cooperativo no Estado, tem atuado na negociação de repasses direcionados ao crédito agrícola. Seu exemplo começa a ser imitado em outras regiões do país.

## A luta em Brasília

---

Nesse ano foi realizado o I Seminário de Crédito Cooperativo, onde se analisou a situação em nível nacional dos diversos segmentos do movimento:

rural, mútuo e luzzatti. O encontro tinha por objetivo elaborar uma proposta a

ser entregue ao governo, em que seria demonstrada a capacidade do cooperativismo de crédito como alternativa ao desenvolvimento sócio-econômico nacional, desde que se eliminassem os entraves discriminatórios que impedem seu crescimento.

Durante o seminário, dirigentes e técnicos trocaram experiências e entraram em contato com a realidade de todos os segmentos. Foi um momento muito importante para o movimento, mas a maioria das proposições levadas ao governo foram engavetadas ou ficaram "em estudo" por anos seguidos. Absurdamente, até mesmo os pequenos avanços advindos desse encontro foram posteriormente cerceados.

Nesse ano o governo sinalizava com o fim do subsídio para o crédito rural, visando reduzir o déficit público e a inflação. É evidente que os produtores rurais teriam que recorrer a financiamentos com juros de mercado, aqueles que tivessem acesso a esse crédito.

A política econômica dos anos sessenta e setenta favoreceu a formação de grandes conglomerados financeiros, acabando com o pequeno banco, com o banco local. Esses grupos ficaram com um poder quase ilimitado de manipular as taxas de juros, além de ficarem em condições de selecionar os clientes quanto ao risco, condições de reciprocidade e custo operacional. E é evidente que não privilegiavam os produtores rurais. Diferentemente do cooperativismo de crédito, que tem como principal critério a finalidade do empréstimo, o capitalismo financeiro visa exclusivamente o lucro. Com isso, uma expressiva parcela dos agricultores, de baixa renda, ficou sem acesso ao crédito bancário, contando apenas com linhas de crédito oficial.

Além disso, o distanciamento físico, com os agricultores no interior e os bancos nas grandes cidades, dificultava qualquer tentativa de aproximação.

Ficou claro, diante dessa realidade, que somente o sistema de cooperativas de crédito teria condições de atender o produtor rural, de modo a ampará-lo convenientemente e integrá-lo à economia agrícola do país.

Numa conferência histórica, que se tornou bibliografia obrigatória para quem estuda e trabalha para o movimento de crédito cooperativo, Mário Krueel analisou com objetividade a situação do segmento e denunciou a falta de interesse das autoridades e as pressões veladas que faziam sobre o movimento.

Denunciava que, apesar dos inúmeros convites feitos, nenhuma autoridade se dispôs a ir ao Rio Grande do Sul, conhecer o modelo de cooperativismo de crédito que vinha sendo implantado desde o início de 1980 na região.

Em vez disso, o governo constituiu uma comissão de altíssimo nível, composta por pessoas de grande expressividade nos ministérios econômicos, para fazer uma turnê pelo mundo, para ver o que os produtores rurais de outros países, como França, Alemanha e Estados Unidos, estavam fazendo em relação ao cooperativismo de crédito.

"No entanto – protestava Mário Krueel – ir ao Rio Grande do Sul foi muito difícil, é muito distante, não conseguimos que nenhum deles, em nenhuma oportuni-

dade, fosse lá, ou desse uma hora do seu tempo para conversar sobre cooperativismo de crédito."

## Obstáculos e formas de boicote

---

Na época, até conseguir a autorização de funcionamento era um obstáculo difícil de ultrapassar. Muito embora a lei determinasse que um processo deveria ser analisado e a autorização concedida em 60 dias, isso não ocorria. Cooperativas constituídas em 1981 somente estavam conseguindo autorização em 1983, o que parecia um boicote ao rápido desenvolvimento que o segmento imprimia no sul do país, como forma de conter o entusiasmo dos produtores rurais com o modelo.

A relação com o Banco do Brasil também estava complicada. Durante anos, o órgão desempenhou efetivo trabalho de crédito à agricultura, mas foi perdendo condições de manter o mesmo ritmo de financiamento às atividades rurais. Nesse momento começaram a surgir as cooperativas de crédito rural, que queriam contar com o apoio e a parceria do Banco do Brasil. Os repasses deveriam ser feitos através da cooperativa, para facilitar o produtor, mas não foi o que se verificou.

O banco oficial entrou em competição direta com as cooperativas de crédito. Onde quer que fosse constituída uma nova entidade, o banco instalava um posto avançado de crédito rural, sem, no entanto, ter dinheiro para atender às necessidades regionais dos produtores.

O estranho dessa situação é que durante anos a fio, as cooperativas de produção solicitaram ao Banco do Brasil a instalação desses postos avançados e não conseguiram. Mas bastava que uma delas constituísse uma cooperativa de crédito para que o banco lá instalasse o posto avançado, numa clara demonstração de desprestígio ao segmento.

Em lugar de apoiar, o Banco tentava captar os recursos dos produtores para enfraquecer as cooperativas de crédito. Estas, evidentemente, perceberam que o órgão as considerava perigosos concorrentes, em vez de aliados.

Porém, os maiores entraves para o real desenvolvimento do sistema têm sido legais e normativos.

As autoridades buscam esquecer o que ainda permanece na memória dos velhos lavradores das colônias alemãs, que conheceram os serviços das Caixas Rurais Raiffeisen. Aqueles que começaram a produzir nos anos 20 e 30 consideram que o seu sucesso como agricultores se deve àquelas entidades, as primeiras a conceder financiamento para a produção rural e que, sem dúvida, viabilizaram o crescimento da região.

Nas décadas de 50 e 60, o Brasil assistiu a SUMOC (e, após 1964, o Banco Central do Brasil) fechar dezenas de cooperativas luzzatti e caixas raiffeisen, por conta de algumas irregularidades. O objetivo das autoridades era acabar o cooperativismo de crédito e não sanear, desenvolver e organizar o movimento. Por isso,

mesmo cooperativas que estavam em ordem fecharam, por não encontrarem respaldo nas autoridades para se ajustar às novas regras de funcionamento.

Na década de 80, os novos líderes, envolvidos com as idéias de Mário Krueh, esbarravam nos mais estranhos e absurdos impedimentos para colocá-las em prática:

- a cooperativa de crédito só pode operar, ativa e passivamente, com seus associados (no mundo todo, estas entidades recebem depósitos de toda a população e operam ativamente com os associados);
- a captação de dispositivos a prazo, segundo normativos do Banco Central, somente poderá destinar juros de 6% a.a., para depósitos de seis meses, e de 8% a.a. nos depósitos de doze meses, sem praticar a correção monetária (um absurdo, numa época em que as taxas de juros anuais já estavam na casa dos três dígitos, fazendo os associados buscarem outras aplicações para proteger a moeda);
- um dos grandes pleitos do cooperativismo de crédito rural, a regulamentação dos depósitos sob aviso, não saía do papel (o produtor rural trabalha em cima de safras; quando colhe uma safra, tem recursos, que são distribuídos durante um período até a safra do ano seguinte a de algum produto subsidiário; esta modalidade permite depósitos a prazos mais curtos – 30, 60, 90 e 120 dias –, mais adequados às necessidades do produtor).
- a área de ação das cooperativas de crédito é limitada, ela não pode crescer;

Diante dessas reivindicações, as autoridades monetárias concederam, de forma considerada zombeteira e desrespeitosa pelos líderes do movimento, a autorização para as cooperativas de crédito rural receberem depósitos sob aviso, remunerados da seguinte forma: de 30 a 60 dias, 3% de juros a.a., sem correção monetária; de 60 a 90 dias, 4% a.a., sem correção; e de 90 a 120 dias, 5% a.a., igualmente sem correção. Nessa época, as cooperativas já pagavam juros de 100% a 120%.

Ficou evidente a falta de respeito para com os líderes rurais que estavam fazendo o crédito cooperativo, pois essa atitude inviabilizava a captação de depósitos a prazo.

Sem eles, não há como uma cooperativa funcionar, pois no Brasil há duas contas financeiras: os haveres monetários, que são representados pelos depósitos à vista, que é o meio circulante; e os haveres não-monetários – depósitos a prazo, cadernetas de poupança, open market e over night, letras de câmbio etc., além de títulos e papéis negociados no mercado de prazo fixo (longo, médio e curto prazos).

Em 1985, a inflação já estava galopante e o sistema bancário bastante sofisticado. Com isso, as contas não monetárias, como depósitos a prazo em cadernetas de poupança cresceram muito. Porém, as cooperativas não estavam autorizadas a trabalhar como o resto de mercado financeiro.

A situação do país acarretou uma mudança de comportamento, com a diminuição dos depósitos à vista. E com isso, diminuiu também o crédito agrícola, que contava com os percentuais dos depósitos à vista recolhidos pelos bancos e que agora só poderia ser atendido precariamente ou através da emissão de moeda.

É preciso lembrar que em 1970, os haveres monetários correspondiam a 60% dos haveres nacionais, com os outros 40% representados pelos haveres não-monetários. Em 1980, os haveres monetários haviam caído para 33%; em 1981, 24%; em 1982, para 18%; e em 1983, para 14% (11% em depósitos à vista e 3% em moeda circulante).

Para facilitar a compreensão: entre 1980 e 1982, em valores corrigidos, os depósitos a prazo Fixo cresceram 43%; as cadernetas de poupança cresceram 48%; as aplicações de curto prazo (open e over) cresceram 177%; e os depósitos à vista caíram 26%.

Como a política de financiamento da agricultura extraía seus recursos em percentuais dos depósitos à vista recolhidos pelos bancos, fica claro que à época desse Seminário, em que Mário Kruehl denunciava essa situação, apenas uma parte de 10% dos haveres nacionais poderia ser destinada à produção agrícola.

Essa tendência de diminuição dos depósitos à vista é mundial, donde se conclui que seria necessário trabalhar com depósitos a prazo para alocar maiores recursos para os financiamentos.

Por isso, como alternativa econômica viável, as lideranças rurais abraçaram as idéias de Mário Kruehl, tentando organizar cooperativas singulares e atuar dentro da sua central, a COCECRER.

A experiência gaúcha demonstrou que mobilizando os recursos das cooperativas de produção, fazendo o floating, o giro dos recursos dos produtores nas cooperativas – e que antes eram captados pelos estabelecimentos bancários a custo zero – estes eram otimizados em favor do produtor. Fazendo um mix dos depósitos à vista e a prazo, seria possível financiar a agricultura a taxas mais baixas.

Porém o Banco Central, em outra atitude absurda em relação às cooperativas, exigia que estas aplicassem as taxas de mercado aos seus financiamentos (na época em torno de 100%), quando poderiam trabalhar com juros bem menores. Isso fazia com que as sobras fossem muito grandes, o que só iria beneficiar o produtor uma vez por ano, após o balanço.

(A COCECRER e suas filiadas ainda protegiam os recursos dos produtores em operações de mercado e davam orientação técnico-financeira em busca de melhores taxas de mercado. Esta é uma função do cooperativismo que representa vantagem para o associado.)

Quanto à área de ação, o Brasil tem normas restritivas que não respeitam a realidade.

O modelo gaúcho que resultou no SICREDI, baseando-se na experiência das cooperativas raiffeisen que sobraram, mostrou que o caminho está em formar cooperativas de crédito com a mesma área de ação das cooperativas de produção. Isto porque o produtor entrega sua safra à cooperativa que vai transformá-la em dinheiro e colocar estes recursos no sistema bancário. Se o produtor está ligado a uma cooperativa de crédito, seu dinheiro gira através dela, o que traz benefícios creditícios para ele. Cooperativas de crédito rural que estejam desvinculadas de coopera-

tivas de produção têm poucas chances de sobreviver e menores ainda de dar um bom atendimento ao associado.

Nossas cooperativas de produção não se restringem aos limites do município onde está sua sede – até porque a legislação não estabelece esse critério. Porém, o Banco Central determina que as cooperativas de crédito estejam circunscritas à área de um único município. Mais do que isso: as cooperativas têm sua área de ação restrita à sua sede e são proibidas a constituição de agências, filiais, escritórios ou caixas avançados – que poderiam funcionar nos departamentos das cooperativas de produção. Muitas vezes, o produtor está distante mais de 100 km da sede de sua cooperativa e quase nunca vai até ela, relaciona-se com seu núcleo regional.

Com isso, corre-se o risco de haver uma proliferação de cooperativas de crédito rural, implicando custos administrativos desnecessários. Esse fato já ocorreu na Alemanha, onde chegou a haver 25.000 cooperativas de crédito. Após as fusões adequadas, hoje existem cerca de 5.000 cooperativas, com 19.500 agências, o que mantém o produtor bem atendido.

Essa é a filosofia do caixa avançado, que o associado usaria apenas para fazer saques, depósitos e pagamentos, deixando para ir à sede somente quando fosse realizar negócios de maior porte.

Sem isso, é extremamente difícil fazer uma cooperativa funcionar direito. No entanto, o Banco Central sempre se mostrou insensível a essas questões básicas que viabilizam a operacionalidade técnica, administrativa e econômica do sistema como braço financeiro da agricultura.

## Movimentação de cheques

Na década de 80, o sistema das cooperativas de crédito rural movimentava recursos através de cheques conveniados com o BNCC, solução improvisada, já que não tinham autorização do Banco Central para entrar diretamente na Câmara de Compensação. Este convênio sempre foi alvo de pressões para que fosse denunciado, por ter sido feito à revelia do BACEN.

Embora os técnicos do órgão fossem contrários a este arranjo, não impediram sua continuidade, em parte porque funcionava bem, em parte porque a área da agricultura estava bastante organizada, com um bom lobby junto aos políticos, e bem representada pela OCB.

Havia, porém, um problema que enfraquecia o sistema – a ausência de cheque especial.

O cheque especial tornou-se uma credencial do conceito que seu portador tem na praça. Porém, as cooperativas, limitadas a aplicar ao máximo de 20% suas operações de crédito, não tinham condições de garantir o cheque especial aos seus associados. Num grande número de cooperativas esse teto de 20% corria o risco de estourar, infringindo os normativos do Banco Central.

Os bancos, por sua vez, gozam de maior liberdade de ação, pois mesmo que formalmente limitem os cheques especiais dos seus clientes – de acordo com o cadastro de cada um –, costumam cobrir os estouros para acerto posterior.

(Exigências de integralização de 50% do capital ao agricultor quando de seu ingresso na cooperativa de crédito rural, segundo orientação do Banco Central, atrapalhava, principalmente na entressafra, quando ele está sem dinheiro.)

Um banco do sistema cooperativo

Grande parte dos problemas e dificuldades do sistema do crédito cooperativo poderia ser superada pelo Banco Central, sem alteração da legislação. Como ele é o órgão normativo, bastaria acreditar mais no sistema, orientando, apoiando, fiscalizando e emitindo recomendações técnicas.

Porém há outras dificuldades práticas no próprio movimento, que precisam ser superadas internamente por cada cooperativa. Uma delas é a evidente desproporção técnico-administrativo-financeira existente entre cooperativas de pequeno e grande porte.

Exemplo de cooperativa de crédito rural de grande porte é a de Cotia, cujo patrimônio, em 1985, correspondia a duas vezes o capital mínimo exigido para a constituição de um banco comercial. Segundo Mário Krueh, que questionava na época o Banco Central por maiores aberturas para esta cooperativa, seu porte a colocava entre as 20 e 30 maiores organizações bancárias do país – que eram então 97. Assim sendo, por que não podia esta cooperativa, exatamente como um banco, operar câmbio, open market, com sua própria banca, trabalhando com terceiros. Outras instituições financeiras de menor expressão, algumas até insignificantes, têm essa abertura apenas porque são bancos comerciais e não cooperativas.

Estava claro, a Cotia tinha condições de operar tal qual uma organização bancária, não apenas pelo valor do seu patrimônio, mas também pela alta capacidade técnica de sua equipe. Havia bancos que "roubavam" técnicos da Cotia justamente por esta não poder atuar em todos os segmentos do negócio bancário.

Por outro lado, há cooperativas de muito menor porte, com menos de 100 pequenos produtores associados, sem uma estrutura adequada, que, evidentemente, não poderiam trabalhar num nível mais sofisticado.

Seria o caso de classificar as cooperativas de crédito, como são classificados os bancos comerciais – pequenos, médios e grandes, com agências especiais, de primeira, segunda, terceira e quarta classes e agências pioneiras. Essa experiência de classificação foi bem sucedida na Espanha e poderia ser realizada no Brasil por uma comissão composta por técnicos do Banco Central e das Centrais de Cooperativas de Crédito, que estabeleceriam ainda o sistema de operação de cada classe de cooperativa.

## Captação de recursos

---

Independente do trabalho de Mário Krueel, 1983 marca o início de uma tomada de consciência do cooperativismo em geral – não apenas o de crédito – quanto à importância de uma abertura para a captação de recursos.

No caso das cooperativas de crédito, rurais ou urbanas, dois tipos de recursos dão condições para que façam seu trabalho em favor do associado: os depósitos a prazo e os depósitos à vista. Especificamente quanto às cooperativas de crédito rural, que poderiam ser o braço financeiro das cooperativas de produção, essas aberturas são questão de sobrevivência e têm que ser conquistadas.

Um tipo de captação a custo zero seria permitir às cooperativas rurais o recolhimento de impostos, taxas, contribuições sociais, contas de água, luz, telefone etc. Porém não é permitido a estas entidades manter contas de depósito em nome de instituições públicas, o que inviabiliza a prestação do serviço e a conseqüente captação de recursos.

Se fosse aberta esta possibilidade, poderiam ser movimentados recursos a juro zero e seria feito o *floating*. Este sistema, caracterizado pelo giro dos pagamentos das cooperativas de produção através do seu sistema de crédito, permitiria a multiplicação de recursos pela concessão de empréstimos e transformação de empréstimos em depósitos.

É evidente que esta seria uma boa oportunidade de otimizar os recursos em favor de quem os gera, com um atendimento melhor que o dos bancos privados. Por outro lado, com os juros do crédito cooperativo se aproximando dos de mercado, seria possível remunerar os depósitos a prazo dos agricultores com taxas de mercado.

Mas estamos falando de cooperativas, que não visam lucros, cujas despesas de administração são o único custo que se soma à remuneração dos depósitos a prazo. Portanto, misturando-se em proporções iguais recursos a, por exemplo, 100% com recursos a custo zero, teríamos uma massa de dinheiro a 50%, que poderia ser prestada a taxas inferiores às dos bancos.

Basta não diferenciar a fonte do dinheiro que entra e administrá-lo corretamente. Isto é saber trabalhar com o *floating*.

Há quem questione que usufruir os mesmos direitos e operar os mesmos produtos das instituições bancárias acabaria por gerar obrigações semelhantes, inclusive no que diz respeito ao recolhimento compulsório ao Banco Central – o que poderia ser danoso para as cooperativas. No entanto, se isto viesse a ocorrer, seria porque o cooperativismo de crédito teria chegado a um ponto de solidez que poderia suportar certos encargos.

Por outro lado, recolher depósitos compulsórios das cooperativas de crédito rural seria um contra-senso.

Segundo Mário Krueel, que durante anos trabalhou no Banco do Brasil na área

de crédito rural, historicamente os depósitos compulsórios foram destinados ao financiamento da agricultura. Esse dinheiro era recolhido a custo zero das instituições financeiras e repassado para o produtor rural para financiar sua produção. Por que, então, o governo iria recolher compulsoriamente das cooperativas de crédito dinheiro que já era do produtor, para devolvê-lo logo a seguir em forma de crédito?

O sistema de crédito cooperativo de certa forma libera o governo de uma obrigatoriedade, sempre tão difícil de cumprir, de ser o grande gerador de recursos para a agricultura. Para se ter uma idéia, em 1973, para cada cruzeiro destinado ao crédito rural o governo tinha Cr\$ 1,50 em depósitos à vista; em 1983, essa disponibilidade tinha caído para Cr\$ 0,45. O restante o governo cobria com a emissão de moeda.

Portanto, criar empecilhos ao desenvolvimento das cooperativas de crédito e obrigá-las a financiar em condições idênticas às dos bancos comerciais é, no mínimo, inflacionário e ilógico.

(Demonstrando certa sensibilidade, o Banco Central emitiu uma circular permitindo o financiamento isolado de necessidades pessoais e familiares básicas do pequeno e médio agricultor – como compra de remédios, roupas, agasalhos, víveres etc. A Lei 429 só permite esse financiamento junto com financiamento de custeio ou investimento.)

Em fins de 1982, a Sociedade Nacional da Agricultura realizou um seminário claramente promovido pelas autoridades. Contando com a presença de especialistas de vários países em questões agrícolas, o seminário constatou que a agricultura não subsistiria sem subsídios em uma ponta ou outra. Se o governo não consegue cumprir essa tarefa, deve deixá-la aos próprios produtores.

Na Europa e na América do Norte, ao longo de processos paulatinos que duraram de 20 a 30 anos, o financiamento da produção foi sendo absorvido pelas cooperativas de crédito. Esse é o sonho dos autênticos cooperativistas brasileiros que vêm na profissionalização da agricultura o caminho para o atendimento das necessidades da nação.

Para que as cooperativas de crédito entrassem no redesconto de liquidez, elas teriam que ter o depósito compulsório, os encaixes obrigatórios depositados junto às autoridades monetárias etc.

Porém, elas contavam com um "arranjo", justo afinal, vez que somente poderiam depositar seus recursos em movimento ou no BNCC ou no Banco do Brasil. Optaram por trabalhar integradas com o BNCC, que captava recursos em nível estadual, via Cooperativas de Crédito Rural e COCECRER.

O BNCC havia firmado um contrato com a COCECRER, se propondo, em caso de necessidade, a fazer o papel do Banco Central propiciando o redesconto de liquidez.

Em 1983, já havia uma boa experiência na operacionalidade das cooperativas de crédito rural, cujas contas estavam sob o controle da COCECRER. E em sete meses de vigência do contrato, não havia sido utilizado o redesconto de liquidez

nenhuma vez. Porém, se fosse necessário, seria usado, pois para isso havia sido formalizado o cheque convênio e o contrato de redesconto de liquidez com o BNCC.

## Legislação – aberturas e retrocessos no processo de desenvolvimento do crédito cooperativo

A primeira legislação específica data de 1907 (Lei 1.637), regulando as cooperativas do tipo Raiffeisen e Luzzatti e as colocava ao lado dos sindicatos profissionais. Foi a estrutura inicial para o crédito cooperativo, no país.

Estavam sujeitas à fiscalização das autoridades monetárias e órgãos cooperativos. Gozavam de certas vantagens fiscais, (isenção do imposto de renda e do selo). Tinham reconhecidas na legislação suas características.

As cooperativas de crédito rural e as urbanas chegaram a organizar-se em Federações ou Centrais, integradas em um grau intermediário, denominadas de Bancos Centrais Populares e Bancos Centrais Agrícolas, sem, no entanto, atingirem uma integração a nível nacional.

Na falta de uma orientação adequada, o Ministério da Agricultura criou em 1934 (Lei 5.893), a Caixa de Crédito Cooperativo, que mais tarde (1966), por força do Decreto-Lei n° 60, foi transformada no BNCC.

Esta Caixa era um órgão governamental com objetivos de financiamento e fomento ao cooperativismo. Porém, mais adequado teria sido criar um órgão de cúpula do sistema de crédito cooperativo.

Em 1937, com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, o vazio existente no setor de crédito rural passou a preencher-se, com adoção de mecanismos de fácil regulação, disseminando ampla e nacionalmente o crédito agropecuário, com juros favorecidos. Representava, entretanto, uma ampliação do centralismo estatal.

Na prática, também, faltou ao crédito cooperativo uma estrutura satisfatória, devido, em parte, à inadequação do sistema financeiro e, principalmente no âmbito cooperativo, a falta de estímulos para a criação das entidades de 2° e 3° graus. Também não havia um Banco Central das Cooperativas que as sustentasse e representasse perante o sistema oficial de crédito.

Em 1962, (Decreto 1.503) o governo suspendeu a concessão de autorizações para novas cooperativas de crédito ou cooperativas com seção de crédito. Esta providência atendia reivindicações do sistema bancário, como foi manifestado, inclusive, em um congresso de bancos realizado na época.

Esse cerceamento foi um retrocesso, pois sob a égide do Decreto n° 22.239, de 1932, havia sido disciplinado o funcionamento das cooperativas de crédito e das seções de crédito, o que dava ao movimento possibilidades de expansão.

Haviam certas irregularidades cometidas pelas cooperativas, mais por falha na legislação do que culpa própria, mas foram consideradas falhas suficientemente fortes para fechá-las, quando da reforma bancária que, com a Lei 4.595 de 1964, criou o Sistema Financeiro Nacional. A reforma foi dura com as cooperativas de crédito e complacente com o sistema dos bancos privados, que obteve orientações corretivas, garantindo, desta forma, sua continuidade no processo de crescimento e ordenação segundo as novas normas que se impuseram.

Não houve qualquer esforço das autoridades no sentido de ajustar as cooperativas ao Sistema Nacional de Crédito Rural, instituído pela Lei 4.829, de 1965, uma vez que ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) não foram destinados recursos para os programas especiais de financiamento: PESAC, PROPEC, PRONAZEM, PROCAL, PRONAP, PRODEPE e outros aos níveis da rede bancária privada.

Assim, as cooperativas ficaram como meras repassadoras de pequenas operações feitas junto aos bancos oficiais e particulares. Logicamente, isso impediu obter um *spread*, compatível com a movimentação de recursos.

Pode-se registrar daí o pleno centralismo estatal. Seu momento culminante foi a promulgação do Decreto-Lei nº 59, de novembro de 1966, regulamentado, posteriormente, pelo Decreto 60.597, de abril de 1967, que havia sido antecedido por algumas leis importantes: Reforma Bancária – Lei 4.595 (1964) e a Tributária – Lei 5.892 (1966), (com base na Emenda Constitucional nº18 de 1965). Todas elas afetando duramente as cooperativas, dentro de um processo centralizador governamental, que não se limitou a cancelar alguns incentivos tributários, que eram necessários às cooperativas (agropecuárias e crédito).

Pode-se afirmar que aquele Decreto-Lei tinha como base o extermínio do cooperativismo, e o Decreto 60.597 visava a destruição das cooperativas de crédito. Além de proibirem operações com terceiros, impedindo assim o recebimento de depósitos destes, determinava a extinção das seções de crédito nas cooperativas mistas.

O golpe, também, atingiu o BNCC, com o Decreto-Lei nº 60 (1966) que o transformou em S/A, mantendo, contudo, a contribuição do Estado e seu poder absoluto na gestão do Banco.

Ao longo dos anos, essa intervenção e esse centralismo foram nefastos. Decisões arbitrárias do governo na gestão do Banco levaram-no a dificuldades operacionais sem que as cooperativas pudessem interferir, apesar de chegarem a participar com 46% do capital do Banco.

Fácil é de se entender que os defeitos capitais são muitos. Não se criou, verdadeiramente, um novo sistema, apenas se cerceou o anterior.

Foi contra essa situação que Mário Kruehl buscou apoio das lideranças e técnicos do Rio Grande do Sul, para iniciar a reestruturação do sistema, através da implantação de diretrizes e normas capazes de modificar esse quadro – consciente e lúcido de que estava investindo no futuro e que a nossa geração tinha a responsabili-

lidade de preparar um instrumento capaz de dar solução para os problemas dos agricultores e dos assalariados. Sua visão da situação econômica do país o fez não somente lutar em prol do cooperativismo de crédito, mas também alertar que se estava plantando idéias, criando-se um sistema cujos resultados iniciais seriam pequenos, se comparados às necessidades, mas seria a alavanca para as próximas gerações, pois tinha plena consciência de que não se poderia sonhar em resolver todos os problemas do cooperativismo de crédito em três ou quatro anos.

Havia uma consciência de que a independência levaria anos, que se começaria pequeno, como em outros países, e com os anos iria crescendo e o próprio sistema se auto-geriria e se financiaria.

A situação, em meados da década de 80, era de dependência de recursos governamentais, que estavam acabando. Em pouco tempo os agricultores teriam que encontrar solução dentro do próprio grupo.

## Controvérsias e incoerências das autoridades monetárias

---

O Decreto-Lei 22.239 (1932) disciplinou o funcionamento das Cooperativas de Crédito e das Seções de Crédito, viabilizando a movimentação dos recursos das cooperativas de produção e da comunidade em favor do agricultor.

Entidades urbanas podiam trabalhar com movimentos de depósitos da comunidade, com os associados e terceiros (clientes).

Houve erros, omissões e até mesmo certas distorções no sistema então vigente. Porém, em lugar de se tomarem medidas orientadoras e corretivas, modificou-se tudo.

Com o Decreto-Lei nº 59 (1966) e o Decreto 60.597 (1967), todas as cooperativas foram atingidas, face à determinação da extinção, nas cooperativas mistas, das Seções de Crédito.

Por outro lado, na Circular nº 134, de 28 de abril de 1970, em seu item XIV, o Banco Central estatuiu: "A irrigação de crédito rural, através de cooperativas para repasses aos seus associados, deve ser preferida a qualquer alternativa." O próprio Banco Central sempre desconheceu sua própria instrução.

Houve a possibilidade de sobrevivência em outros moldes, por exemplo, na Cooperativa Agrícola de Cotia. Com a Resolução nº3, do Banco Central, a Seção de Crédito foi fechada, mas a Diretoria da Cooperativa reagiu e foi ao Dr. Enio Nogueira, então Presidente do Banco Central, que se sensibilizou como autoridade aos argumentos daquela Diretoria, quanto à impossibilidade do fechamento pelo que acarretaria imensas dificuldades à Cooperativa Agrícola de Cotia, já de grande expressão.

Obteve então, essa Cooperativa de Produção Agrícola uma Cooperativa de Crédito Rural, inicialmente no seguinte acerto: poderiam contar com 70% de recur-

sos repassados pelo Banco Central, para o financiamento geral da produção, tendo assim os produtores de arranjar para o crédito, 30% de recursos próprios. A Cooperativa Agrícola de Cotia criou a Cooperativa de Crédito Rural, nesse arranjo e, assim funcionam alguns anos.

O sistema dessa Cooperativa de Crédito Rural começou com parâmetros de fortalecimento do capital e depósitos, e numa espécie de programa de repasses do Banco Central.

A Cooperativa Agrícola de Cotia era uma Entidade de 1ª grau pelas pressões de outras áreas governamentais, foi praticamente obrigada a transformar-se em Cooperativa de 2º grau. Assim, a Cooperativa Agrícola de Cotia, Central Cooperativa e a Cooperativa de Crédito Rural tinham a mesma área de ação.

Com o passar dos anos, o Banco Central foi reduzindo sua participação que em 1983, significava praticamente zero.

Depois de toda essa confusão das autoridades do governo, da luta de sobrevivência de algumas cooperativas de crédito rural, e do surgimento da reestruturação do sistema, pela ação do Rio Grande do Sul, com suas cooperativas e sua central (COCECRER), buscando implantar, inclusive o SICREDI-BR, para em seguida tentar obter um banco de cúpula, é surpreendido o movimento, em maio de 1983, com a circular nº 882, do Banco Central que voltava a regulamentar as seções de crédito nas cooperativas de produção.

Isso somente poderia gerar mais confusão, porque se antes foram fechadas as seções de crédito por terem as autoridades considerado que essa prática conflitava controles e dificuldades de fiscalização vez que as cooperativas de produção eram fiscalizadas por órgãos ligados ao Ministério da Agricultura e as seções de crédito, pelo Banco Central (Ministério da Fazenda).

Com a reestruturação do sistema de crédito cooperativo, o que precisava ser feito era a regulamentação de postos avançados, com o controle pelas cooperativas de crédito e a fiscalização do Banco Central.

Essa circular dividiu opiniões no seio das lideranças, exemplificando: o Presidente da Cooperativa Agrícola de Cotia – Central Cooperativa, Dr. Gervásio Tadashi Inoue, achava que seria bom no Estado de São Paulo, onde, à época, deveriam existir 500 cooperativas agrícolas, que poderiam ter suas seções de crédito e julgava que o risco operacional não existiria, porque em havendo alguma falha ou risco teria que ser coberto. Acreditava que precisaria um cuidado especial na apreciação de propostas de crédito de um ou outro cooperado, com riscos de liquidez.

Já o Presidente da COCECRER, Mário Krueel, tinha opinião divergente, como expressou em sua análise sobre essa questão. Considerava que essa circular, do Banco Central, tinha uma característica negativa, pois demonstrava impeditivo ao surgimento de um Banco Cooperativo a nível nacional, constituído nas bases pelas cooperativas singulares, nas capitais por cooperativas centrais e a nível nacional pelo BNCC, que à época, se esperava fosse reestruturado para servir adequadamente ao sistema.

As lideranças do Rio Grande do Sul desejavam com o SICREDI-BR, implantado e funcionando de forma padronizada, apoiar na estrutura de uma organização bancária forte, dentro do país, através do cooperativismo de crédito.

Logo, se fossem utilizar um sistema de seções de crédito, nas cooperativas de produção, isso inviabilizaria a possibilidade de se fazer uma organização bancária, composta dos diversos segmentos cooperativos, inclusive o agropecuário.

Outro ponto negativo, é que havia muitas cooperativas de produção com problemas estruturais e operacionais e ainda atravessando crises, que em certos momentos poderiam confundir o uso adequado do dinheiro. Exemplificando: a cooperativa de produção que tivesse um título em cartório para pagar e com falta de recursos, e que houvesse recursos da seção de crédito disponíveis, estes seriam utilizados, resolvendo o problema da cooperativa e não a do agricultor, pois os depósitos seriam para crédito ao associado e não para cobrir falta de caixa da cooperativa.

Não é o caso de uma Cooperativa de Cotia, que funcionava com uma perfeição total, diferenciando os controles e as atividades, mas no geral, se observava que as cooperativas em crise, não fazem essa diferenciação.

Até mesmo, quando os dirigentes das Cooperativas de produção agrícola são os mesmos das de crédito rural, nos seus momentos de caixa baixa, os dirigentes querem sacar da cooperativa de crédito o que ela capta de depósitos, prejudicando os programas de crédito ao associado.

A COCECRER, no Rio Grande do Sul, sempre atenta a essa situação coíbia através de seu sistema de supervisão e orientação, mostrando aos dirigentes que não poderiam adotar tal prática, irregular e perigosa.

O fato concreto, é que apesar de lutas e divergências de idéias, o movimento cooperativo buscava se organizar e criar um sistema de crédito cooperativo que visse atender as necessidades dos cooperados.

O caminho, ainda, seria árduo e incerto, só para se ter idéia, basta registrar, que a Cooperativa Agrícola de Cotia, que vem sendo citada como um exemplo, em termos de cooperativas de crédito rural, o seu atendimento as necessidades dos associados, da Cooperativa Agrícola de Cotia, em 1983, andava em torno de 8%.

Esse registro demonstrava o quanto estava longe a resposta do crédito, com recursos próprios, para a produção. Basta lembrar que na época, as operações da Cooperativa Agrícola de Cotia com o Banco do Brasil já eram da ordem de 50 bilhões de cruzeiros.

## Planos econômicos do Governo e as cooperativas de crédito rural (1986/87)

---

O cooperativismo de Crédito Rural, no início da década de 80, foi sendo reestruturado com o movimento do Rio Grande do Sul e influenciando ao correr dos anos nos outros estados. O modelo colocava na entidade de 2º grau, no caso do Rio

Grande do Sul, uma grande centralização de recursos financeiros, técnicos e administrativos, visando com isso segura expansão, otimização dos recursos e preparo adequado de gerentes, técnicos e funcionários para as entidades de 1º grau.

Com isso a entidade de 2º grau, tinha uma estrutura forte, porém pesada, difícil de ser mantida na medida em que as cooperativas de crédito singulares cresciam e os pacotes econômicos do governo, confundiam e atingiam os procedimentos econômico-financeiros e administrativos, de qualquer empresa particular, do sistema de crédito cooperativo.

O primeiro pacote, o plano cruzado, inicialmente acarretou sérias dificuldades na COCECRER. Mário G. Kruel afastara-se por motivo de saúde, da Entidade, seus sucessores, em reuniões com as filiadas, decidiram alterações no modelo, descentralizando diversas atividades e determinados recursos financeiros, mantendo, porém o controle do movimento. Com isso sua estrutura tornou-se mais leve, diminuindo quadro de pessoal e custos, passando-os diretamente para as cooperativas de crédito rural (entidades de 1º grau). Essa modificação no sistema viabilizou enfrentar o plano cruzado.

As cooperativas de crédito rural, já melhor estruturadas com a experiência adquirida em 5 anos de atividades e o eficiente programa educativo e de treinamento proporcionado pelas lideranças e técnicos da COCECRER, puderam absorver diversos serviços que a COCECRER executava para elas, nos primeiros anos.

O sistema de crédito cooperativo rural, porém, continuou sobre o controle e a orientação de sua entidade de 2ª grau, o que sem dúvida tem sido fator importante na eficiência do sistema.

O controle é exercido através do sistema padronizado e informatizado, gerando relatórios necessários ao acompanhamento de todas as operações. Terminais na COCECRER permitem aos executivos e técnicos observar as operações e o trato dos recursos financeiros, possibilitando, assim, correções e orientações técnicas que melhor otimizem o gerenciamento financeiro e administrativo.

A auditoria preventiva exercida pela COCECRER junto a suas filiadas impede distorção do sistema e viabiliza recomendações em tempo hábil, para melhor controle e saúde da entidade de 1º grau.

Eficiente programa de educação, treinamento e reciclagem, através de cursos e dias de estudo mantém um bom padrão de gerenciamento nas diversas atividades das cooperativas de crédito rural.

Conselheiros administrativos, executivos, gerentes e técnicos, bem como conselheiros fiscais, periodicamente, são reunidos para análise e debate de todos os assuntos de interesse do sistema econômico financeiro, crédito e administração, sob a coordenação técnica da COCECRER.

Independente da abordagem das questões de modificação de rotinas e ou implantações de novos serviços ou controles, são adotadas em conjunto as medidas necessárias a enfrentar diretrizes governamentais que atingem qualquer empresa e que também afetam as cooperativas.

A COCECRER sempre manteve o controle do saldo médio, do movimento de depósitos das filiadas, orientando as melhores negociações de repasses do BNCC para o movimento. Acompanhou as aplicações financeiras no mercado e agilizou serviços, inclusive para a captação de recursos, através de corretora de alguma forma ligada ao sistema.

A COCECRER tem sido a grande articuladora na defesa de todo o sistema de crédito cooperativo. Junto com a OCB e BNCC, adotou estratégia que viabilizou a implantação da caderneta verde.

Sem sombra de dúvida, que a COCECRER-RS, através de suas lideranças e alto padrão técnico prestou e presta relevantes serviços diretos ou indiretos a todo o sistema de crédito cooperativo. Em inúmeras ocasiões em Brasília, reuniu os líderes do movimento, para defesa de interesses e busca de expansão e aberturas, inclusive na Constituinte e no Banco Central.

Nos últimos 5 anos, o Diretor da COCECRER, Pery Marzullo, coordenou primeiro a Comissão de Crédito Rural – OCB, posteriormente, juntou-se a Comissão de Crédito Urbano, ficando então Comissão de Crédito – OCB, viabilizando com isso estratégias que conquistaram novos espaços para os dois segmentos, com isso na expectativa de que o movimento melhor se estruture para que as cooperativas de crédito venham a operar como autênticas entidades financeiras, sem, contudo, perder suas características.

As portas da COCECRER sempre estiveram abertas para entidades co-irmãs, tanto a nível de treinamento quanto na troca de experiências.

Dois grandes líderes vem se destacando desde 1987, a nível estadual e nacional, Ademar Schardong, Presidente da COCECRER que sucedeu a Mário Kruehl e Pery Marzullo, diretor e advogado, coordenador por muitos anos da Comissão de Crédito – OCB, que tantos serviços vem prestando ao movimento.

## Busca de um modelo de crédito rural nas mãos do cooperativismo

---

Em agosto de 1987, as grandes lideranças da área de produção, juntamente com as de crédito cooperativo, organizaram, no Rio Grande do Sul o II Seminário Nacional do Cooperativismo de Crédito Rural, com a finalidade de re-analisar o sistema de crédito rural como alternativa de desenvolvimento econômico.

Esse Seminário tinha, também, como expectativa a definição do modelo brasileiro do cooperativismo de crédito rural, modelo esse que seria oferecido à Comissão de Alto Nível do BACEN, constituída na gestão do Dr. Fernando Milliet, Presidente do Banco Central, com a finalidade de estudar um modelo viável de ser adotado.

Após os estudos do modelo por esse grupo de trabalho, do BACEN, suas recomendações poderiam viabilizar as mudanças necessárias no MNI-17, para ado-

ção de um sistema cooperativo de crédito rural.

Roberto Rodrigues, então Presidente da OCB, enfatizou na palestra que proferiu na abertura desse evento, o fortalecimento do cooperativismo de crédito, como possibilidade de novamente capitalizar a agricultura brasileira, bastante empobrecida e endividada.

Lembrou que o desenvolvimento urbano industrial, a partir da 2ª Guerra Mundial, fora em grande parte, financiado com os recursos gerados no campo, a época o único setor capitalizado.

Com essa política de desenvolvimento adotada, a agricultura perdera 17% do seu poder de troca nos últimos 10 anos, tendo caído a patamares extremamente baixos.

Alertou que a curto prazo precisava ser encontrado um caminho de apoio aos mini e pequenos produtores, que fossem mantidos subsídios a programas específicos nessa área da agricultura.

Defendeu a profissionalização da agricultura brasileira para enfrentar as necessidades dos próximos 15/20 anos, face ao atual momento econômico.

Na sua visão de produtor empresário, sentia a necessidade de que politicamente houvesse articulação com o Poder Legislativo e com o Poder Executivo. Já havia a Frente Ampla no Congresso, de apoio à agricultura, isso precisava ser permanentemente mantido e ampliado. Alertava, ainda, que não bastava apresentar pedido, mas que deviam ser oferecidas alternativas que fortalecessem os órgãos voltados à agricultura.

Para responder ao desafio dos próximos 50 anos, no seu entender, a agricultura brasileira devia se capacitar para produzir, industrializar e entregar ao consumidor todos os produtos gerados no campo, a nível nacional e a nível internacional, competir com todos os mercados possíveis.

Destacou a excessiva intervenção estatal na economia, o crescimento e a concentração do sistema financeiro, que davam como resultado um modelo de concentração de renda; desigualdades regionais; questões essas de descontentamento geral, agravados pela inflação e os grandes riscos que poderiam acontecer na área social.

Na agropecuária havia empobrecimento e um endividamento da ordem US\$ 4,9 bilhões, o que gera grandes preocupações. A agricultura precisava melhor se organizar politicamente e economicamente. Estar atenta em relação à Lei Agrícola, e a um fortalecimento com as entidades urbanas.

No seu julgamento, a organização econômica devia dar-se através do cooperativismo em todas as fases, e ser priorizado o cooperativismo de crédito rural, por ser uma alavanca de qualquer projeto de desenvolvimento.

Outros líderes contribuíram com sua experiência nos diversos setores em pauta, através de painéis e grupos de trabalho.

Ficou claro que o setor primário estava sendo jogado para uma economia de mercado e os subsídios ao crédito retirados evidenciavam a urgente necessidade de

criação de mecanismos eficientes para administrar os recursos gerados pelo setor, facilitando o autofinanciamento dos produtores rurais, independente de qualquer classificação.

Essa constatação prioriza a observância de determinadas diretrizes, mesmo que se considere o cooperativismo de crédito como meio eficiente na função de agente financeiro da produção.

Necessidades de comando, normalização e fiscalização se destacariam da seguinte forma:

- 1) Indispensável a existência de um cooperativismo de crédito rural forte, dinâmico e geograficamente bem distribuído, possibilitando que o crédito chegasse à grande massa de produtores de baixa renda;
- 2) Para que se viabilize um cooperativismo de crédito forte, atuante, dinâmico, é imprescindível sua organização de forma sistêmica – no ápice da organização, contar com um banco centralizador altamente especializado, para comandar, normalizar e fiscalizar todas as atividades das cooperativas singulares;
- 3) As autoridades monetárias e o órgão controlador do Sistema Financeiro Nacional devem admitir que os agropecuaristas brasileiros sejam empresários capazes de gerenciar, desenvolver e controlar um sistema financeiro específico para o setor, respeitando normas, assumindo responsabilidades e obrigações inerentes ao dever de construir um desenvolvimento econômico e social para o setor primário.

O Coordenador do Seminário, Ademar Schardong, então presidente da COCECRER, apresentou modelos de Integração, e, juntamente com outros diretores da COCECRER abordou temas de importância tais como:

- Fluxo Financeiro e da Produção e Consumo do Sistema;
- Fluxo do Depósito à Vista;
- Fluxo dos Recursos do Patrimônio Líquido;
- Autogestão e Autocontrole.
- Autogestão e autocontrole

Ao se buscar a autogestão e o autocontrole, tem-se a consciência da necessidade e conveniência de se instalar cooperativas de crédito de qualquer modalidade – especialmente de crédito rural – que possam ter um corpo diretivo e executivo composto de elementos com prática e conhecimento da atividade econômica, viabilizando que o empreendimento não acarrete riscos para os associados e para o sistema cooperativo. Em todas as etapas para constituição e operacionalidade das cooperativas de crédito, tem que ser precedido um amplo programa de educação cooperativa e de treinamento especializado. A padronização de serviços e controles é imprescindível.

O diretor da COCECRER, Alcenor Pagnussatt, aborda a questão da autogestão e autocontrole, resumidamente, nos seguintes termos:

### **Quanto à Estrutura Administrativa, compete:**

1. Ao SICREDI
  - a) estabelecer parâmetros para a estruturação administrativa;
  - b) estabelecer a padronização contábil e gerencial;
  - c) assessorar a CREDI na estruturação administrativa;
  - d) fiscalizar o cumprimento das recomendações.
2. À CREDI
  - a) proceder à estruturação administrativa;
  - b) selecionar e controlar os funcionários.

### **Quanto a Capitalização e Imobilização, compete:**

- Ao SICREDI
  - a) estabelecer o montante mínimo de Patrimônio Líquido em relação ao passivo total;
  - b) estabelecer o montante máximo de imobilizações em relação ao Patrimônio Líquido.
- À CREDI
  - a) estabelecer a forma de capitalização;
  - b) imobilizar dentro dos parâmetros estabelecidos.

### **Quanto a Administração dos Recursos Financeiros, compete:**

- Ao SICREDI
  - a) selecionar as formas de captação de recursos internos;
  - b) selecionar as fontes de captação de recursos externos;
  - c) estabelecer o fluxo financeiro dos recursos;
  - d) estabelecer os índices de liquidez mínima do SICREDI;
  - e) estabelecer os limites e prazos dos empréstimos;
  - f) padronizar os relatórios sobre administração dos recursos;
  - g) assessorar a CREDI na administração financeira;
  - h) inspecionar o cumprimento das normas estabelecidas;
  - i) analisar o desempenho financeiro.
- A CREDI
  - a) captar recursos dos associados;
  - b) proceder aos empréstimos aos associados;
  - c) estabelecer a finalidade dos empréstimos com recursos do sistema.

### **Quanto à Administração Econômica, compete:**

3. Ao SICREDI
  - a) estabelecer os parâmetros gastos com despesas fixas;

- b) estabelecer as taxas de captação remuneradas;
  - c) estabelecer as taxas de empréstimos;
  - d) estabelecer as tarifas dos serviços;
  - e) assessorar a CREDI;
  - f) inspecionar o cumprimento das normas estabelecidas;
  - g) analisar o desempenho econômico.
4. À CREDI
- a) manter as despesas dentro dos parâmetros estabelecidos;
  - b) contratar as operações ativas e passivas dentro das taxas estabelecidas.

## A busca de um Banco de Cúpula para o sistema cooperativo

---

No transcurso do Seminário de 1987, as lideranças cooperativas, encontravam-se decididas, principalmente na área de produção e crédito rural cooperativo, a negociar o surgimento de um banco, efetivamente de cúpula para o sistema, apesar das medidas restritas que estavam sendo impostas pelas autoridades, baseadas na Instrução 1060 do Banco Central, que alegava cumprir diretrizes do Conselho Monetário. Entrevistas publicadas em jornais do Sul e Brasília, discursos em Seminários e Encontros Cooperativos, dos diversos líderes e dirigentes cooperativistas, entre eles Roberto Rodrigues, Presidente da OCB, davam ênfase, que embora procurassem evitar confrontos com a instituição Governo, não significava que essa ausência de choque demonstrasse falta de estrutura para enfrentar até juridicamente determinadas restrições legais e normativas aquela época, acopladas a Resolução 1060.

O jornal, O Interior, de Caxias do Sul, organizou debates sobre essas questões, tendo ficado evidenciado, também, que o BNCC S/A, da forma como operava, não servia para as cooperativas. Ademar Schardong, Presidente da COCECRER, em sua liderança firme, não concordava com o BNCC, desprovido de mesa de open e over, e sem trabalhar com RDB's e CDB's ou poupança rural, sendo ideal sua reestruturação para se tornar um organismo competente, aluando como um banco de cúpula, precedido da eficiência gerencial administrativa, como o setor requer.

No caso de o BNCC ser privatizado, segundo as lideranças, teria que ser precedido de um grande estudo, com o acompanhamento de técnicos do setor cooperativo.

Ficou muito claro que, principalmente o cooperativismo de crédito rural tentava negociar um banco efetivamente de cúpula para o sistema. Algumas lideranças não se preocupavam tanto com a privatização do BNCC, desejavam que a curto prazo terminassem as entraves operacionais às cooperativas de crédito rural. A maioria mostrava-se aberta a guardar as soluções da constituinte, e se elas não fos-

sem satisfatórias, passar a novas estratégias, com pressão mais direta e voltada a consolidação de um novo modelo e ao funcionamento de um banco de cúpula sem as amarras então vigentes.

Antes do encerramento do Seminário de 1987, foram apresentadas às autoridades monetárias e ao grupo de Alto Nível do BACEN, presente ao Seminário, propostas aprovadas pelos 292 delegados que representavam 95 cooperativas. Essas propostas visavam legalizar cheque especial, com sugestões de como fazer sua introdução no MNI-17-Capítulo 9 – Seção 2, com as respectivas justificativas. Outra proposta permitiria às Cooperativas de Crédito Rural a instalação de postos de serviços (PEPS) e Dependências Transitórias (STADS).

Quanto ao Banco de Cúpula, seu modelo preliminar foi esboçado, para discussão em 1988. Dejandir Dalpasqualle, então Presidente do BNCC, aceitava as opiniões de dirigentes quanto ao Banco de Cúpula, transferindo, no seu entender, para o Ministério da Agricultura a palavra oficial sobre idéias do tipo privatização, incorporação ou extinção desse organismo.

## As grandes decisões de 1987 sobre o cooperativismo de crédito

---

Após longos e intensos debates entre as 10 unidades da Federação, que estavam representadas por 95 cooperativas, num total de 292 delegados, de funcionários do BNCC e observadores do grupo de trabalho de Alto Nível do BACEN, foi concluído o Seminário, com as seguintes decisões:

1. Sistema Brasileiro de Crédito Rural Cooperativo
  - a) Pela organização dos produtores rurais e suas cooperativas agropecuárias em cooperativas de crédito rural singulares, regionais, capilarizadas por postos de serviço com estrutura administrativa, financeira, econômica e de serviços próprios.
  - b) Pela existência de uma Cooperativa Central Estadual, formando o SICREDI, com atribuições específicas nos campos de normalização administrativa, contábil e gerencial; da administração dos recursos financeiros, da capitalização e imobilização; da administração econômica; do assessoramento e da inspeção e auditoria.
  - c) Pela integração nacional dos SICREDIs em um banco Cooperativo, possivelmente o BNCC S/A, que promoverá a união, o fortalecimento, o desenvolvimento e a consistência econômico-financeira do SICREDI-BR, além de ser mecanismo de redistribuição de recursos captados e de fixação de diretrizes básicas de procedimento.
2. Privatização e Viabilização no BNCC S/A
  - a) Face à necessidade de um banco de cúpula controlado pelo sistema cooperativo, inclina-se o Seminário pelo exercício do controle acio-

nário do BNCC, em negociação com o Governo Federal, que transformaria suas ações ordinárias votantes em preferenciais, após seu completo saneamento financeiro, especialmente pela ascensão da variação cambial do empréstimo tomado ao governo japonês.

- b) Esta negociação deverá ser conduzida pela comissão da OCB de crédito, ampliada de um representante de cada Estado, visando abranger todos os segmentos do cooperativismo nacional, e assessorada por funcionários do BNCC, devendo apresentar um estudo objetivo e competente, concluindo pela conveniência e viabilidade do negócio, ou por outra solução que atenda ao interesse das cooperativas um banco nacional de suporte como ápice do sistema brasileiro de crédito cooperativo.
- c) Visando dotar o BNCC de recursos institucionais renováveis, o sistema postulará junto ao governo federal, a movimentação através do BNCC dos recursos orçamentários e pagamentos de tributos do Ministério da Agricultura, seus órgãos e empresas vinculadas. Postulará ainda, junto ao Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, para que o BNCC seja dotado de uma mesa de *open* e autorizado a captar dinheiro em caderneta de poupança e de depósito a prazo Fixo, com ou sem emissão de certificado (CDB ou RDB).
- d) Questão de maior importância é recomendar assumam a União a responsabilidade pelo risco cambial de empréstimo tomado pelo BNCC no mercado japonês, sem que importe em alteração da composição acionária do banco, face à responsabilidade inerente à condição de acionista controlador.

### 3. Modificações Legais e Normativas

- a) Deve o sistema propugnar pela alteração da Lei 5764, art.84, para estabelecer a possibilidade de operação com associados, pessoas físicas e jurídicas que:
  - i. Desenvolvam, na área de ação da cooperativa, atividade agrícola, pecuária, extrativa e afins;
  - ii. Se dediquem à operação de captura e transformação de pescado.
- b) Recomenda-se a alteração do art.7º da Lei 4829, para incluir a cooperativa de crédito rural dentre os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural.
- c) O Seminário encarece as prontas providências da OCB no sentido de modificar a redação do Decreto nº 94.444 de 12/06/87 para incluir as Cooperativas de Crédito Rural entre as instituições repassadoras dos recursos de fomento.
- d) No que tange às alterações normativas, deve a OCB continuar lutando, via Grupo de Trabalho de Alto Nível do Banco Central, onde mantém representantes, para que seja permitido às cooperativas:

- i. A prestação de serviços a terceiros e recebimento de depósitos de quaisquer pessoas;
- ii. II – Permissão para que as cooperativas mantenham conta corrente em bancos privados e oficiais;
- iii. III – Participação das cooperativas no serviço de compensação de cheques, diretamente ou através de representantes;
- iv. IV – Permissão para as cooperativas de crédito rural manterem postos especiais
  - v. de prestação de serviços e stands em feiras agropecuárias;
  - vi. V - Permissão para captação de depósitos a prazo fixo com ou sem emissão de
- vii. certificado;
- viii. VI – Permissão para operar cheque especial, mediante contrato de abertura de crédito rotativo.

#### 4. Autocontrole e Alternativas Operacionais:

- a) Estrutura Administrativa;
- b) Capitalização e imobilização;
- c) Administração dos recursos financeiros;
- d) Administração econômica;
- e) Organização político-social, calcada na apresentação do diretor da COCECRER, Alcenor Pagnussatt.

Foram aprovadas alternativas operacionais, com base nas exposições de representantes da COCECRER, aguardando-se ampliação que deverá surgir na abertura dos normativos para captação, compensação, cheque especial, postos avançados etc.

Outra necessidade enfatizada foi a de que as Cooperativas de Crédito devem participar do sistema de distribuição de fundos públicos de fomento, através de programas especiais mantidos ou a serem criados pelo governo federal.

Ao final do Seminário ficou bem claro que a classe produtora estava coesa buscando um espaço e participação consciente, preparando-se para a implantação de um sistema próprio de autofinanciamento, uso adequado dos recursos gerados na área de produção.

Os painéis liderados pelos diretores e técnicos da COCECRER-RS e sua coordenação, influíram de forma positiva numa tomada de consciência que a classe rural brasileira, precisa encontrar um caminho que propicie o desenvolvimento de suas atividades de forma independente da vontade e de recursos do governo.

O Grupo de Trabalho de Alto Nível do BACEN, criado para reformular o cooperativismo de crédito, teve a oportunidade de observar a posição coesa em busca de mudanças dos líderes e participantes de 10 Estados, reunidos nesse Seminário.

Ao final dos trabalhos, foi emitido um documento de registro das decisões para que o Banco Central faça seus estudos e tome as providências necessárias.

O restante do ano de 1987 ensejou encontros com o cooperativismo de crédito urbano para somar esforços em torno dos interesses dos segmentos rural e urbano, quer relativos às estratégias para que, em 1988, melhores e maiores serviços se obtivessem no BNCC, tais como: caderneta de poupança verde, cheque especial, *open etc.*

Em nível político, foi decidido participar ativamente junto aos constituintes a fim de conquistar espaços na carta magna. Essa participação iria exigir de todos os segmentos, liderados pela OCB, inúmeros encontros em Brasília e, em particular, um grande dinamismo da Comissão de Crédito OCB, que deveria engajar um número maior de lideranças de todos os estados para trabalhar pela integração das cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional.

Ao correr de 1988, as lideranças e técnicos juntam-se em diversas reuniões com o Grupo de Trabalho de Alto Nível do BACEN, em busca da elaboração de um projeto de Banco Cooperativo que atendesse o sistema cooperativo e suas cooperativas de crédito e centrais de crédito cooperativo, sem solução concreta.

Ao final de 1990, já sem o BNCC, as discussões e reuniões se mantiveram a nível da Comissão de Crédito OCB, com lideranças de todo o movimento e técnicos do Banco do Brasil e Banco Central a fim de se viabilizar o banco de cúpula para o sistema. Os entraves, porém, permaneceram.

Considerações econômicas, administrativas e políticas sobre o triênio 1988-1990 no plano econômico.

No decorrer do triênio, fatos relevantes ocorridos na área econômica do país afetaram o desempenho das cooperativas de crédito rural, bem como os de suas entidades de 2º grau.

A política econômica do país vem afetando toda a sociedade face aos planos governamentais de duvidosa eficácia, com certeza confundindo empresários e trabalhadores, criando circunstâncias desagregadoras em diversas tentativas de negociação quer entre os empresários e governo, quer entre trabalhadores e empresários, a mesma situação acontece com as cooperativas dos diversos segmentos, ocasionando, portanto, dificuldades de ajustamento a mudanças intempestivas.

A agropecuária teve como geradores da situação de empobrecimento o efeito das condicionantes de preços, créditos e política fiscal, sem que o governo tomasse medidas consistentes, prioritárias e adequadas a uma política agrícola e pecuária.

A ascensão inflacionária, resistente aos planos econômicos Cruzado I e II e plano Bresser, ocasionou a retomada do processo de aplicações especulativas no mercado financeiro, deslocando os recursos dos clientes das contas de depósitos à vista, criando reflexo negativo no volume de dinheiro para emprestar. Foi visível e sensível o desnível entre oferta e procura, ocasionada pelo achatamento salarial, constante elevação de preços e tarifas públicas.

No ano de 1989, novo plano econômico foi imposto no país. O plano Verão também não poupou a produção rural e seus reflexos se fizeram sentir nas cooperativas de crédito rural. Novamente a tônica foi de congelamento de preços e salá-

rios, mudança do padrão monetário, instituição do Cruzado Novo, que ocasionou problemas de equalização preocupantes, com mazelas nos anos seguintes, dificultando qualquer tipo de realização de planos traçados, exigindo talento constante de ajustamentos a uma mudança econômica cuja regra sempre foi uma incógnita e sem que se pudesse entender qual o rumo que seguia a economia. Um verdadeiro jogo de quebra-cabeça ou para os mais ingênuos uma "brincadeira" de cebra-cega.

Começa 1990 com inflação assustadora, desmoralizando equipes do governo e seus planos. Porém, no seio da produção rural, há certa esperança, adquirida nos discursos proferidos pelo novo Presidente eleito. Quando empossado, o novo Presidente lança, em 16 de março de 1990, uma revolução econômica e administrativa que levou milhares de trabalhadores rurais e urbanos às maiores angústias:

confisco de poupança, retenção de depósitos, dívidas com o futuro quanto ao retorno de seu dinheiro e a recessão. As cooperativas de produção e de crédito foram duplamente atingidas, com o fechamento do BNCC. A liberação de alguns cruzeiros exigiu uma luta em Brasília muito grande, pois o Banco do Brasil, que passara a responder pelas atividades do BNCC e gerenciamento dos recursos nele depositados, custou muito a apurar contas e a liberar os percentuais que as medidas provisórias permitiam.

É lógico que o fechamento do BNCC, de forma intempestiva, sem que o Banco do Brasil estivesse estruturado para imediatamente assumir o papel do "Banco Cooperativo", demonstrou a insensatez da equipe econômica, nessa área. Basta lembrar que certos avanços havidos no ano de 1988, resultado das lutas das cooperativas de produção e de crédito, permitiram a execução de serviços das cooperativas de crédito na captação remunerada, via Caderneta de Poupança Rural, em convênio com o BNCC; também havia sido implantado o cheque Especial, viabilizando recursos gerados na área de produção, que iriam sendo canalizados em favor dos produtores rurais. Isso era o início de um processo que levaria a agropecuária a se auto-financiar.

Lutava-se pela recuperação do BNCC, pela possibilidade de saneamento do Banco, cujos problemas eram oriundos de administrações com ingerência total do governo.

O choque do Plano Collor visava a inflação zero, repetição de um filme que não deixou boas lembranças. A inflação é "teimosa", não se resolve por decreto ou medidas provisória. Certos condicionamentos têm que merecer cuidados especiais, pactos sociais que não conseguem ser estabelecidos, basicamente por falta de credibilidade nos programas do governo.

O brasileiro é paciente e há lideranças em diversos segmentos da sociedade que, talentosamente, tentam superar crises e sobreviver dentro do caos econômico.

O setor primário luta por se reorganizar, com suas cooperativas de crédito rural buscam conseguir seu próprio banco cooperativo, sabendo que árduo é o caminho, que não permite esmorecimento, pois 80% dos agricultores, como afirmava o Ex-presidente do BNCC, não tem acesso ao crédito rural. Defendia inclusive que o

Banco Central revogasse "*normas arcaicas, imposições impeditivas, liberando de uma vez por todas o crédito advindo das cooperativas de crédito rural*".

## Nível político-institucional

Em 1988, grandes lideranças do movimento de crédito cooperativo desenvolveram um esforço em Brasília, no sentido de obter a colocação das cooperativas de crédito entre as demais instituições financeiras.

O resultado foi a inclusão no artigo 192, inciso VIII da Constituição Federal, capítulo das Instituições Financeiras: *as cooperativas de crédito fazem parte integrante do Sistema Financeiro Nacional*.

Lei complementar ainda em estudo e debate, irá regular o funcionamento e estrutura, implantando, no plano legal e normativo, o Sistema Brasileiro de Cooperativismo de Crédito.

Ainda no campo da institucionalização, foi debatida com o Banco do Brasil a criação do Banco Cooperativo, mas, apesar dos avanços do estudo, nada se concretizou em razão da mudança do Governo Federal.

Em diversos locais do país, foram estabelecidas negociações com o Banco do Brasil no sentido de se encontrar alternativas e serviços que atendam as necessidades da área rural em conjunto com as cooperativas de crédito rural, fazendo assim uma parceria, que se mostra ainda longe do ideal.

Entre os serviços implantados, destaca-se o convênio de compensação de cheques firmado com o Banco do Brasil. O custo desse serviço conveniado com o Banco do Brasil, para as Cooperativas de Crédito Rural e sua Central é absurdamente caro.

## Plano administrativo e político

Em 1990, com o Plano Brasil Novo, na área administrativa foram fechadas várias empresas públicas, inclusive o BNCC, ocasionando dificuldades já comentadas. As lideranças, coordenadas por Pery Marzullo na Comissão de Crédito OCB, desenvolveram permanente esforço para obter a liberação de cruzados e cruzeiros. A COCECRER prestou relevantes serviços a todo o sistema de crédito cooperativo: manteve sua representação em Brasília 45 dias consecutivos, percorrendo uma verdadeira *via-crúcis*. Mediante autorização especial do Banco Central, obteve a liberação de seus cruzados novos.

Foram superados momentos de angústia e algum ritmo foi dando evolução nos negócios e serviços. Mesmo assim, o Plano Brasil Novo ocasionou um significativo encolhimento de entidades públicas e privadas. Bancos tiveram agências e postos de serviços inviabilizados, empresas de construção e serviços foram profundamente abaladas, o desemprego e subemprego atingiram a população.

As cooperativas de produção e as de crédito rural, para enfrentar a crise, também, fizeram seus ajustes, buscando sobreviver. Na área de crédito rural houve incorporações e algumas ficaram em risco de liquidação, dependendo da vontade das comunidades onde estão instaladas.

Dentro dessa realidade, foi promovido o II Seminário Anual de Avaliação e Planejamento Estratégico do SICREDI-RS que definiu caminhos e perspectivas para o triênio seguinte:

### **Fontes de Recursos**

- Poupança Ouro – agilização dos convênios de captação e aplicação de recursos no próprio local;
- Capital Rotativo – criação e implantação;
- Capitalização das Cooperativas de Crédito – inclusive por via de retenção de percentagem da produção, em ampla integração horizontal com as cooperativas de produtores rurais;
- Recursos Externos – gestões junto à área financeira internacional;
- Quadro Social – aumento dos associados e recuperação dos inativos;
- Fundo de Reserva e FATES – elevação de alíquotas;
- Recursos Institucionais destinados a Produção Rural – entendimento com os poderes públicos para a gestão de Fundos criados pelas respectivas Constituições e Leis Orgânicas;
- Sistema Troca-troca – promover estudos para apoio ao sistema das cooperativas de produtores rurais;
- Depósito a Prazo Fixo – obter autorização do Banco Central;
- Fundos Especiais – criação nos termos da legislação;
- Repasses – busca no Sistema Financeiro Nacional.

## **A gestão dos recursos gerados pela produção rural e a estrutura cooperativa**

**Integração Horizontal** – estreitar o relacionamento com as cooperativas de produtores rurais, inclusive unificando procedimentos de orientação do quadro associativo; manter e incrementar o trabalho de marketing, visando consolidar a imagem da cooperativa de crédito como instituição financeira voltada ao crédito rural; conscientizar os Poderes Executivo e Legislativo sobre a função da cooperativa de crédito rural como instrumento de alavancagem da produção rural; elaborar e apresentar ao Congresso Nacional, via OCB, anteprojeto de lei complementar, regulamentando o inciso 8º do artigo 192 da C.F.; agilizar estudos e elaborar projeto de criação do Banco de Cúpula do Sistema Cooperativo, admitida a participação do

Banco do Brasil; buscar agilização de convênios operacionais de prestação de serviços e de reciprocidade em capacitação profissional com o Banco do Brasil; buscar a inclusão nos currículos escolares de matéria específica sobre cooperativismo; conscientizar o produtor da nova realidade econômica nacional referente aos setores agropecuária e de crédito; buscar o aprimoramento da estrutura cooperativa, com vistas a racionalizar os serviços e minimizar custos.

## Aprimoramento do SICREDI-RS e do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo

---

- criar Centro de Treinamento, Capacitação Profissional e Desenvolvimento de Recursos Tecnológicos, objetivando a preparação de dirigentes, conselheiros, executivos e lideranças rurais;
- participar do desenvolvimento e implantação do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo em convênio com o Departamento Nacional de Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária;
- implantar no SICREDI política única de recursos humanos, objetivando recrutamento, seleção, contratação, quadro de cargos e salários e promoções, mediante avaliação de desempenho;
- implantar sistema de informações periódicas às filiadas sobre a conjuntura econômica financeira do país;
- criar na COCECRER (ou seja, nas Centrais) estrutura própria para apoiar a cooperativa filiada no trabalho de organização do seu quadro social e aprimoramento de suas lideranças;
- intercambiar com sistemas cooperativos internacionais através de visitas, com reciprocidade;
- dar prosseguimento aos investimentos na área do desenvolvimento tecnológico, de informática e racionalização operacional;
- viabilizar estudos para implantação de cartão de crédito em convênio com outra instituição.

Como se pode verificar, a COCECRER tem sido a grande locomotiva do Cooperativismo de Crédito Rural, é um exemplo para todo o segmento do crédito cooperativo.

## Considerações gerais – dados numéricos (1988-1990)

---

Fatos relevantes ocorridos na área econômica do País afetaram o desempenho das cooperativas de crédito rural, tanto singulares como de 2º grau. Apesar disso,

elas continuaram lutando por alternativas de expansão e adaptação.

O Rio Grande do Sul continuou sendo o Estado mais bem organizado no setor de cooperativas de crédito rural. Realmente é um sistema e não apenas um movimento. Continua de forma positiva, implantando serviços de interesse do produtor rural e transferindo suas experiências para aqueles Estados que se interessam pelo programa desenvolvido pela COCECRER-RS, pode-se notar que em Santa Catarina e Paraná há assimilação do SICREDI-RS.

Em outros Estados com Centrais, constituídas a partir de 1988, existem certas diferenças no sistema operacional o que não tem permitido uma formação coesa e precisa da implantação do SICREDI-BR.

Para uma reflexão relativa do trabalho que vem sendo desenvolvido no Sul, em termos de cooperativismo de crédito rural, basta registrar dados de 1988, onde se verificava que o número de cooperativas de crédito rural constituídas no Brasil era de ordem de 197, sendo que no Rio Grande do Sul existiam operando 57, cerca de 30% do total.

O total de associados em termos do País era de 164.795, sendo que as cooperativas de crédito rural filiadas a COCECRER-RS englobavam 69.110 associados, ou seja, cerca de 42% do segmento.

## Pesquisas junto ao BNCC fornecem dados interessantes

---

Em termos operacionais alguns dados do volume de recursos financeiros poderão aquilatar a performance das Centrais de Crédito Rural no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Os dados a seguir foram compilados de um texto mais extenso de João Samuel de Araújo, um dos bons técnicos que o BNCC perdeu, quando de sua extinção.

Evolução do Patrimônio Líquido (em Cz\$ 1.000,00) Dez./88		
Central	Capital Social	Reservas
COCECRER-RS	282.221	18.369
COCECRER-PR	3.321	18.000
COCECRER-SC	24.106	12.329

Evolução dos empréstimos (em Cz\$ 1.000,00) 1988				
Centrais	Junho/1988		Dezembro/1988	
	Financ.	Emprést.	Financ.	Emprést.
COCECRER-RS	448.611	316.496	7.404.723	221.154
COCECRER-PR	74.422	186.577	2.058.179	38.000

COCECRER-SC	37.004	63.647	0	158.834
-------------	--------	--------	---	---------

Evolução de depósitos/repasses (em Cz\$ 1.000,00) Dez/1988		
Central	Depósitos	Obr. p/empr. e rep.
COCECRER-RS	560.829	7.358.658
COCECRER-PR	569.110	2.094.774
COCECRER-SC	139.979	1.075.578

Demonstrativo das Sobras e Perdas (em Cz\$ 1.000,00) Dez/1988			
Centrais	Receitas	Despesas	Sobras/Perdas
COCECRER-RS	4.991.143	4.990.815	328
COCECRER-PR	1.386.170	1.355.218	30.952
COCECRER-SC	761.249	755.382	5.867

Depósitos x Disponível (em Cz\$ 1.000,00) Dez/1988			
Central	Depósitos (A)	Disponível	Porcentagem (A)
COCECRER-RS	560.829	568.637	101.39
COCECRER-PR	569.110	598.294	104.77
COCECRER-SC	139.979	1.055.880	754.31

## 1991 – Comentários gerais sobre cooperativas de crédito rural

---

Os anos 80 marcaram o renascimento do cooperativismo de crédito rural, como resultado das lutas das lideranças e certo abrandamento das severas medidas de regulamentação impostas pelos poderes públicos. O esgotamento do esquema de crédito rural subsidiado e a elevação das taxas de juros favorecem, também, essa alternativa para os pequenos e médios agricultores, sempre marginalizados do sistema de crédito bancário.

Esse ressurgimento das cooperativas de crédito rural deu-se nos Estados do Sul, notadamente no Rio Grande do Sul. Caracterizou-se o movimento por uma forte dinâmica, tanto no número de cooperativas, de associados, quanto ao nível de integração, principalmente nos últimos anos. As cooperativas de crédito rural representam, ainda, uma ínfima parcela no mercado de crédito rural. Isso fica evidente quando se compara a carteira de crédito das cooperativas de crédito rural, com a carteira total do crédito agropecuário, que se pode estimar entre 2 e 2,5% da massa global da segunda.

Ao iniciar-se a década de 90, as cooperativas de crédito rural, segundo o MNI, se caracterizam por:

- a) ter como associados pessoas físicas que de forma efetiva e preponderante desenvolvam, na área de ação cooperativa, atividades agropecuárias, extrativas ou de captura e transformação do pescado.
- b) ter como associados pessoas jurídicas que exerçam na área de ação da cooperativa, exclusivamente atividades agropecuárias, extrativas ou de captura e transformação de pescado.
- c) conceder empréstimos somente através dos instrumentos de crédito previstos na legislação do crédito rural, salvo os créditos concedidos para fins não específicos das atividades rurais dos associados, podendo ser descontados conhecimentos de embarque, *warranties* e respectivos conhecimentos de depósitos. As cooperativas de crédito rural integram, como órgãos auxiliares, o Sistema Nacional de Crédito Rural. Em nível estadual, o sistema deveria estar integrado em centrais, o que ocorre de forma aceitável nos três estados do sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), mais avançados. Nos demais há muitas diferenças de uma região para a outra, inclusive nos menos desenvolvidos, a integração está a nível embrionário.

Os três estados mais desenvolvidos, através dos chamados SICREDI, possuem uma rede informatizada que liga com modems telefônicos todas as cooperativas singulares com a Central.

Esta se ocupa de manter o controle geral da liquidez do sistema, desenvolve tarefas de inspeção e auditoria e de formação do pessoal das cooperativas associadas.

Os softwares foram totalmente desenvolvidos pelo pessoal local, rodando em equipamentos nacionais, padrão IBM-PC compatíveis e interligados por modem (rede telefônica). Foi desenvolvido no Rio Grande do Sul, que o distribui aos estados interessados a preço de custo, o que significa um princípio de integração do sistema a nível nacional.

Deve-se registrar, no entanto, que mesmo no sul os SICREDI ainda não são uniformes. Verificam-se diferenças nos acordos com os bancos e nas condições dos depósitos obrigatórios com os bancos conveniados e nas centrais.

A COCECRER-RS e a COCECRER-PR estabeleceram acordos com o Banco do Brasil, para suas operações com cheque e eventuais repasses de recursos para crédito, enquanto que, em Santa Catarina foi celebrado um acordo com o Banco de Santa Catarina.

Dados operacionais das 10 Centrais de Cooperativas de Crédito Rural resumidamente são as seguintes:

### **COCECRER-RS**

O SICREDI do Rio Grande do Sul é o mais estruturado do País. Integra 64 cooperativas singulares, que ao se filiarem a central devem subscrever cotas-parte na

COCECRER iguais a 10% de seu patrimônio líquido, ou, se for menor, 30% do capital integralizado. No final de 1990 o sistema contava com 82.172 associados e gerenciava ativos de Cr\$ 4,3 bilhões (cerca de US\$ 28 milhões, ao câmbio da época).

O acordo entre a COCECRER-RS, as cooperativas singulares e o Banco do Brasil, estabelecia, resumidamente:

- a) um custo operativo por cada cheque na compensação a ser pago pelo SICREDI ao Banco do Brasil (Cr\$ 120,00 em junho/90)
- b) aplicações da cooperativa singular na agência local do Banco do Brasil, iguais a 10% dos recursos à vista;
- c) depósitos da cooperativa singular na COCECRER, iguais a 38% dos recursos à vista;
- d) 2% dos recursos à vista das cooperativas singulares asseguram a disponibilidade de caixa;
- e) os 50% restantes podem ser distribuídos como crédito ao associado;
- f) aproximadamente 1/4 dos depósitos das cooperativas singulares na COCECRER é destinado a assegurar disponibilidade para a compensação de cheques do sistema enquanto que os 3/4 restantes, são aplicados no Banco do Brasil. Com este sistema, os créditos dependentes de recursos à vista das cooperativas singulares deveriam situar-se, num pro médio de 50% dos depósitos à vista.

## **COCECRER-PR**

A COCECRER do Paraná congrega 33 Cooperativas Singulares de Crédito Rural, três Centrais Cooperativas Agropecuárias, a Federação das Cooperativas de Eletrificação e a Confederação das Cooperativas Agropecuárias do Paraná. As cooperativas singulares de crédito devem subscrever cotas-parte na central iguais a 5% do seu patrimônio líquido ou de 5% do capital integralizado se este valor for menor. O Balanço consolidado de 1990 registrou ativos totais do sistema de Cr\$ 1,5 bilhões (em torno de US\$ 10 milhões, na época). O SICREDI caracteriza-se por:

- a) cheques em compensação sem custos diretos; em contra partida, as cooperativas singulares devem manter;
- b) depósitos não-remunerados na agência local do Banco do Brasil, igual a 5% dos depósitos à vista das cooperativas singulares;
- c) depósitos não-remunerados na COCECRER igual a 15% dos depósitos à vista;
- d) aplicações com rendimentos da gestão da COCECRER igual a 25% dos depósitos à vista;

No nível da COCECRER o sistema consta de:

- e) uma conta centralizadora da COCECRER no Banco do Brasil, constituída

pelos 15% das cooperativas singulares, destinados a assegurar a liquidez global do sistema;

- f) um reforço de liquidez em aplicação mensal equivalente a 20% dos depósitos à vista do SICREDI-PR.

## **COCECRER-SC**

O sistema em Santa Catarina se compõe de 17 Cooperativas Singulares e algumas Centrais Agropecuárias; os associados devem subscrever cotas-partes do capital da COCECRER equivalentes a 15% do seu patrimônio líquido. Os ativos gerenciados em dezembro de 1990 do sistema passavam de Cr\$ 1 bilhão (US\$ 6,5 milhões, então). Aproximadamente, contava com 12 mil associados.

O acordo entre a COCECRER-SC, o BESC e as 17 Cooperativas Singulares caracteriza-se pelo alto grau de liberdade das singulares na utilização dos próprios recursos.

O acordo estabelece:

- a) o custo por cheque em compensação é equivalente ao custo FEBRABAN do mês para os bancos privados;
- b) cada cooperativa singular deve manter um saldo médio mensal que permita cobrir este custo, taxas de juros dos CDB para os três primeiros dias do mês subsequente ao cálculo, acrescido de um ponto;
- c) se o saldo mensal for superior, a cooperativa recebe uma remuneração pela diferença, e se o saldo for inferior, ela deve pagar a diferença do custo;
- d) as cooperativas singulares podem manter uma porcentagem variável dos recursos à vista aplicados em CDB/RDB ou FAF; o interesse dessa operação é que elas podem obter do BESC, recursos para créditos (repasses) proporcionais às aplicações geradas;
- e) a COCECRER obtém uma margem de lucro sobre os juros das aplicações em CDB /RDB ou FAF destinada a suprir as próprias despesas.

Nos demais estados há um baixo nível de integração. O SICREDI está adotado no padrão similar ao do Rio Grande do Sul, no Mato Grosso do Sul, desde novembro de 1990 e previsto para Goiás e Espírito Santo. No resto do país as cooperativas de crédito operam de forma autônoma sobre a base de acordos diretos com o Banco do Brasil ou com outros bancos estaduais.

Essa situação merece atenção, pois há riscos não mensuráveis, vez que não é possível assegurar até onde chegará o compromisso dos bancos em caso de crise de liquidez de alguma dessas cooperativas. Deve-se refletir sobre estudo não publicado, elaborado por João Samuel Araújo, que a utilização de recursos globais do sistema é inferior para as cooperativas não integradas que para as cooperativas integradas.

Um exemplo de 1988 é o caso de Minas Gerais, as cooperativas não são integradas no sistema operacional, conseguiram colocar 53,1% dos recursos disponí-

veis, contra 80% em média das cooperativas integradas dos estados do sul através do SICREDI.

Alguns dados disponíveis permitem resumos relativos aos Estados que constituíram cooperativas de crédito rural e centrais.

No Estado da Bahia, a Central das Cooperativas de Crédito (CrediBahia) somente congrega 5 das 12 cooperativas ativas do Estado e não tem funções financeiras; inclusive há uma cooperativa não filiada à Central (Vitória da Conquista) que possui mais ativos que as 5 cooperativas filiadas a CrediBahia. Isso dá uma idéia do nível de desagregação.

Apesar de constituída, a COCECRER-SP não está operando, pois seus líderes aguardam a criação de um Banco de Cúpula para as cooperativas quando então a central iniciará suas atividades.

A justificativa parece inconsistente. Talvez a maior razão seja o fato de a Cooperativa Regional de Crédito Rural Ltda. (CAC), pelo seu porte – possui quase 17 mil associados e ativos em torno de Cr\$ 2,9 bilhões (US\$ 19 milhões, em dezembro de 1990) – criando assim, um grande desequilíbrio entre as outras 30 cooperativas de crédito do Estado, pois, os dados disponíveis permitem avaliar em torno de Cr\$ 2,4 bilhões os ativos totais das mesmas.

O Estado de Minas Gerais possui a maior rede de cooperativas de crédito rural do país. Apesar disso, sua Central (CrediMinas), apenas, agrupa 38 e não tem funções financeiras. Atua, simplesmente, com funções normativas, (coordenação e orientação), representação, consultoria e formação de pessoal das cooperativas associadas.

As cooperativas singulares não se integram financeiramente porque julgam perder autonomia com relação aos seus recursos. Com isso a COCECRER-MG não possui receitas próprias, dependendo de uma taxa mensal, paga pelas cooperativas, para cobrir as despesas de funcionamento.

O movimento de Minas, em razão do número de cooperativas ativas, poderia ser forte e importante se integrado como sistema. Como está disperso não tem o peso financeiro que poderia ter, apesar de sua potencialidade.

A COCECRER-GO encontra-se atualmente em fase de implantação, embora tenha sido constituída em 1989. Começou suas atividades somente em abril de 1991. Pelas informações obtidas, o SICREDI poderia começar a operar, com as 10 cooperativas integradas no final de 1991.

A COCECRER-ES, até agosto de 1991, não estava operando. Seus dirigentes estavam comprando os equipamentos necessários e montando escritório para começar a operar financeiramente em setembro ou outubro de 1991.

São informações verbais, que indicam nove cooperativas filiadas, a décima em processo de autorização.

É pequena a dimensão do sistema, seus dirigentes preferem usar o modelo de convênio do SICREDI de Santa Catarina, mas usando os programas de computador do Rio Grande do Sul.

Foi criada em dezembro de 1989 a COCECRER-MT, que possui 14 singulares filiadas e, até o momento, opera sem funções financeiras. Foram tomadas decisões de centralização das operações financeiras, mas as condições de funcionamento da agência do Banco do Brasil no estado limitam a execução dessa decisão.

Em razão disso, a Central é mantida com taxas pagas pelos associados.

Ocupa-se a Central, atualmente da coordenação e orientação do sistema, das negociações com os bancos, do convênio com o Banco do Brasil. Desenvolve trabalho de inspeção, consultoria e treinamento de pessoal das filiadas. O convênio com o Banco do Brasil não cria obrigações de depósitos, mas a Central recomenda manter ao menos 25% dos depósitos à vista depositados no Banco.

Existem no Rio Grande do Norte, 5 cooperativas de crédito rural, sendo que uma foi recentemente autorizada pelo Banco Central. Em Natal está a sede da Cooperativa Central dos Plantadores de Cana.

A Cooperativa de Crédito Rural ainda está no papel, mas há uma forte vontade de implementar o sistema, apoiados na Cooperativa Central de Eletrificação do Estado, que dispõe de meios informáticos importantes.

## Conclusão sobre crédito rural

As estatísticas disponíveis são antigas, até junho de 1989, registraram ativos totais do sistema de crédito cooperativo de 130 milhões de dólares, não consideradas as cooperativas centrais, a fim de evitarem-se possíveis registros em duplicidade.

Verificamos, também, que as Cooperativas de Crédito dos Plantadores de Cana foram consideradas, nas estatísticas, como cooperativas de crédito rural, no entanto elas têm características diferentes.

A maior parte dos recursos destas cooperativas tem sido formada por uma taxa *ad-valorem* de 1% do valor faturado pelas indústrias de açúcar aos plantadores associados.

O montante destina-se ao aumento de cotas-partes de capital dos associados e não podem ser por eles levantados. Essa poupança parece um imposto, não cria maiores responsabilidades aos associados, caracterizando-se como uma forma de recuperar recursos que a regulamentação proíbe de captar. Os beneficiários alocam recursos novos, que são "poupanças", sem remuneração a nível de mercado e que acaba fomentando a descapitalização da Cooperativa, apesar do esforço do grupo.

Verificamos que estas cooperativas não estão trabalhando com depósitos, razão que nos leva acreditar que dificilmente elas poderão se incorporar a um sistema de crédito integrado.

Por outro lado as cooperativas de crédito rural têm dificuldades de maiores captações de depósitos em razão de limitações impostas pela legislação atual que não permite a correção monetária. Sendo assim, os depósitos à vista não são muito

estáveis, limitando por isso o desenvolvimento de um programa de crédito agrícola, que exige recursos mais estáveis.

Essa limitação tem levado as cooperativas de crédito rural a adotar estratégias junto às cooperativas agropecuárias e/ou de eletrificação rural no sentido de que elas façam circular dentro da cooperativa de crédito o máximo de fluxos financeiros possíveis tais como: compra-venda dos produtores associados, pagamentos de contas de luz ou telefone etc., outros serviços são prestados; pagamentos de taxas ou impostos por conta de terceiros, captação de poupança (em favor do Banco do Brasil, é um exemplo).

Outra alternativa tem sido a captação de recursos através de campanhas de poupança remunerada, procurando usar subterfúgios legais, contra o regulamento que proíbe essa prática. Isso é uma forma de pressão em busca de legislação mais adequada, ou seja, o fato antecede a lei. Achamos oportuno que o Banco Central crie normativos de acordo com a realidade e defina regras de segurança para o índice de liquidez, este poderia ser através das Centrais de Crédito ou de Banco de Cúpula do Sistema.

Atualmente as cooperativas de crédito rural, continuam com as suas operações ativas mais comuns em torno de: a) empréstimos a um mês, com nota promissória; b) financiamentos dos bancos (repasses) ou sobre os capitais permanentes; c) com autorizações de descoberto em conta corrente – cheque especial.

Em razão da disponibilidade dos recursos das cooperativas de crédito elas não outorgam empréstimos a médio ou longo prazo, a não ser em casos especiais e sobre repasses.

A falta de integração, de padronização dos serviços, da adoção do SICREDI a nível nacional e a normativa repressiva são fatos marcantes que não tem facilitado ação autônoma na captação de recursos nas comunidades rurais e nas diversas cooperativas.

Outra situação de constrangimento é o fato de que as cooperativas singulares ou as centrais não têm direito à câmara de compensação de cheques e outros papéis. Os acordos estabelecidos com o Banco do Brasil ou com outros bancos permitem participar indiretamente deste sistema, criando, no entanto nas cooperativas certa dependência e problemas operacionais (custos e falta de ações mais dinâmicas etc.).

Considerando-se que a maior parte dos recursos das cooperativas são depósitos à vista e que o uso de cheque no Brasil é um fato, essa limitação à Câmara de Compensação atrasa e prejudica o desenvolvimento do sistema de crédito cooperativo.

Outra situação decepcionante é que no Brasil as cooperativas de crédito não são vistas como instrumento de captação de poupanças ao contrário do que ocorre em outros países.

O regulamento não estimula a integração vertical, que seria o melhor instrumento próprio para assegurar a liquidez global, o controle, a fiscalização geral e o

melhor uso dos recursos de cada cooperativa singular.

O BNCC foi extinto no início de 1990, significando um duro golpe no funcionamento das cooperativas de crédito, ainda ressentidas no que perderam quanto a instrumento indireto de captação de recursos e mais efetiva participação no sistema financeiro nacional.

As regulamentações que se referiam ao BNCC não foram modificadas, apenas as relacionadas ao poder fiscalizador, retomado pelo Banco Central, ficando restritas as cooperativas às operações com o Banco do Brasil.

A normativa do Banco do Brasil, ainda vigente, (Manual de Normas e Instruções – MNI – título 17), mostra-se redundante com disposições entre as seções relativas aos mesmos aspectos que dificultam utilização prática da regulamentação, inclusive nas operações passivas e ativas tão defasadas em relação à realidade, que necessita revisão profunda e urgente.

As pressões do movimento junto às autoridades públicas e a frente parlamentar deverão resultar em alguma coisa positiva.

Foi criado pela Portaria Interministerial nº656 de 17/07/91 (GII) Grupo de Trabalho que fará estudos e deverá recomendar uma revisão normativa as instâncias respectivas: Legislativa, Normativa e Fiscalizadora.

O cooperativismo de crédito rural busca com mais ênfase que o crédito urbano negociações com as autoridades no sentido de que sejam adaptadas a nível normativo disposições que melhorem a situação, sem que seja preciso esperar a lei que deverá regulamentar o sistema com regras de funcionamento e requisitos próprios das instituições financeiras como indicado no art. 192 da Constituição.

Apesar desse dinamismo maior das cooperativas de crédito rural, as cooperativas de crédito urbano (luzzatti e mútuo) procuram acompanhar e apoiar as lideranças. Acreditamos que, em futuro próximo, o crédito urbano, também será mais ágil. Sua acomodação justifica-se, em parte, porque tem sido muito cerceado nos normativos do Banco Central e, também, porque historicamente, muitas das suas lideranças entendem suas cooperativas como um apoio aos associados e não como parte vital de sobrevivência, que é o caso da área rural.

## Banco Nacional de Crédito Cooperativo

Em diversos momentos, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo aparece no cenário do cooperativismo brasileiro. Esta instituição nunca satisfaz plenamente as necessidades do movimento, nunca foi o banco que se desejava para o sistema cooperativista.

Sempre houve a esperança – e sempre foi frustrada – de que ele viesse a ser o banco de cúpula do movimento, em que as cooperativas participassem também de sua administração e não somente do seu capital.

A história do BNCC começa em 1934, quando o Ministério da Agricultura cri-

ou a Caixa de Crédito Cooperativo, que seria transformada no BNCC em 1966 – sociedade anônima com participação majoritária e administração do Governo Federal.

Tinha por atribuição apoiar – através de linha de crédito próprio – os investimentos no parque agroindustrial, na infra-estrutura de armazenagem e contribuir para a consolidação do sistema de crédito cooperativista urbano. Como agente promotor do desenvolvimento, tinha o papel de implantar e expandir as cooperativas de crédito. Também devia repassar recursos oficiais para as operações de custeio da agropecuária, efetuar descontos de títulos rurais e adiantar recursos aos cooperados para a aquisição de bens de produção, comercialização, beneficiamento e industrialização, tanto na cidade como no campo.

A ingerência desastrosa do sócio majoritário/administrador levou-o sempre a diversas crises. Mesmo assim, até março de 1990, quando foi extinto, ele foi a instituição financeira do sistema cooperativista.

Em 1986, uma análise do próprio banco demonstrou que ele estava em situação de insolvência por causa dos períodos de má administração. A diretoria foi mudada e assumiu a administração do banco Dejangir Dalpasqualle, que buscou uma gestão de estreita ligação com as cooperativas, o que fez com que a situação melhorasse sensivelmente. Isso ficou demonstrado com clareza no balanço de 1989.

Nessa época, o BNCC descobre o crédito mútuo como cliente preferencial e desenvolve um programa específico para atender o setor, com o apoio da SENACOOOP. Inicialmente é um sucesso, procura trabalhar com as Centrais, oferece cheque-convênio, mas em função da política desastrosa do Governo Federal, o órgão vai perdendo consistência e culmina com seu fechamento em março de 1990.

As cooperativas associadas do Banco foram importantes para ele, chegando a deter 46% do seu capital. Com operações de capitalização, o governo federal conseguiu reduzir essa participação a menos de 5% à época de sua extinção. No momento da dissolução, estima-se que não mais de 10% das cooperativas operavam com o órgão.

O BNCC recebia depósitos a prazo e poupanças verdes das cooperativas, repassando parte desses recursos para o crédito rural. Empréstava seu número de compensação de cheques às cooperativas que recebiam depósitos à vista, que, assim, podiam operar com estes instrumentos. Quem mais participou desse sistema foram as cooperativas de crédito rural. Algumas cooperativas urbanas também operaram neste sistema, destacando-se a luzzatti de Guarulhos, as de crédito mútuo da Rhodia de Santo André, dos funcionários do Banco do Brasil e a Central das Cooperativas de Crédito do Rio de Janeiro – CECRERJ.

Não há dúvidas de que o BNCC representou uma importante alternativa para o ressurgimento do cooperativismo de crédito rural nos anos 80, bem como para o crescimento da COCECRER-RS.

Viabilizou, também, a expansão mais rápida da CECRERJ – a 1ª Central de

Crédito Urbana – que se utilizou do cheque-convênio, movimentando subcontas de todas as suas filiadas, o que representou reciprocidade ao saldo médio, na base de 2 por 1.

A extinção do BNCC, em 1990, desencadeou uma crise dentro do sistema que se apoiava nele para captar recursos de mais longo prazo e ter acesso à câmara de compensação. A CECRERJ e a de Guarulhos também foram bastante atingidas tendo que procurar como alternativa o Banco do Brasil, cujas condições eram bem inferiores às do BNCC.

Uma análise de um técnico de COLAC, junto com a área técnica do BNCC, identificou uma grande fragilidade econômica no Banco, que já não atendia à demanda do sistema. Ainda assim, sua liquidação significou um baque forte para muitas cooperativas, o que demonstra a necessidade de uma entidade financeira de cúpula.

Ao assumir as funções do BNCC, o Banco do Brasil, sob o pretexto de não ter linhas de crédito específicas para o movimento, ofereceu condições desfavoráveis a todas as cooperativas, lastreado no fato de não ter concorrentes: as cooperativas estão sob uma camisa de força, não têm o direito de escolher seus parceiros.

Estudiosos do sistema, inclusive diretores do próprio BNCC, entendem que sua extinção foi orquestrada por inimigos do movimento cooperativo, com o beneplácito da equipe econômica do Governo Collor. O banco estava passando por um processo de recuperação que só era atrapalhado pelo negócio com Bônus do Japão, que fora inteiramente negociado pelo sócio majoritário, o próprio governo. Sem esse bônus, o BNCC não dava prejuízo.

A liquidação Banco Nacional de Crédito Cooperativo tem custado muito mais caro ao governo e ao sistema cooperativo do que sua recuperação. Basta verificar a inabilidade de seus dois primeiros interventores que não souberam agir adequadamente nas negociações com os empregados. Isso levou a mais de mil ações trabalhistas contra o órgão, que irão se arrastar além do ano 2.000.

Na época da sua liquidação as cooperativas de crédito rurais e urbanas, através de carta de intenção, mostraram seu interesse na recuperação do Banco, desde que fossem enxugados seus custos operacionais e financeiros. O governo deveria desinchar a equipe e assumir o ônus financeiro de sua má gestão, em operações de alto risco, realizadas sem terem sido ouvidos os técnicos especializados do Banco.

As possíveis negociações com o movimento cooperativo, teriam viabilizado a aproveitamento de alguns técnicos do BNCC, profissionais comprovadamente capacitados.

Todos perderam, a Nação e principalmente o movimento cooperativo, que se viu sem 46% das ações, que lhe pertenciam.

---

# Conclusão Final

Em certos momentos este livro registra as realidades do cooperativismo de crédito brasileiro, e as perspectivas do mesmo tanto na área rural quanto na urbana.

Encontramos várias alusões em busca de um Banco de Crédito Cooperativo sem a ingerência do governo.

Num primeiro momento esperava-se a reestruturação do BNCC, depois sua recuperação ou privatização, que possibilitasse sua passagem ao controle do Sistema Cooperativista Brasileiro.

Por último com o fechamento do BNCC de forma intempestiva (março de 1990), o movimento cooperativo, retorna estudos no sentido de ter seu próprio Banco.

Projetos básicos chegam a níveis de incluir o Banco do Brasil como parceiro, num primeiro estágio, em outros momentos, nota-se uma tendência para um banco de crédito agrícola/Banco Cooperativo de Crédito Rural, isso chegou a conflitar opiniões.

Sobre este assunto, fora financiado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), um projeto de estudos básicos de viabilidade.

Foi apresentado um documento relativo à primeira fase desse projeto (1991) – TCP / BRA / 0153 – a OCB com cópia para Conselho Especializado de Crédito. Consideramos de grande importância esse documento para consulta e reflexões necessárias a novos projetos.

A OCB reordenou sua ação de liderança no sentido de buscar-se um projeto de Banco de Crédito Cooperativo para todo o sistema, ou seja, com a participação de todos os segmentos, como inclusive, registram as decisões havidas no X Congresso Brasileiro de Cooperativismo (março de 1988).

Vale aqui um parêntese: ao longo dos últimos 10 anos, estudamos diversos documentos sobre a perspectiva de um autêntico Banco Cooperativo. Em 1987, a comissão de alto nível do BACEN, após inúmeras reuniões, com representantes do crédito cooperativo (rural e urbano), mostrou-se interessada no projeto básico, apresentado pela COCECRER-RS. Esse projeto havia sido debatido com a Comissão de Crédito em sua fase final de apresentação, contando com o acordo da maioria de seus membros.

Esse projeto básico mereceu da COCECRER-RS, um grande cuidado técnico e com muita propriedade colocou a importância das Centrais de Crédito, muito bem aceitas pela Comissão de Alto Nível do BACEN, que demonstrou acreditar na sua viabilidade.

Até final de 1987, aguardou-se pronunciamento definitivo do BACEN, com esperanças. Novamente o grupo de trabalho de crédito cooperativo e as demais lideranças foram frustrados.

O projeto recebeu pressões internas no Banco Central e externas no Banco do

Brasil, tomando assim o rumo do "engavetamento".

Posteriormente, outras conquistas vieram, após muita luta da OCB, seus grupos de trabalho e Conselhos Especializados. Inclusive, o grupo de trabalho criado pela Portaria Interministerial N° 656 de 10/07/91 se dedicou a revisar os normativos e elaborar proposta de Institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, culminando com a circular 1.914 (12/03/92) que embora não contemple na íntegra a proposta do GTI/OCB, dá certas aberturas para os segmentos de crédito cooperativo rural e urbano, bem como a possibilidade de constituição do Banco Cooperativo.

No nosso entender, que acompanhamos como membro efetivo, há dez anos, por indicação da OCERJ, a Comissão de Crédito OCB e seu Conselho Especializado do Crédito, todo esse processo de discussão e busca de um Banco Cooperativo tem sido muito lento e tem sofrido vários retrocessos. Enquanto existia o BNCC até compreendíamos essa situação, apesar de sua fragilidade ele ia nos atendendo. O ano de 1990 foi muito difícil, mas a partir da circular 1.914, (março de 1992), o movimento cooperativo precisava ser mais decidido e integrado sem o que o discurso se alonga e custa a chegar a algum lugar. Quem não ocupa seu espaço acaba por perder a oportunidade.

Em 1991, em nossa opinião, as próprias lideranças de todo o Sistema Brasileiro Cooperativo, não assumiram uma postura concreta. Claramente, detectamos dúvidas, receios etc. Parece-nos faltar uma vontade política mais forte, ao mesmo tempo um receio técnico-administrativo, justificável até certo ponto, mas não impeditivo.

É evidente que um banco tem que ser altamente profissionalizado, as lideranças têm que tomar decisões, na feitura de um projeto que contemple essa diretriz.

Administradores (econômico-financeiros) e técnicos contratam-se. Há, também, preocupações de caráter econômico, no entanto, os estudos apontam sua viabilidade, evidente se todos navegam no mesmo barco.

Um trabalho básico do GTI sugere a idéia de um banco múltiplo com carteira comercial, de investimentos, estatuto de sociedade de crédito, financiamento e investimento, autorização para operações de câmbio etc., com uma estrutura inicial modesta, a expansão dar-se-ia com o tempo.

Esse banco, segundo estudos preliminares, estima a necessidade de recursos na ordem de US\$ 12 milhões, o que não deveria apresentar problemas para essa capitalização, desde que aberto a todos os segmentos, pois as cooperativas de crédito, sozinhas, ainda têm um patrimônio pequeno.

Com o apoio de todas as cooperativas os recursos são suficientes para a formação do capital social, pois esses US\$ 12 milhões de dólares representam apenas 0,46% do patrimônio líquido total do sistema (1988) conforme dados disponíveis.

Uma atenção precisa ser levada em conta, na distribuição das cotas de capital, poderia haver uma forte predominância das cooperativas de produção, mais isso não é um impeditivo, apenas um dado a ser considerado. Todos devem participar

do capital social do Banco Cooperativo, somente assim seremos um sistema cooperativo, sem o que continuamos um movimento de luta com avanços lentos.

Consideramos que há aspectos relevantes para a criação de um banco de cúpula para o sistema, ou seja, uma instituição financeira cooperativa.

Atualmente nota-se que o sistema cooperativo brasileiro tem presença marcante rural, assim demonstram os registros, tanto em número de associados, como de patrimônio líquido global do sistema.

O que não significa que os demais segmentos não possam demonstrar sua importância, basta lembrar que o crédito mútuo em 1979/80, possuía capital integralizado superior ao do próprio BNCC.

Além disso, conquistas de aberturas para as cooperativas de crédito urbano, e melhor estruturadas elas poderão ser os agentes no sistema de captação de recursos, para a área urbana e rural.

É preciso estar atento que o país já é urbano-industrial e que a maioria da população concentra-se nos centros urbanos.

A realidade demonstra que as cooperativas de crédito rural, com a sua reestruturação, estão mais avançadas e suas aberturas são maiores, do ponto de vista das operações financeiras se comparadas com as cooperativas de economia e crédito, mais se estas, através de suas centrais de crédito se estruturam para adequar-se as aberturas da circular 1914, os avanços serão enormes.

Há uma absoluta necessidade de profissionalização do segmento, uma reestruturação de porte e nesse sentido é preciso esforço e parceria.

No momento em que o crédito cooperativo rural e urbano começar a estabelecer parceria e padronização de serviços, estará entrando nesse setor, no exemplo de países do primeiro mundo, onde a captação de recursos nas áreas urbanas desenvolvem a área rural. Produção e consumo serão beneficiados, o custo dos alimentos baixará, o mercado interno será mais bem atendido e para o mercado externo seremos mais competitivos.

No mais, devemos estar atentos aos desequilíbrios do cooperativismo de crédito em diversas regiões do país, há uma grande necessidade de expansão tanto para o rural, quanto urbano em áreas do norte, nordeste e centro oeste.

E nesse sentido os organismos de cúpula do sistema (OCB /DENACOOOP) deveriam desenvolver programas através de extensionistas, que buscariam detectar lideranças locais para que estas fossem desenvolvendo atividades, inicialmente modestas, naturalmente com o apoio das áreas produtivas.

No mais consideramos que a própria situação do país atrapalha o movimento cooperativo e, logicamente, o segmento de crédito cooperativo, mas também é sabido que as crises são molas propulsoras para alternativa econômica cooperativa.

Estamos atravessando no país diversas dificuldades ocasionadas pela ganância de uns, a incompetência de outros, ambições de poder e até, lamentavelmente, corrupção nos diversos escalões do governo.

E a economia abalada, em parte, porque ela está inteiramente dependendo de

fatos políticos e os fatos políticos no Brasil, são muito marcados pelos interesses pessoais de cada um.

Cada um está interessado apenas no seu lado. Os homens continuam disputando suas posições pessoais.

Falta uma visão de conjunto nas nossas entidades, nas associações, agremiações, sindicatos, partidos políticos e temos uma fragilidade ao escolhermos nossos representantes, uma tendência a escolher ídolos, amigos, alguém bom de discurso ou de articulações políticas, depois descobrimos que o nosso escolhido não nos representava.

Temos vivido perdidos em experiências novas, tantos choques econômicos, mudanças de moedas, tablitas, congelamentos, a confusão é econômica e é política, mas apesar disso no nosso movimento cooperativo o leque de possibilidades é muito grande, apesar dos problemas, podemos observar que há muitas perspectivas.

As responsabilidades individuais e de conjunto precisam estar sempre direcionadas a coletividade, que é o que o cooperativismo representa.

Não podemos deixar nossas cooperativas esparsas, seus líderes e técnicos divididos, entre grupos de oposição ou de situação, não podemos estar separados.

O movimento a nível mundial tem sua força baseada no fato de estarem todos juntos. As cooperativas ligadas a associações, federações, centrais, confederações e outros organismos.

E claro que temos alguma integração, mas é falha e, em certos setores, frágil. Essa característica não é isolada, está na cultura do país. Há uma falta de prática associativista, por isso, nossa integração a nível horizontal e vertical, deixa tanto a desejar.

É preciso trabalhar pela integração em todos os níveis se queremos um sistema bastante forte para enfrentar os gigantes do mercantilismo selvagem, com uma política monetarista que nos sufoca.

Temos caminhado, apesar de tudo, mesmo com uma legislação inadequada, fortes e unidos, poderemos modificar.

Há, também, uma falta de conhecimento teórico e prática cooperativa, por isso muitas lideranças eleitas para os conselhos de suas cooperativas de 1° ou de 2° grau, confundem poder decisório com área de execução.

Os líderes eleitos representam a base e tem o poder decisório. Devem estar atentos aos interesses dos associados e ao crescimento de suas entidades, tomando decisões, mas para a área de execução precisam contratar administradores e técnicos profissionalizados.

Há, também, uma necessidade básica do cooperativismo que anda negligenciada: a educação, a capacitação, o treinamento, a organização do quadro social. Há exceções é claro, mas nesse campo é urgente uma tomada de consciência, pois a participação efetiva depende de um processo permanente de educação.

O crédito cooperativo não poderá apenas contribuir na economia, ele precisa, também, atuar no social. O quadro social precisa influir no processo de desen-

volvimento do grupo, ou seja, saber que é dono e usuário da cooperativa e que lhe cabe participar de seu destino.

Ao escrever este livro não poderia deixar de emitir algumas opiniões e de citar os grandes plantadores de idéias e construtores de obras, alguns foram citados como: Raiffeisen, Luzzatti, Desjardins, Filene, Coady, Amstadt, Maria Thereza, Mário Krueel, os demais são seguidores, que merecem nosso respeito e admiração. Eles vão colhendo o que foi plantado e devem cuidar que o plantio cresça, devem semear para as próximas gerações.

Fomos seguidores e com tantos companheiros participamos da construção do nosso movimento. Ao longo desses 30 anos muito aprendemos e ainda sabemos tão pouco. Aprendemos, porém, que os problemas e as dificuldades sempre existirão e que elas não se resolvem no isolamento ou no individualismo; as soluções precisam ser encontradas juntas, no companheirismo dos antigos líderes com as novas gerações.

O cooperativismo sempre dependerá de uma ação participativa, do nível de unidade e do engajamento de seus líderes, associados e técnicos nos objetivos do movimento.

Não podemos esquecer o lema do cooperativismo: "A união faz a força".

---

# Princípios Operacionais das Cooperativas de Economia e Crédito

(aprovados pelo Conselho de filiadas à WOCCU, em 24 de agosto de 1984)

## Estrutura Democrática

---

**1 – Adesão aberta e voluntária** – A adesão à cooperativa de economia e crédito é voluntária e aberta a todos os que se encontrem dentro de um vínculo comum aceito e possam fazer uso dos serviços e estejam dispostos a aceitar as responsabilidades correspondentes;

**2 – Controle democrático** – os sócios das cooperativas de economia e crédito desfrutam igual direito e voto (um sócio, um voto) e a participar nas decisões que afetam a cooperativa, compreendendo o montante de economias ou depósitos ou o volume de suas transações. A votação nas entidades ou nas associações de integração no cooperativismo de economia e crédito poderá ser proporcional ou representativa, de acordo com os princípios democráticos. A cooperativa de economia e

crédito, dentro dos princípios da Lei e dos regulamentos (estatutos); observando que a cooperativa é uma empresa de ajuda mútua que serve a seus associados, que são os que a dirigem. Os cargos eletivos, nas cooperativas de economia e crédito, são de caráter voluntário e seus dirigentes eleitos não são remunerados. Sem dúvida, as cooperativas de economia e crédito podem reembolsar aos mesmos os gastos legítimos (reais) que tenham ocorridos em razão de seu cargo.

**3 – Ausência de discriminação racial, religiosa e política** – as cooperativas de economia e crédito não fazem discriminação no que se refere à raça, nacionalidade, sexo, religião e política.

## Serviços aos sócios

**1 – Serviços para os associados** – os serviços da cooperativa de economia e crédito são direcionados a melhorar o bem estar econômico e social dos associados;

**2 – Retorno aos sócios** – para estimular a economia e poder conceder empréstimos e oferecer outros serviços aos associados, as poupanças e depósitos dos mesmos deverão receber a taxa equitativa de juros de acordo com a capacidade de economia e crédito. As sobras derivadas das operações da cooperativa, uma vez deduzidos os níveis de reserva estabelecidos e os juros pagáveis e limitados ao capital social permanente, onde este exista, de forma equitativa, que beneficie a todos os associados, sem que um sócio ou grupo de sócios, seja beneficiado em detrimento de outros. As sobras excedentes poderão repartir-se entre os associados na proporção de suas operações com a cooperativa (em devoluções ou retorno de juros ou por serviços); ou podem utilizar-se tais sobras para melhorar os serviços que os associados desejarem. **3 – Rentabilidade financeira** – é um objetivo fundamental da cooperativa de economia e crédito de consolidar sua capacidade financeira, incluindo as reservas adequadas e os controles internos que assegurem um serviço permanente aos associados.

## Metas sociais

**1 – Educação permanente** – as cooperativas de economia e crédito promovem ativamente a educação de seus associados, dirigentes e empregados, além do público em geral, nos princípios econômicos, sociais, democráticos e de solidariedade das cooperativas. A promoção da economia e o uso adequado e prudente do crédito, assim, como a educação no exercício dos direitos e responsabilidades dos associados, são atividades essenciais ao caráter econômico e social das cooperativas de economia e crédito e na satisfação das necessidades de seus sócios.

**2 – Cooperação entre cooperativas** – De acordo com sua filosofia e as práticas de integração cooperativista, as cooperativas, dentro de suas realidades, colaboram ativamente com outras cooperativas de crédito ou de outros setores e suas associações de nível local, nacional e internacional, para servir da melhor forma possível aos interesses dos associados e das suas comunidades.

**3 – Responsabilidade social** – seguindo os ideais e as crenças dos pioneiros cooperativistas, as cooperativas de economia e crédito trabalham pela promoção humana e social. Sua visão de justiça social se estende tanto aos sócios, individualmente, como à comunidade onde os mesmos trabalham ou residem. O ideal das cooperativas de economia e crédito é o de proporcionar serviços a todas as pessoas que os necessitam e os possam utilizar. Cada pessoa é um sócio potencial que de alguma forma faz parte do círculo de interesses e preocupações da cooperativa. Devem ser tomadas decisões em perfeita consonância aos interesses da comunidade, em que a cooperativa de economia e crédito e seus associados estão inseridos.

---

## Bibliografia

---

- ARAÚJO, João Samuel – Estatísticas do Crédito Rural e Urbano (1988/89).
- BUGARELLE, Waldírio – Legislação Cooperativa Brasileira (análise crítica, 1974).
- Caisses Populaires du France – Publicações e manuais (1983).
- CECRERJ – Relatórios e manuais (1984/1990).
- COCECRER-RS – Relatórios e materiais (1983/1990).
- COLAC – Relatórios décadas 70,80 e perspectivas para a década de 90.
- CONFEBRÁS – Relatório de 1990
- Crédit Mutuel du France – 1977 – Publicações e material da IV Conferência Mundial das Cooperativas de Crédito.
- CUNA – Dados históricos, publicações e relatórios (1985/1989).
- Diréction de Associations Coopératives – Gouvernement de Québec – material de crédito rural e urbano (1985/1987).
- FELEME – Publicações, manuais, revista Integração (1976) e relatórios (1961/1983).
- Histoire du Movement Coopératif au Québec – 1986.
- KRUEL, Mário Guimarães – I Seminário de Cooperativismo de Crédito Brasileiro: vantagens e dificuldades do cooperativismo de crédito rural no Brasil. – Curso e treinamento à distância (1985).
- MAURER, Theodoro Henrique, Jr. – Cooperativismo: uma economia humana (1966).
- MOURA, Valdiki – Legislação Cooperativa Brasileira (análise – 1973)

OCB – Dados estatísticos (1988/1989)

TEIXEIRA MENDES, Maria Thereza Rosália – entrevistas e publicações diversas (até 1985): Revista Integração;

TEIXEIRA MENDES, Maria Thereza Rosália – Seleções do Reader's Digest;

TEIXEIRA MENDES, Maria Thereza Rosália – Conferência sobre Cooperativismo de Crédito Mútuo no Canadá (1975);

TEIXEIRA MENDES, Maria Thereza Rosália – Conferência no I Seminário do Cooperativismo de Crédito Brasileiro (1983);

THEILER, José Luiz Pizarro (consultor em crédito rural) Documento de trabalho do Programa de Cooperação Técnica (FAO) (1991).

Universidade de Sherbrook – Pesquisas: Centre Inter-Universitaire des Recherches d'Information e d'Enseignements sur les Coopératives (CIRIEC-Québec – 1983/1985), e informativos (1988).

VAN KAIK, Guntolf - Legislação Cooperativa Brasileira (OCB) (1983)

WOCCU – material e relatórios (1985/1990) Relatório da Rede Corporativa de Crédito e da US Central Credit Union.